

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Turismo

Área de Especialização – Turismo e Desenvolvimento

**“Turismo, um caminho para o Desenvolvimento Local” – Circuitos
Turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva**

Trabalho de Projecto de Mestrado apresentado por:

Paula Sofia Reis Amaral

Orientadora:

Prof. Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar

Évora 2010

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Turismo

Área de Especialização – Turismo e Desenvolvimento



191472

**“Turismo, um caminho para o Desenvolvimento Local” – Circuitos
Turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva**

Trabalho de Projecto de Mestrado apresentado por:

Paula Sofia Reis Amaral

Orientadora:

Prof. Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar

Évora 2010

Agradecimentos

Sem desejar explorar a formalidade do agradecimento generalizado algumas palavras de gratidão se impõem, dirigidas àqueles que directa ou indirectamente, possibilitaram, facilitaram e ajudaram a realização deste trabalho de projecto.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Doutora Saudade Baltazar, pelos conselhos que me dirigiu e pelos ensinamentos que me transmitiu na longa jornada de mestranda.

Agradeço a todas as pessoas entrevistadas, pela disponibilidade e forma atenciosa com que me receberam, e igualmente uma palavra de respeitoso agradecimento a todas as pessoas da comunidade local e turistas que gentilmente participaram no inquérito e estudo de casos.

Dirijo também uma palavra de gratidão à Dr.^a Manuela Gamboa, pela sua preciosa ajuda na disponibilização de informação.

Presentes, neste momento estão, os meus amigos e família que, mais superficialmente ou menos profundamente me apoiaram durante esta caminhada, fica uma palavra especial ao meu sobrinho Bruno, o centro do meu mundo.

Finalmente, uma palavra de apreço à Ana, pela paciência e estímulo permanente, onde renovei forças para continuar e, viveu comigo todas as alegrias e tristezas desta caminhada.

Resumo

Esta investigação pretendeu contribuir para clarificar o papel do turismo no desenvolvimento de um território eminentemente rural, as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva e, analisar e compreender qual o contributo da implementação de circuitos turísticos no processo de desenvolvimento local.

O presente estudo desenvolveu-se em três fases. Na primeira, para além da pesquisa e revisão bibliográfica, procedeu-se à teorização conceituada das determinantes e envolventes, políticas de desenvolvimento, desenvolvimento local, sistema e turismo. Numa segunda fase procurou-se ter a perspectiva dos actores envolvidos, do lado da oferta (agentes públicos e privados) e do lado da procura (turistas). Finalmente, elaborou-se um conjunto de propostas de intervenção para o desenvolvimento turístico das Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva.

Assim, este trabalho pretendeu demonstrar que o destino turístico das Aldeias Históricas obtém vantagens competitivas fruto da implementação de circuitos turísticos que potenciem os recursos endógenos.

Palavras-chave: Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, desenvolvimento local, recursos endógenos e circuitos turísticos.

Abstract

This research project intended to clarify the role of tourism in the historic villages of Portugal in Trancoso and Marialva development, a territory of rural nature, the analyze and understand what contribution the implementation of tour operators in the local development process.

This study has developed in three phases. At first, besides the research and the bibliographical review, we proceeded with the theorization of concepts such as the environment, policy development, local development and tourism system. In a second phase sought to have the perspective of the actors involved, from the supply side (public and private) and on the demand side (tourists). Finally, we elaborated a set of intervention proposals for tourism development of the historic villages of Portugal in Trancoso and Marialva.

This work aims to demonstrate that the tourist destination of Historical Villages gets competitive advantages result from the implementation of tours that enhance endogenous resources.

Keywords: Historical Villages of Portugal in Trancoso and Marialva, local development, local resources and tours.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS.....	VIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	X
ÍNDICE DE FIGURAS	XII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XIII
Introdução	14
Capítulo I – Considerações Metodológicas	20
Capítulo II – Enquadramento teórico-conceitual	26
2.1. Introdução.....	26
2.2. Desenvolvimento e Crescimento	30
2.3. Políticas de desenvolvimento numa perspectiva funcionalista vs territorialista	34
2.4. Desenvolvimento Local.....	40
2.4.1. Apresentação geral do conceito.....	40
2.4.2. O desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade	43
2.5. Determinantes do turismo.....	47
2.5.1. Evolução histórica das viagens e do turismo.....	47
2.5.2. O turismo como fenómeno social.....	50
2.5.3. Turismo como um sistema.....	53
Capítulo III – Contexto de Estudo	58
3.1. Caracterização das Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva ...	58
3.1.1. Caracterização geo-demográfica	58
3.1.1.1. Enquadramento Geográfico.....	58
3.1.1.2. Caracterização demográfica	61
3.1.2. Caracterização sócio-económica	63
3.1.2.1. Sectores de Actividade	63
3.1.2.2. População Activa – Emprego e Desemprego	65
3.1.2.3. Educação.....	66
3.1.3. Acessibilidades	67
3.1.4. Património Natural	68
3.1.5. Cultura e Património.....	70

3.1.5.1. Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva: Dimensão Histórica e Cultural	70
3.1.5.2. Património Cultural	72
3.1.5.2.1. Património Construído.....	72
3.1.6. Turismo.....	78
3.2. O Projecto das Aldeias Históricas de Portugal.....	82
Capítulo IV – O contributo dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva para o desenvolvimento local	86
4.1. Diagnóstico dos intervenientes no território local.....	86
4.2. Análise S.W.O.T.....	107
Capítulo V – O turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local	110
5.1. Pressupostos da componente estratégica	110
5.2. Conceito estratégico para as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.....	113
5.3. Missão e visão estratégica	115
5.4. Quadro Geral de Objectivos:	118
5.4.1. Objectivos gerais e de integração (I):.....	118
5.4.2. Objectivos específicos de qualificação e sustentabilidade (Q).....	119
5.4.3. Objectivos Operacionais (O)	119
5.5. Eixos estratégicos de intervenção e prioridades estratégicas	121
5.6. Modelo e Sistema de Governação	126
5.7. Âmbito e Finalidades da Estratégia de Desenvolvimento de Circuitos Turísticos	127
5.7.1. Identificação do Projecto.....	129
5.7.2. Caracterização do Projecto	130
Conclusões e Recomendações Finais.....	133
Bibliografia.....	1378

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1.A – Comparação entre universo e a amostra obtida segundo o sexo	152
Quadro n.º 1.B – Comparação entre universo e a amostra obtida segundo o grupo de idade	152
Quadro n.º 2 – Evolução da população residente (1991-2001)	62
Quadro n.º 3 – Evolução da População Residente por Grupos Etários (V.A).....	63
Quadro n.º 4 – Índice de Envelhecimento (2001).....	231
Quadro n.º 5 – Taxas de Actividade e Taxas de Desemprego por Unidade Territorial	232
Quadro n.º 6 – Taxa de analfabetismo (1991-2001).....	232
Quadro n.º 7 – Distribuição da população residente segundo o nível de instrução (2001) – V.A.....	232
Quadro n.º 8 – Arquitectura Religiosa e Civil nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva.....	234
Quadro n.º 9 – Património Classificado/Aldeia Histórica	73
Quadro n.º 10 – Feiras, Festas e Romarias nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.....	235
Quadro n.º 11 – Capacidade de Alojamento nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.....	79
Quadro n.º 12 – Oferta de Restauração.....	80
Quadro n.º 13 – Fluxo de Visitantes nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva ...	81
Quadro n.º 14 – Estatística de Visitantes Atendidos no Posto de Turismo de Trancoso, 2009	236
Quadro n.º 15 – Estatística de Visitantes Atendidos no Posto de Turismo de Marialva, 2009	237
Quadro n.º 16 – Distribuição da população inquirida por Aldeia Histórica, Sexo e Idade (V.A.).....	239
Quadro n.º 17 – Caracterização do perfil sócio-profissional da população inquirida (V.A.).....	239
Quadro n.º 18 – Contributos do turismo para dinamização sócio-económica da A.H. (V.A.).....	240
Quadro n.º 19 – Atractivos turísticos nas Aldeias Históricas (V.A.).....	240

Quadro n.º 20. A – Tempo médio de permanência de visitantes e turistas nas Aldeias Históricas (V.A.)	241
Quadro n.º 20. B – Teste U de Mann-Whitney	241
Quadro n.º 21 – Caracterização do perfil de turistas e visitantes das aldeias históricas (V.A.).....	242
Quadro n.º 22 - Frequência de relacionamento entre turistas/visitantes vs população local (V.A.).....	242
Quadro n.º 23 – Motivos de relacionamento entre turistas/visitantes e população local (V.A.).....	243
Quadro n.º 24 – Actividades de animação turística por Aldeia Histórica (V.A.).....	243
Quadro n.º 25 – Entidades promotoras de actividades de animação turística nas Aldeias Históricas (V.A.)	243
Quadro n.º 26 – Caracterização do público que participa nas actividades de animação turística nas Aldeias Históricas (V.A.).....	244
Quadro n.º 27. A – Justificação da importância das actividades para a divulgação da A.H.P. (V.A.).....	245
Quadro n.º 27. B – Teste Qui-quadrado.....	245
Quadro n.º 28 – Benefícios do Projecto Aldeias Históricas de Portugal para as “aldeias” (V.A.).....	246
Quadro n.º 29 – Identificação dos benefícios do Projecto A.H.P. (V.A.).....	246
Quadro n.º 30 – Identificação dos contributos do turismo para melhor a qualidade de vida da população local (V.A.).....	247
Quadro n.º 31 – Caracterização do contributo do turismo para a melhoria da qualidade de vida da população local segundo a idade (V.A.)	247
Quadro n.º 32 – Justificação da implementação de circuitos turísticos na A.H. (V.A.)	248
Quadro n.º 33 – Identificação de recursos endógenos para a implementação de circuitos turísticos (V.A.).....	249
Quadro n.º 34 – Tradições e valores locais salvaguardados na construção de circuitos turísticos (V.A.).....	249
Quadro n.º 35 – Entidades a envolver para um desenvolvimento local integrado segundo a idade (V.A.).....	250
Quadro n.º 36. A – Matriz SWOT das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva (Pontes Fortes/Pontos Fracos).....	108

Quadro n.º 36. B – Matriz SWOT das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva (Oportunidades/Ameaças)109

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1 – Distribuição da população residente empregada segundo o sector de actividade económica, em 2001 (V.A.)	64
Gráfico nº2 – População residente empregada segundo o grupo de profissões, nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, em 2001 (%).....	231
Gráfico n.º 3 – Importância das actividades para divulgação da A.H.P.....	244
Gráfico n.º 4 – Opinião dos inquiridos na implementação de circuitos turísticos inter-concelhios	248

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 – Causalidade circular nos territórios de baixa densidade	45
Figura nº 2 – Sistema Funcional do Turismo	54
Figura nº 3 – Estruturação de um produto turístico	57
Figura nº 4 – Mapa das Aldeias Históricas de Portugal.....	58
Figura nº 5 – Acessibilidades nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva	233
Figura nº 6 – Rede Ferroviária da Beira Alta e Douro.....	233
Figura nº 7 – Período Horizontal de um Plano Estratégico de 8 a 10 anos.....	120
Figura nº 8 – Etapas do trabalho de projecto	137

LISTA DE ABREVIATURAS

ABD – Áreas de Baixa Densidade.

ADRT – Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio

A.H.P. – Aldeia Histórica de Portugal.

AIEST – Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism.

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

C.M.M. – Câmara Municipal de Mêda.

C.M.T. – Câmara Municipal de Trancoso.

DGDR – Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.

E.N. – Estrada Nacional.

ERT's – Entidades Regionais de Turismo.

EUA – Estados Unidos da América.

EUROSTAT – Gabinete de Estatísticas de União Europeia.

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

INTERREG – Iniciativa comunitária para a promoção e cooperação transfronteiriça inter-regional.

LEADER – *Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural* – Iniciativa Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento Rural.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano.

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

IP – Itinerário Principal.

MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OMT – Organização Mundial de Turismo.

PAC – Política Agrícola Comum.

PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal.

PDR – Programa de Desenvolvimento Regional.

PDS – Plano de Desenvolvimento Social.

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo.

PENDR – Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural.

PNB – Produto Nacional Bruto.

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

PNPOT – Programa Nacional do Ordenamento do Território.

P.N.U.D. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PORC – Programa Operacional Regional do Centro.

PPDR – Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional.

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural.

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território.

PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos.

QCA – Quadro Comunitário de Apoio.

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

RR – Rede Rural Nacional.

SAU – Superfície Agrícola Útil.

SPSS - Statistical Package for the Social Science.

V.A. – Valor absoluto.

Introdução

O presente trabalho de projecto surge com o objectivo de apresentar um estudo científico do fenómeno do turismo, cuja natureza se reveste de grande actualidade nas sociedades modernas, face aos novos domínios que assume no processo de desenvolvimento, nas dimensões económica, social e cultural, desencadeando novos valores e novos factores de mudança ao interferir estrategicamente, nos modelos de desenvolvimento e projectando, através destes, as ambições futuras das sociedades.

A opção pela análise do fenómeno do turismo e a sua articulação com as novas concepções de desenvolvimento, suscitaram a pertinência deste estudo, partindo do pressuposto teórico-conceptual que o turismo, pela dimensão e importância que alcançou nas sociedades modernas e, o espaço crescente que tem vindo a ganhar nas propostas de desenvolvimento, que têm sido delineadas, com o fim de contribuir para a resolução da crise que afecta a maioria das áreas rurais.

Apesar das perspectivas da evolução do sector turístico, pois, assume-se como a principal actividade económica da actualidade, e neste sentido a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2000) prevê um crescimento para o turismo internacional muito significativo, pois irá praticamente triplicar nos próximos vinte anos, ultrapassando em termos de exportações os sectores ligados à produção petrolífera e ao comércio de automóveis. No contexto da Europa, as previsões da OMT, para 2020, apontam para 717 milhões de chegadas turísticas internacionais, correspondendo a uma quota de mercado de 46%, ajustando-se o crescimento de chegadas turísticas internacionais para 3% ao ano (OMT, 2000). Também Portugal não é excepção ao desenvolvimento desta área de actividade, assumindo-se como uma real estratégia para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade em criar riqueza e emprego. Ao mesmo tempo que o turismo pode trazer abundantes oportunidades e benefícios, é fundamental que o seu crescimento seja efectuado de forma sustentada, quer a nível económico, cultural e patrimonial, quer a nível ambiental. Paralelamente com uma das taxas de crescimento mais rápidas de todos os sectores da economia, assiste-se a uma diversificação dos produtos turísticos que tendem a ser orientados para novas ofertas e novas experiências inovadoras e diversificadas, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. De alguma forma, podemos dizer que o turismo precisa de desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos. O

produto turístico assume-se como o elemento preponderante nesta indústria, pois é, dele que emanam os atributos geradores de expectativas nos consumidores. O destino é tomado como uma amálgama de produtos individuais e oportunidades de experiências que interligados darão corpo à experiência total da área visitada. Nesta acepção, o sucesso da actividade turística prende-se de perto com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa.

Esta perspectiva fundamenta-se no paradigma do desenvolvimento endógeno, que surgiu no final dos anos 70/início dos anos 80 do século passado como uma reacção aos modelos e às políticas regionais tradicionais. A política regional tradicional assente numa estratégia de “cima para baixo”, foi sendo progressivamente substituída, por uma orientação de “baixo para cima”, que procura ultrapassar os desequilíbrios regionais através do apelo não só a factores externos mas, também, aos recursos próprios dos territórios, ou seja, uma estratégia que sustenta a ideia de que o desenvolvimento económico pode ser difuso se houver capacidade para utilizar com eficácia os recursos endógenos e as competências dos territórios.

A própria expressão “desenvolvimento endógeno” espelha, na opinião de Polèse “ a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (saber-fazer) dos habitantes e das empresas da região” (Polèse, 1998:218). Assiste-se, assim, a mudanças na conceptualização do desenvolvimento económico, reconhecendo-se a importância desempenhada pelos sistemas produtivos locais nos processos de mudança e crescimento e do próprio território, com um papel activo nos mesmos.

A investigação que aqui se empreendeu situou-se metodologicamente neste paradigma, considerando que a actividade turística constitui uma forma de aproveitamento dos recursos endógenos do território, participando no processo de desenvolvimento local.

A realização deste trabalho de projecto subordinado ao tema “*Turismo um caminho para o Desenvolvimento Local*” – *Circuitos Turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva* destinou-se à obtenção do grau de mestre em Turismo e Desenvolvimento na Universidade de Évora.

A **motivação** da escolha do tema debateu-se, numa primeira linha à nossa proximidade afectiva e vivencial face ao universo das Aldeias Históricas de Portugal, em muito contribuiu para a escolha deste tema como objecto de estudo e, em particular

às duas “aldeias” de Trancoso e Marialva. No sentido, de compreender o fenómeno turístico e, por outro lado, conhecer, compreender e explicar o grande potencial do turismo para o desenvolvimento local, quer seja em termos quantitativos, quer seja em termos qualitativos no contexto territorial seleccionado. A consciência do excessivo investimento promocional no turismo de sol e praia, em Portugal, e correspondente défice de empenho noutros produtos, porventura menos massificados mas, seguramente, portadores de progresso numa lógica de desenvolvimento mais sustentável e mais equilibrados territorialmente, bem como a constatação da relativa ausência de estudos nesta área, nomeadamente, as Aldeias Históricas de Portugal, que justificam o interesse pelo presente tema de investigação.

Centrou-se assim, o **objecto de estudo** do presente trabalho de projecto nos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

Após a definição da problemática em estudo procedeu-se à formulação de algumas questões que demonstram e justificam a pertinência e oportunidade do tema a investigar.

O turismo poderá ser uma alternativa ao desenvolvimento das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva? O sector turístico assume um cariz de revitalização económica e social para os agentes locais? Quais são as potencialidades das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva para a criação de circuitos turísticos? E como é que estes se podem articular com os interesses e expectativas dos vários agentes locais?

Raymond Quivy defende que a melhor maneira de iniciarmos um projecto de investigação passa por procurar enunciá-lo “ (...) na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor (...)” (Quivy, 1992:30). As perguntas de investigação devem ter qualidades de clareza, precisão e serem concisas, não admitindo duplos sentidos. Como seus atributos aparecem ainda a exequibilidade, ou seja, serem realistas e possuírem qualidades de pertinência, pois devem abordar o estudo da realidade existente, tendo uma intenção compreensiva e explicativa e não moralizante.

O trabalho de projecto apresentado desenvolveu-se em torno de um conjunto de questões que definem os contornos da investigação levada a cabo. Estas questões constituem as **perguntas de partida** que encerram em si a problematização que envolve a investigação e que se podem expressar da seguinte forma: **1) Qual a importância actual da vertente do turismo para o desenvolvimento das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva? 2) Que medidas/iniciativas estão a ser desenvolvidas para**

promover a actividade turística? 3) Quais são os recursos endógenos que permitem a implementação dos circuitos turísticos? 4) De que modo os circuitos turísticos poderão favorecer o Desenvolvimento Local?

Neste contexto, o **pressuposto temático** prendeu-se com a necessidade de explicar o contributo do sector turístico no desenvolvimento local de modo a perceber se:

- Os circuitos turísticos são uma alternativa a adoptar para boas práticas para o desenvolvimento turístico das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva?

- E quais são os principais atractivos na construção dos circuitos turísticos?

- E qual poderá ser o efeito multiplicador para outras Aldeias Históricas de Portugal?

Face à problemática e às perguntas de partida definiu-se como **objectivos** do presente trabalho de projecto, em termos de **Objectivo Geral**: Analisar o contributo do sector turístico no desenvolvimento local, visando a identificação de propostas de intervenção em Trancoso e Marialva. E identificou-se ao nível de **Objectivos Específicos**:

- a – Identificar as percepções e perspectivas turísticas da população e dos agentes locais;
- b – Identificar e analisar as potencialidades dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva;
- c – Definir as parcerias e as dinâmicas sócio-económicas conducentes à implementação dos circuitos turísticos nas aldeias históricas;
- d – Elaborar propostas de intervenção para dinamização de circuitos turísticos no sentido de rentabilizar os recursos endógenos numa perspectiva de desenvolvimento local.

Neste sentido, para atingir os objectivos propostos para a concretização do presente estudo, utilizou-se preferencialmente os seguintes **instrumentos metodológicos**, pois considerou-se os mais adequados à natureza deste estudo, de cariz quantitativo e qualitativo: recolha e análise bibliográfica; observação directa; inquérito por questionário; entrevista semi-directiva e, estudo de casos.

O presente trabalho de projecto, levado a cabo e do tipo exploratório-analítico, que visou, contribuir para a compreensão do sector turístico do Desenvolvimento Local com a adopção de novas práticas, nomeadamente os circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

Mantendo presente os objectivos propostos e para uma melhor **organização do trabalho de projecto** apresentado, optou-se por dividi-lo em cinco capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *considerações metodológicas*, baseia-se na apresentação da matriz metodológica que esteve na base da elaboração do presente trabalho de projecto, nomeadamente pela explicitação das técnicas utilizadas na recolha e tratamento de dados.

O segundo capítulo, denominado *enquadramento teórico-conceptual*, pretendeu-se levar a cabo a revisão bibliográfica que teve, neste caso, por objectivo, tentar traçar “*the state of arts*”, no que diz respeito à filosofia subjacente à construção de circuitos turísticos, isto é, o Desenvolvimento Local. A revisão bibliográfica, com o intuito de traçar o estado da questão, teve como principal objectivo, situar o presente trabalho de projecto em relação ao que já foi feito neste domínio, avaliando o valor de contribuições anteriores para a compreensão desta matéria, não ignorando trabalhos ulteriores de outros membros da comunidade científica.

No terceiro capítulo, baseou-se na apresentação do *contexto de estudo* do território em investigação, fazendo uma contextualização e enquadramento territorial, descrevendo a realidade sócio económica do território, com o intuito de ter uma visão geral da área em estudo, com apresentação e descrição de dados.

Assim, no capítulo IV procurou-se analisar o *contributo dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva para o desenvolvimento local*, por via das várias técnicas utilizadas. Apresentando de forma sucinta toda a informação recolhida juntos dos vários intervenientes do território local (população local, agentes locais e turistas), informação que descreve a realidade actual destas aldeias históricas e uma visão de futuro para este território, relativamente, à proposta de intervenção exposta.

No último capítulo procedeu-se a uma reflexão sobre *turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local*, estratégia delineada a partir dos dados obtidos junto dos vários intervenientes das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, com a definição de vários eixos de intervenção no sector do turismo, deste território para o desenvolvimento de circuitos turísticos temáticos nestas aldeias históricas e posterior apresentação do projecto traçado para a exequibilidade deste objectivo.

O trabalho de projecto termina com as principais ilações do estudo e a identificação de algumas linhas de investigação futura.

Um trabalho de projecto é um empreendimento complexo e bastante exigente, sendo um processo longo e rigoroso pelo que é normal surgirem **dificuldades** que, no caso concreto foram sentidas ao longo das várias fases de trabalho. Na fase da revisão da literatura, dada a quantidade e diversidade de informação disponível, a selecção do material viria a revelar-se uma tarefa difícil e morosa. As dificuldades encontradas na realização das entrevistas semi-directivas estiveram associadas ao acesso de alguns informantes, no agendar entrevistas o que nalguns casos, chegou a demorar 5 meses, há que lamentar não ter sido possível recolher a informação junto de um agente local. Outra situação difícil verificou-se na disponibilização de informação por parte de alguns órgãos locais, que só foi conseguida após muita insistência e perícias na obtenção da mesma. Em termos de dados estatísticos e informação de caracterização do território de estudo, há que lamentar também algumas debilidades, no que respeita à escassez de informação e de estudos.

Capítulo I – Considerações Metodológicas

Desenvolver um trabalho de investigação tem como finalidade contribuir para a construção do conhecimento relacionado com determinado fenómeno do mundo em que vivemos. Ora, os procedimentos metodológicos da pesquisa devem ser pensados em correlação com os objectivos e as questões de partida, para que, a teoria delineada nos possa através dos métodos e técnicas conduzir a uma aprendizagem superior dos factos da realidade sensível. Assim, o aparelho metodológico construído para orientar o trabalho permite garantir a objectividade necessária ao tratamento dos dados recolhidos e analisar os fenómenos existentes, através de técnicas e métodos rigorosos e eficientes para análise das questões colocadas, face ao objecto de estudo. Segundo (Bell, 1997), a metodologia procura explicar como a problemática foi investigada e a razão por que determinados métodos e técnicas foram utilizadas¹. Para o delineamento da metodologia seleccionou-se todo um conjunto de técnicas de investigação diversificadas e adequadas, tendo em conta as que mais se adequaram ao presente objecto de estudo, “ (...) o investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tão claro quanto possível, de forma que o seu trabalho possa iniciar-se sem demora e estruturar-se com coerência.” (Quivy, 1992: 29). Assim, o método incide na selecção e articulação das técnicas da recolha e análise da informação, e assenta numa “ (...) estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação.” (Silva e Pinto, 1990:129).

Na escolha da metodologia a utilizar, tendo em conta os objectivos planeados para a presente investigação, optou-se pela combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Com efeito, Bardin (1999) considera que a complementaridade dos métodos de investigação quantitativos e qualitativos aumentam a fiabilidade dos resultados. Na mesma linha Patton (citado em Carmo et al., 1998) afirma que uma forma de tornar um plano de investigação mais “sólido” é através da triangulação, isto é, da combinação de metodologias no estudo.

A recolha de informação baseou-se fundamentalmente na classificação das técnicas de pesquisa em ciências sociais que distingue técnicas documentais e técnicas não documentais. No primeiro grupo, ao nível das **técnicas documentais** incluiu-se a **pesquisa bibliográfica e documental**, imprescindível a qualquer investigação, recaindo

¹ A metodologia expressa as estratégias adoptadas pelo pesquisador para desenvolver informações precisas, objectivas e passíveis de interpretação.

na consulta bibliográfica sobre a problemática em questão, não só para um aprofundamento e enquadramento e compreensão da realidade social em estudo como na verificação da validade e pertinência da informação existente, constituindo uma base de trabalho sólida e pertinente².

Desta forma, não foi só a pesquisa documental que orientou o decorrer de toda a investigação, muito embora se partisse desta para o conhecimento mais profundo da realidade das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, por isso, **as técnicas não documentais**, o método da **observação directa**³, **não participante**, e neste caso, também deveras importante, não só para um melhor conhecimento da sua população, mas também, para perceber o quotidiano social do contexto em estudo. No caso concreto, a observação directa teve por objectivo tomar contacto imediato com a realidade existente, para o que, o investigador se baseou de inúmeras visitas ao contexto da investigação por forma a tomar contacto não só com o espaço, como também com as pessoas que o habitam e que, em última instância, constituem o veículo privilegiado de transmissão da informação que se pretendeu obter.

Para alcançar os objectivos do estudo utilizou-se o **inquérito por questionário**⁴ à população local como instrumento de recolha de informação quantitativa, tendo como uma das suas vantagens, “a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação.” (Quivy 1992:191). Assumindo-se como uma técnica de enorme simplicidade, quer seja pela sua rapidez de recolha e tratamento dos dados, como também por ser menos dispendioso, composta por um número mais ou menos alargado de questões, que visa dar resposta à temática em estudo.

Para a obtenção dos dados estatísticos da população em estudo, recorreu-se aos Censos de 2001/INE e, o passo seguinte, foi o de definir a população alvo. A população

² Podemos afirmar que sem uma selecção perfeita e exaustiva de documentos não será possível um conhecimento profundo e objectivo da realidade em estudo, isto, porque a pesquisa é uma diligente busca para averiguar algo, sendo uma finalidade encontrar respostas para as questões de partida utilizando, ao mesmo tempo, métodos científicos pois sabemos que, a pesquisa puramente empírica é virtualmente impossível (Moreira, 1997).

³ Quanto a técnica de observação directa “é aquela em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados. Apela directamente ao seu sentido de observação (...) a partir de indicadores e que designa os comportamentos a observar (...). Os sujeitos não intervêm na produção da informação procurada.” (Quivy et al., 1992:165).

⁴ Segundo Ander-Egg, “Un questionário es por definición un instrumento de recopilación de datos, rigurosamente standarizado, que traduce y operacionaliza determinados problemas que son objeto de investigación.” (Ander-Egg, 1989:274).

inquirida correspondeu aos habitantes das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, por uma população que atinge um total de 3377 habitantes (INE, 2001).

O processo de selecção de uma amostra a partir de uma população, é denominado por amostragem, sendo, o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido de tal forma que essa mesma amostra⁵ seja representativa do universo que se pretende estudar. Tendo em atenção o tipo de estudo e a necessidade de obter uma amostra⁶ significativa, optou-se pelo método de amostragem aleatória ou probabilística estratificada, uma amostra que é obtida da divisão da população em grupos ou estratos, neste caso particular de estudo, cada estrato é tomado como uma população independente e a selecção dos elementos dentro de cada um faz-se separadamente de cada um dos outros (Vicente et al., 1996). A população em estudo foi dividida em subgrupos homogéneos (idade, sexo e aldeia), sendo a amostra final constituída por uma amostragem simples dos elementos pertencentes a cada um dos subgrupos homogéneos.

A obtenção da amostra estratificada foi conseguida através dos seguintes passos: os estratos foram identificados por conhecimento da própria população, tomando por base os Censos de 2001, dividiu-se a população por estratos por aldeia histórica (Trancoso e Marialva), sexo e idade (compreendida entre os 15 e os 65 e mais anos) atingindo um total de 2871 habitantes (foi retirado o grupo etário dos menos 14 anos). Perante o universo apresentado procedeu-se ao cálculo do universo da amostra, para um erro de 5%, para um grau de confiança de 2G (supõe uma probabilidade de 95,5%) para um universo finito, considerando a maior heterogeneidade (pior caso 50/50), do qual resultou, uma unidade de análise de 350 indivíduos, tendo-se procedido à aplicação do inquérito pelas duas aldeias históricas (Anexo I – cálculos da amostragem).

O questionário⁷ aplicado foi anónimo, do tipo directo (dado que o inquirido é abordado na rua), mas de administração indirecta, na medida que foi o próprio

⁵ Para Fortin (1999) uma amostra é “um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população e deve ser representativa da população visada.” (Fortin, 1999:205).

⁶ Existem diferentes métodos de selecção de uma amostra: métodos probabilísticos (cada um dos elementos da população tem hipóteses de ser incluído na amostra) e métodos não probabilísticos/intencionais ou de conveniência (não existe a possibilidade de definir com rigor, as probabilidades de inclusão dos diferentes elementos da população da amostra).

⁷ Apresenta como principal desvantagem o facto de constituir um instrumento de recolha de dados bastante rígido, todavia, as vantagens relacionam-se com a uniformidade e economia de tempo, aquando de amostras de grande dimensões, ao mesmo tempo que facilita o tratamento das respostas obtidas ao conjunto de questões proposto.

inquiridor que o completou através das respostas dadas pelo inquirido e apoiou-se na formulação de perguntas abertas, fechadas e de escolha múltipla (Anexo II).

O inquérito por questionário teve como objectivos centrais abordar a população local, no sentido de conhecer os seus valores e opiniões, visando recolher a informação acerca da importância do turismo para o desenvolvimento local, bem como obter informação da contemplação de “Circuitos Turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva”.

Deste modo, o questionário apresenta-se dividido em quatro partes: caracterização da população (I); percepções do turismo na aldeia histórica (II); turismo e desenvolvimento na aldeia histórica (III) e perspectivas futuras de intervenção e rentabilização dos recursos endógenos (IV). De notar, que após a concretização do pré-teste que teve lugar nas duas aldeias históricas, seguindo-se de pequenas rectificações com vista a uma melhor interpretação do que era questionado, procedeu-se à recolha de dados, que decorreu entre o dia 15 de Março e 30 de Abril. Finalizada a recolha de dados, passou-se para a fase do tratamento dos dados, apesar do questionário ser pré-codificado, foi necessário, rever individualmente os questionários e, proceder à categorização das perguntas abertas e respectiva codificação, de forma a completarem a elaboração do livro de código (Anexo III), a par da atribuição de um número de série a cada um deles. Os dados foram tratados informaticamente, recorrendo à utilização do programa de tratamento estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Science)*, versão 15.0 para Windows.

Também o **inquérito por entrevista**⁸ foi outra das técnicas utilizadas, que se revestiu de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para o melhor conhecimento da realidade em estudo e, ao mesmo tempo cruzar informação obtida.

Neste caso a técnica de amostragem escolhida foi do tipo intencional, na medida em que a amostra é retirada deliberadamente, ou seja, os elementos foram escolhidos por serem considerados representativos da população, informantes que desempenham um papel fundamental no território local.

⁸ Neste caso “interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos de investigação.” (Albarello et al., 1997:103).

Como tal, as entrevistas realizadas foram do tipo semi-directivas⁹ aplicadas a informantes privilegiados, entre os quais, representantes das autarquias locais e de associações de desenvolvimento local e ainda empresários locais, orientadas por um guião de perguntas de interesse para a investigação que orientou o desenvolvimento da mesma (anexo IV).

Esta técnica foi aplicada a um total de 7 entrevistados, dos 8 inicialmente previstos¹⁰, entre os quais o Presidente e o Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Trancoso, Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, Presidente e Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Mêda (representantes máximos do poder local, cujas as opiniões e conhecimentos seriam imprescindíveis à pesquisa em acção), ao coordenador da Associação de Desenvolvimento Local Raia Histórica/Castelos do Côa (no sentido de enquadrar a actividade desta entidade no projecto das aldeias históricas) e ao Promotor e Empresário do Projecto Casas do Côro em Marialva (por ser uma entidade privada que desempenha um papel bastante activo na oferta de alojamento).

Como metodologia complementar utilizaram-se meios tecnológicos com a gravação áudio da entrevista. Posteriormente, o tratamento das entrevistas foi feito através da análise de conteúdo com base na modalidade categorial temática, por se estar perante o uso de métodos qualitativos; a análise empreendida compôs-se de duas partes, numa primeira procurando excertos das entrevistas visando a identificação de palavras-chave/temáticas abordadas e que, numa fase posterior, permitiram elaborar quadros síntese – grelhas de análise¹¹ (anexo V).

Para a concretização dos objectivos traçados, mais concretamente para a confirmação do fenómeno em investigação, recorreu-se a **estudo de casos** nas duas Aldeias Históricas aos turistas, no sentido de obter uma série de opiniões para uma maior complementaridade e confirmação sobre os dados recolhidos pelas técnicas anteriormente referenciadas e conseguirmos colocar a outra face da “moeda” – Oferta e

⁹ É um método bastante rico, no sentido que não é inteiramente aberta, nem encaminhada por um número grande de perguntas precisas. O investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, mas não colocará necessariamente todas as perguntas na ordem em que as anotou, simplesmente o investigador esforçar-se-á por reencaminhar a entrevista segundo os objectivos a que se propõe (Quivy et al., 1992).

¹⁰ Após várias tentativas para a realização de uma entrevista a um representante da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (que se estendeu ao longo de um período superior a cinco meses), e face ao tempo disponível para a realização da presente investigação, a mesma teve que ser abandonada, provavelmente pela falta de interesse e colaboração na cedência de informação. Concluímos junto de um elemento da associação que a não concretização, se deve em certa medida à falta de trabalho exercido no terreno segundo os objectivos para os quais foi criada.

¹¹ Albarello et al. (1997:120), em *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* expõem uma explicação da análise de entrevistas na utilização de uma grelha.

Procura Turística nas Aldeias Históricas, na perspectiva dos turistas. Face aos propósitos de estudo, a modalidade¹² escolhida foi o estudo de caso instrumental, que é desenvolvido com o propósito de auxiliar no conhecimento em investigação. Para Yin (citado em Carmo et al., 1998) o estudo de caso constitui uma estratégia para se responder a questões de “como” ou “porque”.

No caso concreto, a estratégia ou modo de investigação seleccionado foi o estudo de caso múltiplo¹³ e os dados recolhidos por via de aplicação de um inquérito por questionário aos turistas¹⁴ (anexo VI), nas Aldeias Históricas de Trancoso (caso A) e Marialva (caso B), em que o número de casos, se processou com o adição progressivo de novos casos, até ao instante que alcançou-se uma saturação teórica¹⁵, verificando-se que ao quarto caso em cada uma das aldeias históricas atingiu-se essa saturação. Em termos metodológicos, ao nível da análise e interpretação dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo com base na modalidade categorial temática, com a construção de uma grelha de análise comparativa entre os casos nas duas aldeias históricas (anexo VII). As categorias que resultaram da análise de conteúdo foram alvo de uma abordagem qualitativa.

As várias técnicas de investigação agora descritas apresentam-se como a base de operacionalização, que permitem a obtenção dos objectivos traçados para o presente estudo e que aparecem de forma descritiva e explicativa ao longo dos vários capítulos que se procedem.

¹² Segundo Stake (2000) existem três modalidades de estudos de caso: intrínseco, instrumental e colectivo (Gil, 2002).

¹³ Tanto Bruyne et al (1974) como Yin (1994) reconhecem duas variantes do estudo de caso enquanto modo ou estratégia de investigação: o estudo de caso único e o estudo de caso múltiplo. Os estudos de caso múltiplos possibilitam a comparação entre vários casos e visam descobrir divergências entre esses casos, podendo nas duas variantes a recolha de dados se enquadrar a uma única ou várias unidades de análise.

¹⁴ Do tipo directo, mas de administração indirecta, no sentido que o inquiridor preencheu de acordo com as respostas do inquirido ao questionário.

¹⁵ Apesar de não haver um número ideal de casos, costuma-se utilizar-se de quatro a dez casos (Gil, 2002).

Capítulo II – Enquadramento teórico-conceitual

2.1. Introdução

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais. Presente em várias áreas disciplinares, deu ao longo do tempo corpo a diversas teorias da mudança e de transformação das sociedades, além de ter servido para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar. Do ponto de vista teórico, em termos de princípios, o conceito de desenvolvimento está associado às ideias de progresso, felicidade e justiça.

O desenvolvimento é um processo dinâmico definido como sinónimo de “bem-estar, crescimento e progresso”, sendo por isso muito bem aceite e desejado pelas diferentes sociedades do mundo, assumindo, um elevado grau de importância. Apesar de não ser nosso objecto centrar-nos nesta discussão, procuraremos reflectir um pouco sobre os principais pontos comuns e diferenças entre estas noções, ocupando-nos, sobretudo, da evolução do conceito de desenvolvimento.

O campo teórico de suporte do conceito de desenvolvimento tem sofrido grandes alterações, fruto das diversas mudanças que as sociedades e os indivíduos têm vivido. Nos últimos 60 anos, e em particular nos últimos 30 anos, o conceito de desenvolvimento tem sido objecto de estudo de vários autores e tem ao longo do tempo gerado grandes controvérsias em torno da sua definição conceptual.

O conceito de desenvolvimento é um conceito muito recente, um marco das nossas sociedades contemporâneas, a conceptualização científica do conceito apenas surge depois da II Guerra Mundial até a actualidade, com referências ao início das sociedades europeias, com emergência na crise económica dos anos 70, após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa¹⁶. Um percurso que marca de tal maneira a vida das populações e a reflexão teórica que, surge como um conceito quase igual a bem-estar, progresso e realização, uma reflexão apoiada pelo paradigma funcionalista de desenvolvimento, baseado pelos modelos do tipo centro-periferia e nas abordagens do crescimento polarizado. Digamos, que ser desenvolvido era considerado ter sucesso na evolução das sociedades contemporâneas. Só que este sucesso foi equiparado a uma componente da vida real das pessoas que é a componente do bem estar material, ou seja,

¹⁶ A obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, publicada em 1776, é um paradigma teórico no desenvolvimento científico da economia no século XVIII e é considerada como um dos pontos nucleares para a definição do conceito de “progresso” e “desenvolvimento”.

um dispor de quantidades acrescidas e variadas de bens e serviços a que as pessoas possam recorrer como forma de realização do seu consumo. Apesar de nem sempre fosse explicitamente assim, implicitamente estas duas ideias andaram sempre associadas, desenvolvimento era crescimento económico.

Efectivamente, nos anos 50, 60 e início dos anos 70 foram, de certo modo, o período dessa utopia. O esforço feito nos anos 60 para apoiar os países pobres, em situação de marginalização e periferia do mundo, seguindo os bons exemplos dos países mais ricos, uma aspiração para caminhar para o desenvolvimento. De facto, o conceito de desenvolvimento desde o início tomou como referência, a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, em que, “ (...) parte da produção teórica inicial sobre “desenvolvimento” visava evolução desses países, pelo que o conceito apareceu quase sempre ligado à resolução dos chamados “problemas e vícios do subdesenvolvimento.” (Amaro, 2003:40).

O paradigma teórico dominante, no qual as estratégias de desenvolvimento e as políticas regionais se basearam, caracterizava-se por um crescimento polarizado, vulgarmente designado como paradigma funcionalista do desenvolvimento, concentrado territorialmente e orientado para a redistribuição espacial da actividade económica e para a redução das diferenças regionais, utilizando, para tal, recursos exteriores à área que beneficiava de auxílio (Santos e Baltazar, 2005:13).

Uma viragem que surge no início dos anos 70 e, para Amaro (1997) esta crença começou por ser abalada. Em que as principais “teorias e políticas de desenvolvimento começaram a cair em descrédito, muito por culpa do impasse em que se encontrava o progresso económico e social em grande parte dos países subdesenvolvidos (...) resultante do excesso endividamento” (Branco, 1999:55). Uma viragem que ficou a dever-se ao esforço falhado nos anos 60 para apoiar os países pobres, que se traduziu num autêntico fracasso. O que provocou nos 30 anos seguintes, uma busca intensa de novas conceptualizações e estratégias, uma ascensão e consolidação das teorias explicativas do desenvolvimento e do sub-desenvolvimento de inspiração neo-clássica que viriam a provocar uma pequena revolução que, do círculo académico, rapidamente alastraria à maioria das instâncias de decisão nacional e internacional (Branco, 1999).

O surgimento, no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, de um novo paradigma do desenvolvimento regional, explica-se como uma reacção ao esgotamento dos modelos e políticas regionais tradicionais e constituiu uma das mudanças mais importantes que tivera lugar na teoria do desenvolvimento económico

nas últimas décadas. Um paradigma territorialista, que defende uma estratégia “*bottom-up*”, onde as pessoas sejam os motores dos seus processos de desenvolvimento.

Da eminência das críticas ao conceito de desenvolvimento local, que acaba por ser influenciado por esta história, que começa a falar pela primeira vez, na década de 70, de desenvolvimento comunitário, um conceito que é trabalhado pelas Nações Unidas.

Do ponto de vista de Amaro (1997), o conceito de desenvolvimento emerge da convergência da chuva de críticas¹⁷, provenientes do agravamento das desigualdades estruturais e sociais e degradação das condições materiais, sociais e ambientais da existência humana, resultados negativos e graves aos quais o autor intitula grito de cidadania e a uma descrença dos modelos políticos em vigor, uma democracia que apenas se traduz numa representatividade não participativa.

Contemporaneamente ao paradigma territorialista, surgem novos conceitos de desenvolvimento nos últimos 30 anos, que podem ser agregados em três fileiras: a fileira do ambiente (ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável), a fileira das pessoas e das comunidades (desenvolvimento comunitário, desenvolvimento participativo, desenvolvimento local) e a fileira dos direitos humanos (desenvolvimento humano, desenvolvimento social). Transversal a todas as outras fileiras surge o conceito de desenvolvimento integrado (Amaro, 1997).

Em Portugal, as primeiras iniciativas de desenvolvimento, a partir das comunidades locais, surgem na década de 70, pela mão do conceito de *desenvolvimento comunitário*, traduzido por Manuela Silva, sendo que muitas das “ (...) experiências ainda hoje referenciadas por desenvolvimento local são filhas dessa versão de desenvolvimento comunitário” (Amaro, 2001:161). Um conceito que a investigadora cita, ao explicar que a expressão desenvolvimento comunitário é “ (...) uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País” (Silva, 1964:498), ou seja, a população é chamada a participar em todas as fases do processo de desenvolvimento. Assumindo-se como uma técnica¹⁸, o

¹⁷ É também nesta altura que são apresentadas outras críticas e outras propostas. A proposta de desenvolvimento com base nas necessidades dos mais pobres nasce nos anos 70 e é esse o conceito da satisfação das necessidades fundamentais como critério base do desenvolvimento, o desenvolvimento a partir dos mais pobres, também influenciador do desenvolvimento local.

¹⁸ Manuela Silva sintetiza a técnica do desenvolvimento comunitário, como uma ferramenta que “acolhe” diferentes conhecimentos das várias disciplinas – Economia, Psicologia, Sociologia, Antropologia

desenvolvimento comunitário tem aplicabilidade numa multiplicidade de situações não se circunscrevendo apenas aos casos das regiões atrasadas. Podendo afirmar que todos os países, mesmo aqueles que hoje são mais desenvolvidos do ponto de vista económico e social, conheceram regiões que não conseguiram acompanhar o fenómeno do crescimento ou expansão económica como se registava noutras regiões vizinhas. Na transcrição para o caso português Manuela Silva (1964:502), refere que “ (...) o desenvolvimento comunitário deverá provocar a reintegração das zonas não evoluídas no ritmo geral do desenvolvimento nacional e bem assim corrigir (...) as actuais assimetrias regionais verificadas.” Os problemas referenciados anteriormente, leva-nos para o realismo português, com dois grandes pólos (Lisboa e Porto), aos quais se associam outros centros urbanos a par de regiões onde a população vive em condições primitivas e aonde os esforços de progresso não conseguem deixar marca apreciável. (Silva, 1963).

Nos últimos anos a ruralidade sofreu algumas contrariedades, que alteraram a sua estrutura e todo o seu processo de desenvolvimento. Perante esta constatação é fundamental, no século XXI, preconizá-la através de processos de desenvolvimento “*bottom-up*” adequados à especificidade dos locais, em que não existe um único processo de desenvolvimento, mas tantos quantos os locais existentes. Sendo na opinião de Amaro (1997:166), difícil traçar uma definição do conceito de desenvolvimento local, pela variedade de experiências existentes, tornando-se impossível integrar todas as experiências apenas num conceito, pois é um processo de transformação e mudança. Na opinião do mesmo, considera que, “ (...) parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder, antes demais a partir das capacidades locais mas articulando-as com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua” (Amaro, 1997:167). Numa lógica integrada, que deve ser construída com a participação das populações locais e dos seus actores, os quais poderão definir melhor que ninguém quais os seus principais problemas, que estratégias adoptar e operacionalizá-las, conjugando a mobilização dos seus recursos endógenos e o estabelecimento de parcerias entre os diferentes actores locais.

Assim, se passa também com o turismo que constitui uma forma de aproveitamento dos recursos próprios do território, assumindo-se como uma das actividades que melhor pode aproveitar os recursos dos territórios e constituir-se num

Cultural, que se juntam para o fenómeno do progresso humano, no sentido de suscitá-lo, orientá-lo e controlá-lo (Silva, 1964:499).

importante factor de desenvolvimento, dependendo das especificidades de cada região e da maior ou menor relevância que lhe é atribuída.

Sendo necessário, prestar bastante atenção com a actividade turística, na medida em que as possibilidades não são idênticas para todas as regiões e, por essa razão, nem todas podem basear no turismo o seu desenvolvimento. Para algumas o turismo assume uma importância vital, para outras é um factor de desenvolvimento e para outras, ainda, constitui um mero co-adjuvante, com maior ou menor expressão consoante as condições existentes (Cunha, 2006).

2.2. Desenvolvimento e Crescimento

Apesar do conceito de desenvolvimento diferir do de crescimento, as relações entre eles são tão fortes e estreitas que a tarefa de os distinguir acaba, por se tornar, difícil. A associação, advém desde os primeiros economistas do desenvolvimento, para Myrdal (1957) indica que alguns de forma genérica definiam o desenvolvimento económico como “um aumento nos níveis de vida das pessoas vulgares”, na opinião de outros, como Okun e Richardson (1962) “o desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material (...), reflectida num fluxo crescente de bens e serviços” ou como refere Ellsworth (1962) esta questão do desenvolvimento económico encontra-se ligada ao “aumento no nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais.” (Amaro, 2003:47).

Da associação destes dois conceitos, ainda segundo o mesmo autor resultou uma outra consequência, que se traduziu na utilização sistemática de “ (...) indicadores de crescimento económico para aferir e qualificar o nível de desenvolvimento dos países.” (Amaro, 2003:47). Indicadores que por sua vez, ficam muitas das vezes aquém daquilo que é desejável medir, por si próprio o crescimento para Manuela Silva é uma “medida equívoca de desenvolvimento”, indo mais longe ao acrescentar que o crescimento é amoral¹⁹ (1969:476).

¹⁹ Pense-se, por exemplo, que tanto, a produção de armas como a de bens de alimentação ou vestuário contam identicamente no cálculo daquele indicador. Tão pouco é possível distinguir entre a produção de bens que se destinam à satisfação imediata das necessidades dos consumidores e a daqueles outros que entram de novo no circuito produtivo e vão servir, a médio ou longo prazo, de multiplicador de riqueza. Mesmo entre os bens de consumo, nenhuma distinção é feita entre os bens que vêm ao encontro de

Para o autor Joan Robinson, na sua obra *Aspects of Development and Underdevelopment* (1979), citado por Lopes (2006), indica com base num relatório das Nações Unidas, que o crescimento, onde ocorreu, foram poucas as vezes que conseguiu resolver os reais problemas sociais urgentes e passou demasiadas vezes ao lado da grande massa da população nos países desenvolvidos. Provocando um acentuar das disparidades económicas, não contribuindo para combater problemas como o desemprego, má nutrição, doença e más condições de trabalho. Afirmando que o crescimento económico tem servido, na maior parte, para agravar problemas e tensões sociais. (Lopes, 2006). Assim, na junção de conceitos, muitas vezes encarados como sinónimos, provieram consequências. Num primeiro ponto, ao considerar o crescimento económico como uma condição suficiente do desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os níveis e, num segundo momento, a utilização sistemática de indicadores de crescimento económico, essencialmente o rendimento per capita, para classificação dos países ao nível de desenvolvimento (Amaro, 2003).

Contudo, embora estes dois conceitos partilhem do mesmo objectivo principal – a promoção do bem-estar das populações através da criação de riqueza, são contudo, díspares no que se reporta à forma e aos meios utilizados para o alcançar.

Assim, como refere Rosado (1997: 19), “ (...) enquanto o crescimento utiliza a produção como um elemento quase ditatorial em relação aos seus objectivos, o desenvolvimento, embora tenha, obviamente, objectivos de progresso económico, dá particular atenção a aspectos de qualidade”. Ênfase para aspectos relacionados com a qualidade de vida, o bem-estar, o meio ambiente e a sua preservação por via de uma utilização racional dos recursos existentes. Porém as diferenças entre os dois conceitos não se ficam por aqui, tanto é, que Simões Lopes considera que “o crescimento é meramente instrumental e só o desenvolvimento é fim” (Lopes, 2006:42).

A distinção entre crescimento e desenvolvimento pressupõe, ainda, que se procurem compatibilizar, em determinadas condições, crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

necessidades fundamentais e os que se dirigem antes à satisfação de necessidades consideradas supérfluas ou sumptuárias (Silva, 1969:476).

A noção de crescimento foi evoluindo, e vários são os economistas que contribuem para a sua evolução. Por exemplo, Adam Smith²⁰ (citado por Amaro, 2003) ao usar a acumulação de capital como um mecanismo impulsionador do crescimento económico liga-a a vários aspectos de desenvolvimento. Na sua sequência outros autores procuraram entender as causas e as perspectivas de progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial, sendo com Joseph Schumpeter (1911)²¹, que o crescimento económico é pela primeira vez na história da ciência económica, equacionado numa perspectiva de desenvolvimento, ou seja, no contexto de uma economia saudável além da preocupação com a reprodução do produto nacional, torna-se cada vez mais necessário equacionar como se reproduz o mesmo, quais são os seus impactos sociais e quais os factores que se encontram na origem do desenvolvimento. Schumpeter parte das suas intuições e propostas sobre desenvolvimento, inovação e empresários (Matos, 1998).

Na mesma linha de pensamento, Matos (1998), sublinha que não basta crescer, que torna-se necessário desenvolver, e que este desenvolvimento terá que ser auto-sustentado, ou seja, sendo o desenvolvimento um processo contínuo e dinâmico, este, deverá ser capaz de se auto alimentar.

Não é menos verdade, que nalguns casos, há uma efectiva necessidade de aumentar a produção, de crescer, mas não é qualquer crescimento, nem o crescimento em qualquer parte, ou a qualquer preço, que gera desenvolvimento. Todas as teorias do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento rejeitam a ostentação exclusiva na aceleração do crescimento do produto como indicador de desenvolvimento.

Importa ressaltar que, não se entendendo desenvolvimento apenas como desenvolvimento económico, não se descure a importância da sua componente económica. Reconhece-se, contudo, como refere Simões Lopes, que o desenvolvimento é de natureza eminentemente social e não admite menosprezo de aspectos qualitativos, sendo a ele inerentes os conceitos de justiça, liberdade, dignidade, respeito, inconciliáveis com a existência de níveis elevados de desigualdade (Lopes, 2006).

Dudly Seers, em 1969, (citado em Lopes, 2006:43-44) foi bastante decisivo nas questões sociais que se podem formular ao desenvolvimento de um país, de uma

²⁰ Foi um dos primeiros economistas da Ciência Económica a questionar-se com a “natureza e a causa da riqueza das nações”, ao escrever em 1776, a *Riqueza das Nações*, que se transcreve num esboço de uma teoria do desenvolvimento (Amaro, 2003).

²¹ Como aparece descrito na sua obra *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, com posterior tradução para português, vulgarmente conhecida: “A Teoria do Desenvolvimento Económico” (Matos, 1998)

região, são simplesmente estas: “o que é que vem acontecendo com a pobreza? Com o desemprego? Com as desigualdades?”. Mas Seers vai mais longe ao dizer se estes três fenómenos têm diminuído com o aumento dos rendimentos, então tem sido um período de desenvolvimento para o território em questão. Se um ou dois destes fenómenos se tem degradado, e especialmente se têm degradado os três, será totalmente absurdo chamar ao resultado «desenvolvimento», mesmo se o rendimento per capita duplicar.

Segundo Simões Lopes (2006) o desenvolvimento representa muito mais que o crescimento da economia e, até, mesmo mais que as medidas quantitativas do rendimento, do emprego e das desigualdades. E no seu complemento Manuela Silva indica que o desenvolvimento não é meramente um fenómeno quantitativo, não se trata de apenas de uma questão de “mais ter”, é, igualmente um fenómeno qualitativo, que se deve traduzir por “mais ser” ou “melhor ser” (Silva, 1963).

Assim o desenvolvimento dos seres humanos, das sociedades e da natureza pressupõe e exige a realização, dos seguintes princípios: *autonomia e participação*, no sentido de afirmar as suas potencialidades face a abertura com o sistema global em que cada um se insere; *diferença e respeito* pelas características/especificidades de cada indivíduo, grupo, sociedade ou elemento da natureza, não havendo nesta lógica modelos a imitar, o que não impede que haja um enriquecimento no diálogo e troca de experiências; *solidariedade*, como mecanismo de articulação e conjugação entre todos os des-envolvimentos das diferentes partes do todo, ou seja, não pode haver desenvolvimento de uns à custa do envolvimento de outros, pois ele deve ser integrado e sistemático. Além de conjugar o fazer, o ter, o ser e o estar como pilares da vida e do desenvolvimento, a sua realização exige a articulação de necessidades e capacidades (Amaro, 1990a).

Por tudo isto, não restam dúvidas que o desenvolvimento é um conceito muito mais abrangente do que o crescimento. De facto, o desenvolvimento aparece, num contexto de crescimento e progresso, aliando às dimensões económica e política destes, as dimensões social e cultural, em que a ética condiciona o próprio desenvolvimento.

2.3. Políticas de desenvolvimento numa perspectiva funcionalista vs territorialista

A problemática da participação das “comunidades locais” no processo de desenvolvimento coloca, em confronto duas perspectivas que podem ser consideradas simultaneamente, opostas e complementares à articulação territorial da problemática do desenvolvimento: um paradigma “funcionalista” assente em pressupostos de difusão espacial do desenvolvimento, e um paradigma “territorialista” assente em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento (Henriques, 1990).

O *paradigma funcionalista* assenta na perspectiva de que o desenvolvimento e crescimento são sinónimos e esta asserção surge coerentemente formulada no “Expert Report” da ONU de 1951, designado “Measures for Economic Development of Underdeveloped Countries”²².

Uma problemática que emergiu, com a crise económica do início dos anos 70, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, num tipo de espacialização, que tem como base o espaço como lugar de inscrição das tendências económicas, orientada por políticas públicas de promoção do desenvolvimento regional, da eminência dos vários problemas resultantes da descolonização e que tomaram proporções à escala mundial.

O paradigma funcionalista/difusionista de desenvolvimento encontra as suas raízes da sua fundamentação teórica no pensamento económico da teoria neoclássica, um pressuposto ao admitir que a população não tem capacidades “ (...) para resolver a satisfação das suas próprias necessidades, ou seja, que não saberá alcançar um grau crescente de “bem-estar” através do seu próprio trabalho e do uso dos seus próprios recursos.” (Henriques, 1990:36). Isto conduz à ideia de que as populações são “pobres de alma” e, portanto, precisam de um “grande educador”. Caracteriza-se por um tipo de espacialização do “fordismo”, por uma visão centralizadora do desenvolvimento impulsionado “a partir de cima para baixo”²³ (Amaro, 1991:167).

²² Este documento apresentava as chaves para o sucesso a abertura das economias nacionais ao comércio e à estimulação da economia internacional; a modernização através do processo de industrialização urbana; e a concentração social do capital nas mãos de um pequeno grupo de empresários. (Henriques 1990).

²³ Isto é, do centro para a periferia que se baseia no pressuposto de que o desenvolvimento é desencadeado inicialmente em alguns sectores ou áreas geográficas expandindo-se a outros sectores e zonas periféricas, evidenciando a visão economista que caracteriza este modelo.

Na mesma linha, o facto do paradigma funcionalista ser de base económica, dá ênfase ao desenvolvimento urbano-industrial, à utilização de tecnologias avançadas, ao máximo aproveitamento das economias externas e de escala, aos grandes projectos de investimento, ao aumento das escalas das organizações públicas e privadas de maneira a permitir a transmissão do desenvolvimento, para mecanismos redistributivos de grande escala e para a redução das barreiras económicas, sociais, culturais, políticas e institucionais que possam bloquear a transmissão dos efeitos entre as diferentes unidades. Durante décadas manteve-se que o desenvolvimento era sinónimo de industrialização e urbanização.

Pelo facto das grandes cidades terem sido os locais privilegiados para a localização das actividades económico-industriais, contribuiu para que se tornassem grandes pólos de atracção populacional provocando o abandono de várias localidades, nomeadamente rurais, por parte da população e, conseqüentemente, o abandono da sua história, usos, costumes e modos de vida na perspectiva de atingirem níveis de vida considerados superiores. Assiste-se, então, ao abandono e marginalização do mundo rural.

Em termos de promoção de desenvolvimento local e regional, de acordo com bibliografia alicerçada em Myrdal (1957), Hirschman (1958) e Perroux (1964), todo este processo “pressupunha ter em conta os espaços que reuniam melhores condições para se transformarem em pólos de crescimento e de investimento, ou seja, o crescimento económico dessas zonas com grandes potencialidades provocaria melhor bem-estar e mais riqueza para todos.” (Santos e Baltazar, 2005).

As políticas regionais no quadro do paradigma funcionalista surgem, em dois planos distintos: num primeiro plano em termos de integração funcional do espaço virado para a maximização do crescimento nacional; e numa segunda vertente aparece a promoção do desenvolvimento das periferias rurais, ou seja, uma visão baseada no modelo de concentração/difusão /urbano/industrial.

Desta perspectiva dois objectivos se colocam à política regional, um primeiro prende-se com a redução das conseqüências negativas das conseqüências espaciais da integração funcional sócio-económica e o segundo com a redistribuição do crescimento das áreas centrais desenvolvidas para as áreas menos desenvolvidas²⁴.

²⁴ Admitindo-se que caberá, à Política Regional facilitar a concentração espacial do crescimento económico nas áreas centrais e apoiar a migração das populações das áreas periféricas para essas áreas,

Nesta linha de estratégias de desenvolvimento, emanam críticas e limites e segundo Sachs, em 1986, (citado em Santos e Baltazar, 2005) estas centram-se principalmente no facto de que o desenvolvimento não pode ser reduzido apenas ao crescimento em termos quantitativos, assumindo-se que o crescimento é um condição necessária para o desenvolvimento, porém torna-se insuficiente, tal como o próprio crescimento pode levar a processos cujas recaídas sociais estão longe de ser unívocas (Santos e Baltazar, 2005).

A intervenção pública institucionalizada e centralizada no que respeita à intervenção estatal na área das infra-estruturas e da satisfação das necessidades sociais é de igual modo alvo de fortes críticas, a avaliar pela gravidade crescente dos problemas sociais, a esse conjunto de questões sociais passou-se associar às preocupações de natureza ecológica, pela sua inviabilidade em termos da biodiversidade, da renovação dos recursos e consumo energético. Colocando-se em causa a ameaça eminente do ecossistema e as próprias relações entre os homens, onde o futuro já não tem futuro (Henriques, 1990).

O paradigma chegou ao fim nos princípios dos anos 70, quando entrou em crise o modelo fordista e surgiram modelos de especialização flexível como formas mais desejáveis de acumulação²⁵.

O surgimento, no final dos anos 70 e início dos anos 80 do *paradigma territorialista* do desenvolvimento regional explica-se como uma reacção ao esgotamento dos modelos e políticas regionais tradicionais e constituiu uma das mudanças mais importantes que tiveram lugar na teoria do desenvolvimento económico nas últimas décadas.

A persistência das desigualdades regionais, a consideração dos tempos da crise económica e dos espaços da crise do desenvolvimento constituíram o principal elemento de partida para outras abordagens do desenvolvimento, as quais se distanciam das propostas difusionistas, e embora revelando uma perspectiva analítica, comum têm

subjacente encontra-se a convicção de que a tecnologia moderna permitirá a descentralização industrial para zonas periféricas.

²⁵ Em Portugal, a sociedade portuguesa não escapou às tendências dominantes de ocupação do espaço do modelo “fordista” de funcionamento de economias. Uma perspectiva funcionalista que tem vindo a dominar, sobretudo durante a vigência do Estado Novo (Amaro, 1991), facilmente visível pelas desastrosas consequências, sendo, de destacar a litoralização das actividades económicas, nomeadamente a sua concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a concentração das grandes infra-estruturas na faixa litoral, o investimento praticamente nulo e os graves problemas de natureza demográfica que afectam, de uma forma extraordinariamente preocupante, as regiões do interior, entre as quais a Beira Alta.

vindo a ser sistematizadas sob três designações: “territorialista” (Friedmann e Weaver, 1979; Pecqueur, 1987; Henriques, 1990); “frow below” (Stohr e Taylor, 1981) e “endógeno” (Grefe et al., 1986) (citados em Santos e Baltazar, 2005). O desenvolvimento que se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações e, deve ser “desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais”. A nova política de desenvolvimento territorial pretende separar os desequilíbrios através da promoção do desenvolvimento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo (Henriques, 1990).

A política económica baseia-se numa teoria que propõe que o crescimento não tem que ser necessariamente polarizado, mas que pode ser difuso e propõe-se desenvolver um território, utilizando o potencial existente nele próprio. Deste modo, gradualmente, foi-se abandonando a aproximação de “cima para baixo”, ao mesmo tempo que foi ganhando força o enfoque de “baixo para cima”.

As novas perspectivas de desenvolvimento opostas à difusionista, têm um elemento convergente na definição de partida das suas problemáticas e análises, que é a *“noção de espaço”* que procuram operacionalizar em termos de promoção do desenvolvimento. Os territorialistas entendem o espaço como espaço social e os recursos como recursos mobilizáveis pelos actores, que se transformam em factores de desenvolvimento apenas e quando há capacidade de emergência de protagonismos que permitem operacionalizá-los. O ponto de partida dos territorialistas é a crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas, entendidas como sendo exteriores às estratégias dos actores e os factores culturais associados dos diferentes meios.

O paradigma do desenvolvimento endógeno consiste, de acordo com Matos (1998), numa multiplicidade de factores, nomeadamente a mobilização integral dos recursos humanos, naturais e institucionais, associada a uma forte mobilização da população, assim como das suas estruturas políticas e sociais organizadas numa base territorial, passando o território a ser entendido como um recurso de dimensões múltiplas, ao reflectir as interdependências entre factores, desencadeadas e controladas numa base territorial “de baixo para cima”, mobilizando de forma integral os recursos disponíveis (Matos, 1998).

A própria expressão “desenvolvimento endógeno” ou “desenvolvimento a partir de baixo” espelha, na opinião de Polèse (1998) “ (...) a esperança de o próprio meio

local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber-fazer”) dos habitantes e das empresas da região” (Polèse, 1998:218).

A estratégia de desenvolvimento é tida como única, pelo seu carácter inerente a cada caso e sua estruturação “a partir de dentro” de cada sociedade territorialmente organizada a diferentes níveis, e sempre em relação estreita com as condições sociais, políticas e culturais específicas de uma situação histórica concreta.” (Henriques, 1990:60).

O sucesso de uma região dependerá, em última análise, da sua capacidade de chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes em torno de objectivos comuns, e de adaptar-se e ajustar-se com sucesso às pressões externas. As fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria população, no seu sentido de comunidade e, talvez mais importante que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa (Polèse, 1998).

Por um lado, o desenvolvimento a partir de baixo inclui estratégias²⁶ baseadas nas condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões, visando a satisfação das necessidades básicas da população local, além da produção de complementos sociais, produção de bens que se dirijam a grupos sociais específicos com valor social na região. Por outro lado, requerem a participação das populações, quer no processo de decisão, quer na distribuição de benefícios²⁷ (Cabugueira, 2000).

Deste modo, a ênfase dada ao ambiente local, apesar de ter o mérito de chamar a atenção para os recursos e potencialidades locais, pode também ser a maior fraqueza do modelo, conforme destaca Polèse (1998), uma vez que os meios não são todos iguais.

Na opinião de Santos e Baltazar (2005), encontramos-nos perante uma visão “integrada, diferenciada e territorializada do processo de desenvolvimento local, e que apela à não separação das três dimensões humanas fundamentais: a individual, a colectiva e a ambiental.”

A importância do paradigma territorialista está na sua concepção e na natureza que propõe, uma concepção dificilmente compatível com a que herdámos na teoria

²⁶ Walter Stöhr (1984) “enunciou um conjunto de princípios do desenvolvimento a partir de baixo, patentes numa diversidade de iniciativas com esta orientação, que implicam estratégias, em relação aos recursos e à participação das populações” (Cabugueira, 2000).

²⁷ Este desenvolvimento deve ser determinado ao nível da menor escala territorial possível, a partir da identidade territorial das populações. Implica, daí, uma descentralização e uma reduzida dependência do regional face aos poderes externos.

funcional clássica, em que: em vez da exclusividade da componente económica surge também a componente cultural, social e ambiental e, em vez da intervenção pública institucionalizada, da centralização das políticas, dos recursos e das actividades surge a descentralização e a participação dos diferentes actores locais no processo de desenvolvimento.

Este modelo faz apelo ao *empowerment*, ou seja, à mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais, com vista à satisfação das necessidades fundamentais das populações. Nesta medida, torna-se premente aumentar o poder das populações no sentido de serem estas a delinear o seu próprio caminho “*bottom up*”, porque são elas que melhor conhecem os seus problemas, as oportunidades e as necessidades não satisfeitas. No entanto, para isso acontecer, é preciso que se estabeleçam mecanismos de participação no processo de desenvolvimento e que exista um investimento em capital humano, nomeadamente, através da educação e da formação profissional. A diferença entre locais, regiões e países ao nível de desenvolvimento não se encontra simplesmente nos recursos naturais, mas também nas capacidades dos seus habitantes e, estes devem ser tidos como requisitos imprescindíveis no processo de desenvolvimento (Figueira et al., 2005:232).

O modelo de desenvolvimento defendido pelos territorialistas, embora surja como alternativo ao modelo de “cima para baixo” ou de concentração, analisado anteriormente, apresenta um elevado grau de compatibilidade com o mesmo, o que nos permite afirmar que o processo de desenvolvimento beneficiará se incorporarem elementos de ambos.

Tendo o nosso trabalho como elemento fulcral a temática do desenvolvimento local de um território, centrando-nos na análise de uma actividade concreta, o turismo, e procurando sublinhar o papel activo deste território, enquadrado no paradigma do desenvolvimento endógeno, por considerarmos o que melhor se enquadra no nosso estudo.

2.4. Desenvolvimento Local

2.4.1. Apresentação geral do conceito

Apesar de nos anos 50 e 60 já existirem algumas iniciativas pontuais de desenvolvimento comunitário, em termos históricos, podemos considerar que o conceito de desenvolvimento local, tal como tem sido apresentado por diversos autores, é um fenómeno de matriz ocidental com particular incidência na Europa após a II Guerra Mundial, mas só a partir dos anos 80 e 90 do século XX, com o paradigma territorialista e com as respostas da sociedade civil, começou a ganhar importância, “em toda a Europa se exploraram, neste período, formas inovadoras de investir na valorização, multidimensional, na emancipação criadora das pessoas, procurando-se incrementar a responsabilidade de indivíduos e colectividades sobre o futuro dos territórios em que se integram.” (Animar, 2003:29). Embora se inspire numa diversidade de experiências que remontam às primeiras formas de afirmação descentralizada da sociedade, economia e território, em elementos da história da inovação social no contexto do colonialismo interno e externo de países europeus e dos EUA, o nascimento do desenvolvimento local na Europa tem como base de referência a França após as leis de descentralização de 1981. De facto, “em 1982 os Estados Gerais *“des pays”* proclamam o “acto de nascimento do desenvolvimento local em meio rural” (Coulmin, 1986), ao mesmo tempo que se institucionalizava o “desenvolvimento social” em meio urbano (Mengin e Masson, 1989).” (Animar, 2003:29). As experiências muito positivas da aplicação do conceito de desenvolvimento local na França e o papel influente deste país na actual União Europeia tiveram clara influência na forma como o conceito de desenvolvimento local foi operacionalizado em Portugal.

O conceito de desenvolvimento local é alicerçado nos pressupostos do paradigma territorialista e nas inúmeras e variadas experiências preconizadas no terreno em todo o mundo, inclusivamente em Portugal. Como resultado dessa construção, a definição conceptual do conceito de desenvolvimento local, torna-se muito difícil, impossibilitando uma compreensão unívoca em torno do seu sentido. Efectivamente, existem inúmeros autores a definir o conceito de desenvolvimento local²⁸ (Sthör, Pecquer, Greffe, Amaro, entre outros).

²⁸ Em termos conceptuais Greffe (1985) define o desenvolvimento local como “um processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua

O processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social de forma autónoma e participada deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial.

Como defende Simões Lopes (2006), o desenvolvimento tem de ser para as pessoas, não para algumas mas para todas, onde quer que vivam. A variável espaço não pode, assim, deixar de ser considerada na análise, uma vez que explicitamente se tem em conta, no conceito de desenvolvimento, o local onde as pessoas vivem, ou seja, é promovido e realizado pelos seres humanos tendo em conta melhorar a sua qualidade de vida, em termos individuais e colectivos.

Trata-se da possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção de espaço como fronteira, executando acções que possam ajudar à (re) construção desse futuro. Em termos de objectivos, seria promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de auto-confiança e organização (Fragoso, 2005).

Por outro lado, a implementação de políticas conducentes ao desenvolvimento diferem consoante a zona geográfica em que ocorre, pelo que importa conhecer os diferentes problemas e oportunidades de cada país, região ou localidade, em particular, não havendo receita nem modelo que possa transitar de um processo a outro sem adequação ao contexto local, as acções concretas de desenvolvimento não podem ser desenhadas e implementadas de forma abstracta. E, como tal, o diagnóstico e as respostas locais tomam formas diferentes em cada território em função das suas condições específicas, dos seus recursos (naturais e humanos), da abertura da economia local, da sua especialização produtiva e da sua capacidade de organização, ou seja, os processos de desenvolvimento local têm por base o território e a identidade cultural do local e baseados na valorização dos recursos locais nas suas diferentes formas. São evolutivos, podem e devem ser ajustados em andamento.

O investimento na reanimação das capacidades locais é um elemento fundamental do desenvolvimento local. Este investimento passa por estratégias diversas, que implicam um reforço e consolidação de parcerias entre agentes oriundos do exterior e agentes dinâmicos do interior de uma dada zona. O desenvolvimento só se realiza

população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa.” (Henriques, 1990:29).

plenamente quando se contempla a participação activa das pessoas e das organizações, em torno dos seus problemas e dos valores onde radica a sua identidade.

Cada espaço social deve procurar assegurar uma relação aberta com a região mais vasta em que se insere e em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias constituam os pilares essenciais em que assenta o novo processo de desenvolvimento. É importante a participação e consciencialização dos elementos da comunidade e do exterior num processo colectivo e de estabelecimento de relações²⁹.

Considerado como um projecto, pluridimensional que incide numa determinada comunidade, o desenvolvimento local é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa.

Roque Amaro considera que existem dez elementos que se constituem como os **princípios estratégicos e orientadores do desenvolvimento local** e, os quais devem estar presentes nas diversas iniciativas, pois só assim é possível falar de desenvolvimento local. Assim, o desenvolvimento local é um *processo de transformação, de mudança*, que recusa a conservação; *centrado numa comunidade humana* de pequena dimensão, demográfica e geográfica, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade activa, que parte da *existência de problemas/necessidades não satisfeitas* a que se procura responder, antes de mais a partir da *mobilização das capacidades locais (endógenas)* mas articulando-as com os *recursos exógenos* numa perspectiva de fertilização mútua, o que implica uma pedagogia e uma *metodologia de participação*, pressupondo uma dinâmica de empowerment. Assume uma *lógica multidimensional e integrada*, que prevê um trabalho em *parceria*, com *impacto tendencial em toda a comunidade* e, segundo uma grande *diversidade de protagonistas, processos, caminhos e resultados*. (Amaro, 2004:80).

²⁹ Para Roque Amaro (2003), este conceito resulta do cruzamento de duas contribuições significativas: “a do paradigma territorialista, mais académico, e a das diversas experiências de terreno (via indutiva), que demonstrara, a sua viabilidade e pertinência num contexto de globalização.” (Amaro, 2003:57).

2.4.2. O desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade

Hoje, o mundo rural Português apresenta mutações estruturais profundas, originadas pelo modelo de desenvolvimento económico adoptado (paradigma funcionalista) e pelos efeitos das políticas sectoriais (sobretudo agrícolas e regionais) seguidas, durante o período do Estado Novo até à actualidade, porque não reflectiram as verdadeiras necessidades das comunidades locais.

É neste quadro que desde a década de 70, o conceito de desenvolvimento rural tem tido um papel primordial enquanto base de reflexão de inúmeros autores, um pouco por todo o mundo, inclusivamente em Portugal e, que tem subjacente um conjunto de processos de desenvolvimento, que pretendem melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em áreas rurais³⁰ através da valorização e mobilização de todos os recursos endógenos, no sentido de promover processos que respeitem e articulem os princípios de: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica.

O quadro das políticas que têm vindo a ser implementadas como resposta à problemática do desenvolvimento rural revela enormes deficiências em políticas, por parte, do Estado Português para contrariar a situação de despovoamento acelerado e pobreza do mundo rural.

A nível Europeu, desde 1987 que o desenvolvimento rural começou a ser considerado como uma necessidade social e política, sendo que, a Comissão das Comunidades Europeias (1988) reconheceu que “ as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo” e surgiu a necessidade de reformular políticas e instrumentos de ordenamento e desenvolvimento rural³¹. Com o objectivo de solucionar os problemas das áreas rurais, a União Europeia apoiou-se nos princípios do desenvolvimento integrado e do aumento da cooperação e do envolvimento dos agentes locais e definiu um conjunto de políticas e instrumentos que visavam garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento socioeconómico, a viabilidade do

³⁰ A ruralidade assume-se como uma opção de civilização com características muito próprias e, desta forma, não pode nem deve ser vista como algo que se deve combater, ou seja, a ruralidade “ (...) adquire a qualidade de recurso endógeno sobre o qual se deverão ensaiar objectivos estratégicos para o Desenvolvimento dessa comunidade e desse território.” (Figueira et al., 2005:227).

³¹ Em 1988 “ O Futuro do Mundo Rural” estabeleceu um primeiro conjunto de ideias interessantes, assumindo-se como uma reflexão global que introduz uma óptica de longo prazo e uma posição não exclusivamente agrária (Comissão das Comunidades Europeias, 1988).

sector agrícola, a diversificação das actividades não agrícolas e salvaguardar os recursos naturais e o ambiente.

Com adesão de Portugal à União Europeia (1986) iniciou-se um processo de ajustamento das políticas, levando o governo a constituir o desenvolvimento rural, como um dos pilares fundamentais no desenvolvimento a nível regional e nacional³². A reavaliação do papel da agricultura e a abertura de novos caminhos produtivos (por exemplo: turismo e produtos locais de qualidade) são questões-chave no sucesso das políticas de Desenvolvimento Rural, considerado como instrumento na reestruturação da sociedade com o território (DGDR, 1997).

No contexto das políticas agrárias estruturais estas têm-se mantido na sua essência inalteradas, embora com uma vertente cada vez mais global em termos rurais, e estivera, até 1999, reunidas no QCA II, juntamente com as restantes políticas de desenvolvimento regional³³.

Na última década, os contextos territoriais de baixa densidade adquiriram uma ressonância crescente com as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento local através de um maior aprofundamento das intervenções territoriais no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA).

Actualmente, no QREN (2007 - 2013), a política de desenvolvimento rural centra-se estrategicamente em três instrumentos principais: 1) Orientações estratégicas da União Europeia para o desenvolvimento rural; 2) Plano Estratégico Nacional; 3) Programa de Desenvolvimento Rural executado com o apoio do FEADER³⁴. O PNDR (Plano Nacional de Desenvolvimento Rural) é um instrumento de referência para a preparação da programação do FEADER e é executado através do Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER³⁵.

³² Com a reforma da PAC em 1992, partiu-se de uma situação em que as políticas de desenvolvimento rural eram muito generalistas e incipientes, entendidas unicamente como políticas de desenvolvimento agrícola, para um cenário em que o turismo e preservação do ambiente são alvo de todas as atenções, consequência da alteração do papel que o espaço rural pode ter nos processos de desenvolvimento e na introdução de políticas especificamente concebidas para determinados fins.

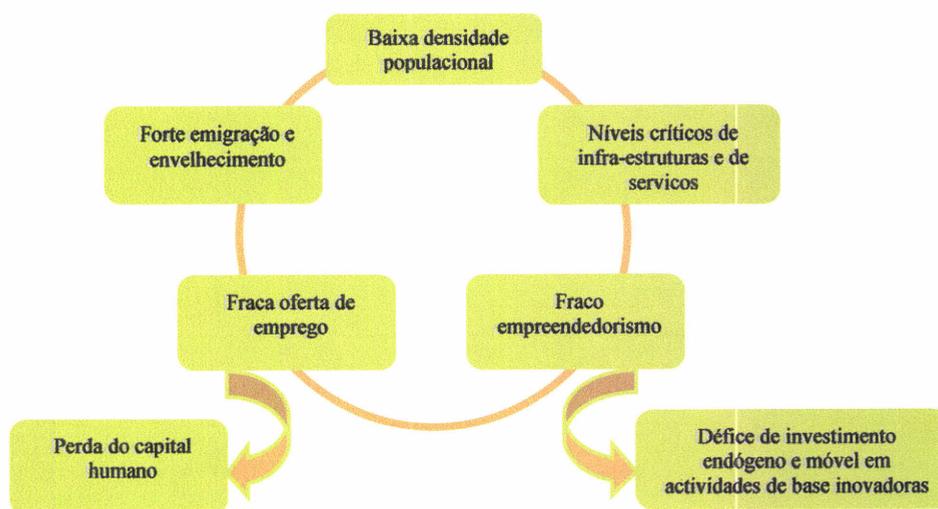
³³ E no que diz respeito a Portugal, o grande pacote de ajudas estruturais disponibilizava apoios destinados ao sector agrário e meios rurais que estavam agrupados no FEDER, no PAMAF, no LEADER II, no INTERREG II, no PPDR (nomeadamente como instrumento do Programa das Aldeias Históricas) e, de certa forma, no RIME.

³⁴ O FEADER surge como o único instrumento de financiamento da política de desenvolvimento rural e centra-se no aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; na melhoria do ambiente e da paisagem rural e na melhoria da qualidade de vida das zonas rurais e desertificação da economia rural.

³⁵ É um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente para o período de 2007-2013 co-financiado pelo FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural).

Deste modo, em Portugal, alguns Programas Operacionais (PO) Regionais do QCA III acolheram o conceito de Áreas de Baixa Densidade (ABD), designadamente no âmbito das Acções Integradas de Base Territorial, incluídas no Eixo 2 daqueles Programas, ao mesmo tempo que a Iniciativa Comunitária Leader+ continuou a desempenhar um papel notável na dinamização de pequenas iniciativas em espaços rurais. Trata-se de intervenções cuja experiência interessa reter ao apresentar-se um novo instrumento de intervenção para o mesmo tipo de territórios – PROVERE³⁶, na medida em que delas se podem retirar ilações sobre o que importa fazer nesses territórios. O PROVERE, surge neste contexto, não como mais um programa de financiamento directo de iniciativas, visto que o seu financiamento provirá dos Programas Operacionais do QREN³⁷. Emerge como uma nova filosofia de intervenção específica para os territórios de baixa densidade, que não se circunscreve apenas às zonas do Interior, ou seja, aparece como uma política pública, para inverter todo um ciclo vicioso que tende a ser gerado nos territórios de baixa densidade e que a figura seguinte ilustra.

Figura nº 1 – Causalidade circular nos territórios de baixa densidade



Fonte: adaptado do PROVERE, QREN

³⁶ Funciona como a “materialização de um instrumento de política horizontal – as Estratégias de Eficiência Colectiva – que visa estimular o surgimento de conjuntos integrados de iniciativas.” (PROVERE, 2008).

³⁷ No QREN, tal como nos QCA anteriores, integram diversos Programas Operacionais Temáticos (Factores de Competitividade, Potencial Humano e Valorização do Território) e de Programas Operacionais Regionais para regiões do Continente e para duas Regiões Autónomas.

Actualmente, o grande desafio que se coloca nos processos de desenvolvimento em áreas rurais de baixa densidade é tentar inverter as tendências de desertificação e do envelhecimento e das baixas qualificações das pessoas. Os territórios de baixa densidade são em regra espaços que se debatem com muitas dificuldades, mas que, simultaneamente, têm um conjunto de potencialidades que podem ser aproveitadas para a criação de emprego e de valor³⁸, sem colocar em causa a sustentabilidade local. Como defende o Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural, o desenvolvimento rural, deve ser, “sustentável e harmonioso, todas as vertentes devem ser consideradas e articuladas: não há desenvolvimento rural sem desenvolvimento económico e social, e não há desenvolvimento rural sem economia empresarial competitiva, actue esta no sector ou fora dele.” (MADRP, 2007).

No fundo o PROVERE apresenta-se como um Plano Integrado de Desenvolvimento de Território de Baixa Densidade, ou seja, uma estratégia orientada para a melhoria da competitividade de um território de baixa densidade que visa reforçar o valor económico de recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis (recursos naturais, património histórico-cultural e saberes tradicionais ou outros), uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo. E visa que os principais actores de desenvolvimento se organizem em rede, no estabelecimento de parcerias privadas e públicas, para a implementação de programas de acção integrados.

Ao olharmos para o mundo rural observamos que este apresenta um potencial muito significativo, o qual assenta na sua enorme diversidade de locais e recursos. Nesse sentido, essa diversidade deve ser respeitada e preservada, e isso é conseguido através da definição de soluções estruturantes, que têm de ser adaptadas às características e particularidades locais. Nesta perspectiva a grande aposta para o futuro, ao nível da revitalização do mundo rural passa por intervenções directas junto das comunidades locais, procurando-se aproveitar as vantagens locais e pelo estímulo de actividades que valorizem e incrementem o uso sensato dos recursos existentes, em complementaridade com a actividade agrícola, ponderando, de forma sistemática, os impactos sociais, culturais e ambientais de todo o processo³⁹. É também fundamental reconhecer e privilegiar o potencial humano existente, como principal pilar de

³⁸ O “desfavorecimento” geográfico nem sempre implica o “desfavorecimento” socioeconómico.

³⁹ Sendo disso exemplo o turismo, considerado actualmente, em Portugal como no contexto da União Europeia, um importante instrumento de desenvolvimento rural. Tal importância é nítida na maior parte dos programas e medidas de desenvolvimento para as áreas rurais que, a par com a revitalização ou redefinição da actividade agrícola, propõem o turismo como a panaceia para os problemas com que as áreas rurais se debatem na actualidade.

sustentação do desenvolvimento rural, pois o mesmo possui uma capacidade insubstituível na regulação de situações disfuncionais da sociedade rural e, para desencadear intervenções que garantem relações equilibradas e duradouras, perspectivando o aumento do nível de qualidade de vida das gerações futuras.

2.5. Determinantes do turismo

2.5.1. Evolução histórica das viagens e do turismo

O turismo é um fenómeno complexo e multidisciplinar, sendo, por isso, difícil apresentar conceitos e definições consensuais, uma vez que estas dependem das perspectivas e desenvolvimentos dos vários autores que se debruçam sobre esta temática.

Embora se conheçam iniciativas no domínio das viagens e do turismo tão antigas quanto a própria civilização, mas de facto, os passos iniciais do turismo, remontam ao século XIX, contudo, encarado numa perspectiva mais restrita e enquanto actividade económica significativa, é, fundamentalmente, um fenómeno do século XX (com as transformações tecnológicas, sociais e económicas).

O termo turismo, como refere Holloway, vem dos primeiros anos do século XIX, mas isto não deve obscurecer o facto de que aquilo que hoje descrevemos como turismo teve lugar na história muito mais cedo (Holloway, 1988).

Atendendo à definição actualizada de turismo, encontram-se as primeiras manifestações turísticas nos Jogos Olímpicos⁴⁰ (ofereciam grande número de atracções como as produções teatrais, os banhos termais, competições atléticas e festivais), com origem na Grécia no ano de 776 a. C. Iniciam-se aqui os primeiros circuitos de turismo desportivo/religioso. Na Idade Média, desenvolveram-se as manifestações do turismo religioso/cultural, estas peregrinações, embora servissem, sobretudo, para prestar homenagem a um lugar particular (Terra Santa, Santiago da Compostela, Meca, Roma, e outros núcleos religiosos) ou para pagar promessas/pecados cometidos, funcionavam, também, como viagens recreativas e sociais⁴¹. Contudo, só nos Descobrimentos os

⁴⁰ Estes jogos tinham um cariz sacro-religioso e caracterizavam-se por estarem associados à “Trégua Sagrada”, uma vez que todos os povos participantes e envolvidos nos jogos interrompiam as hostilidades.

⁴¹ A grande novidade em termos turísticos desta época diz respeito ao alojamento, pois, apesar de se continuar a praticar a hospedagem cristã gratuita, este surge-nos agora também, e pela primeira vez, como um negócio, que podemos considerar como a primeira manifestação da oferta turística.

portugueses (séc. XIV/XV) e, mais tarde, os espanhóis dariam a conhecer novas terras ao Mundo.

Seria, porém, na Renascença, que o turismo conheceria uma nova expressão: surgiam as deslocações de indivíduos isolados e já não de grupos como anteriormente. As viagens com o intuito de aumentar a experiência e o conhecimento foram, igualmente, estimuladas no início do século XVI pela rainha Elizabeth I, dada a necessidade de preparar futuros diplomatas, bem como pelas próprias universidades. (Mill e Morrison, 1992; Gee e Fayos-Solá, 1999). Estas viagens foram ganhando popularidade e tornando-se mais estruturais nos séculos XVII e XVIII com a generalização do costume entre os nobres ingleses de enviarem os seus filhos a fazerem uma grande viagem ao Continente⁴² – “*Grand Tour*”, com o objectivo de complementar os seus estudos, se formarem cultural e mundanamente e adquirirem a experiência pessoal, antes de assumirem as responsabilidades da vida adulta (Burkart e Medlik, 1990), movimento que dará origem ao nascimento do turismo moderno. Na história do turismo moderno a par do *Grand Tour*, ressurgem os banhos termais, por via da valorização das virtudes terapêuticas do banho termal ou iodado pelas elites aristocráticas, que estão na base das deslocações periódicas para espaços periféricos e até então pouco visitados, não obstante a morosidade, o desconforto e a insegurança das viagens.

Terá sido, no entanto, com a Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX) que se criaram as bases para o turismo que hoje conhecemos. Os desenvolvimentos nos transportes e a transmissão de ideias com a generalização da publicação de jornais, provocaram uma melhoria ao nível das condições de vida e na comercialização do produto turístico, conduziram a uma época dourada das viagens que perdurou até aos primeiros anos do século XX⁴³. As mudanças económicas e sociais provocadas pelas transformações no trabalho levaram a uma expansão de uma nova classe média, ou seja, a generalização do consumo turístico pela quase totalidade da população, assiste-se a “democratização” do fenómeno turístico, o

⁴² Esta viagem teria a duração entre 3 a 5 anos, daí a designação de “*Grand Tour*”, dando origem à palavra Turismo e, pela primeira vez, começa, a designar-se as pessoas que viajam por “turistas” (Cunha, 2006).

⁴³ Nesta época, surgem, alguns dos grandes hoteleiros que, ainda hoje, continuam a dar nome as cadeias famosas como *Pullman* e *Ritz*, a par do aparecimento dos primeiros agentes de viagens, sendo que a grande iniciativa se ficou a dever a Cook (1872), que organizou a primeira viagem à volta do mundo, tornando-se a agência por ele criada uma das maiores organizações turísticas do mundo. Em 1840, nascem em Portugal as primeiras organizações de viagens, destacamos o exemplo da criação da Agência Abreu. (Cunha, 2006).

que veio abanar a popularidade do elitista *Grand Tour* (Cunha, 2006). Neste período, o turismo transformou-se numa das mais importantes actividades nos países desenvolvidos e os movimentos internacionais de pessoas intensificaram-se, e o turismo passou a ser uma procura do sol e praia – *turismo de massa*⁴⁴.

Como refere Cunha (2006), também a nível conceptual se produzem alterações, passando a “enfatizar-se menos o papel económico do turismo no qual se tinha, até então, insistido em excesso para, igualmente, se atribuir importância ao seu papel social, político, ecológico, cultural e educativo”, ou seja, deixou de ser unidimensional e passou a ser multidimensional, o que levou a considerá-lo como uma das componentes essenciais da vida do homem, evidenciando os valores da identidade e valorização do homem.

Estamos, actualmente, numa Nova Era do Turismo que se caracteriza, fundamentalmente, pela super-segmentação da procura, a flexibilidade da oferta, e a distribuição e a busca de rendibilidade mediante a integração diagonal e as subsequentes economias de sistema (sinergias) em vez das economias de escala.

Para terminarmos, restam poucas dúvidas, no início deste novo milénio, que o turismo continuará a ser uma das mais importantes actividades da economia global. Não sendo mais uma área reservada apenas a uns privilegiados, o turismo actualmente e, apesar de recessões periódicas, revoltas políticas, guerras, terrorismo, etc., envolve milhões de pessoas que desfrutam de novos lugares, buscam mudar os seus ambientes e ambicionam por experiências únicas. O turismo tem, pois, apenas dois séculos de história e não é uma prática individual mas social. Na actualidade o mundo turístico foi alargado a toda a terra, mesmo se com grandes diferenças de densidades de presenças turísticas. Hoje, quase na totalidade das regiões e das populações mundiais está exposta ao fenómeno turístico, com graus variáveis.

⁴⁴ Domingues (1990:279-280) define o turismo de massa como sendo “*organizado para grandes fluxos de veraneantes, praticado em zonas muito desenvolvidas e onde existem estruturas adequadas para o efeito*”. Este tipo de turismo caracterizava-se pelo movimento de grandes fluxos de pessoas, que se movimentam de norte para sul, tendo como principais motivações os custos baixos das estadias e as temperaturas amenas de Verão e de Inverno. Caracterizava-se por ser um fenómeno relativamente moderno, posterior ao último conflito mundial.

2.5.2. O turismo como fenómeno social

Na prática, ainda que todos “saibamos” o que é o turismo, é-nos muito difícil apresentar uma definição. De facto, ao ser um fenómeno muito complexo e multidisciplinar, atraindo a atenção, simultaneamente, de economistas, geógrafos, ambientalistas, sociólogos, psicólogos, entre outras áreas do conhecimento, alcançar um conceito único de turismo parece ser uma tarefa praticamente impossível de realizar. Não existe, portanto, um conceito consensual mas sim, definições que se estabelecem considerando as perspectivas e desenvolvimentos dos vários autores que se debruçam sobre o assunto.

Ao recuarmos no tempo, as primeiras preocupações em definir o turismo surgem em finais do século XIX mas é nos primeiros anos do século XX que se iniciam as primeiras reflexões referentes a este fenómeno e, sendo que em 1910 aparece a primeira definição de turismo segundo Bernecker (1965), por via do austríaco Herman von Schullern Schrattenhofen, numa perspectiva holística, segundo o qual “ «o turismo é o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, a permanência e a partida dos viajantes numa comuna, província ou um Estado determinado e que estão directamente ligados entre eles»” (Cunha, 2006:19).

Em 1937, encontramos a definição de turista recomendada pela Liga das Nações (citado por Holloway, 1988), onde este era definido como sendo quem “ (...) viaja por um período de 24 horas ou mais de um país para outro (...)”. Excluía-se as viagens no país de residência habitual. Nesta definição visavam-se as pessoas que viajavam por prazer, por descoberta, por motivos pessoais ou de saúde, devido a negócios. No entanto, ignorava-se o turismo doméstico ou interno – dos residentes do país que viajavam dentro do seu próprio país.

Na mesma perspectiva de Von Schullern (citado por Cunha, 2006), surgem outras contribuições teóricas para a conceptualização do fenómeno turístico, entre as quais, uma de dois professores suíços em 1942, da Universidade de Berna, Walter Hunziker e Kurt Krapf, sendo uma das definições⁴⁵ mais utilizadas e, foi amplamente aceite e, inclusivamente, adoptada pela A.I.E.S.T. (Association Internationale des

⁴⁵ Que definiram o turismo como “« o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária»”. (Cunha, 2006:19)

Experts Scientifiques du Tourism), na medida em que destaca vários elementos de interesse: o turismo é um conjunto de relações e fenómenos; exige a deslocação da residência habitual; e a deslocação não pode estar ligada a uma actividade lucrativa, que seja, permanente quer temporária.

Privilegiando a definição de Hunziker e Krapf (citados por Cunha, 2006), a dimensão espacial e a figura do turista, identificando-se, apenas, com o lado da procura, outros autores procuraram sistematizar definições mais abrangentes, reconhecendo a amplitude do turismo. Uns dos primeiros a apresentarem uma definição mais ampla e completa, enfatizando a complexidade da actividade turística, para além do económico, foram Mathieson e Wall (1982), que consideraram que o turismo “« é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a sua permanência desses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades».” (Cunha, 2006: 30).

Foi também, por via da A.I.E.S.T. no Congresso de Palermo, Sicília, em 1954, que se manifestou uma das primeiras definições de turismo, tendo sido definido como “um conjunto de relações e manifestações que se originaram com uma viagem e com uma estadia temporal do visitante, sempre que desta estadia não resulte uma actividade lucrativa”. Posteriormente em 1963, na Conferência Internacional do Turismo, organizada em Roma sobre os auspícios da ONU (Organização das Nações Unidas), elaborou a definição de “visitante” (turista), passando este a constar para fins estatísticos como “ a pessoa que vai a um outro país por qualquer razão menos a de exercer uma profissão remunerada” (Holloway, 1988).

A OMT, que na Declaração de Haia Sobre Turismo (1989) proclamou o turismo como um meio de cooperação internacional e de partilha entre os povos e como factor de desenvolvimento individual e colectivo, constatando a falta de aderência e de aplicabilidade das definições existentes, vai na sequência da Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo no Canadá, em 1993 a OMT propor à Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, uma serie de recomendações sobre estatísticas do turismo e apresenta uma definição de turismo clara e concisa⁴⁶.

⁴⁶ A OMT define o turismo “como um fenómeno sócio-económico e cultural que se baseia na deslocação de pessoas (turistas) para locais diferentes da sua residência habitual, onde permanecem por períodos superiores a 24 horas e inferiores a 12 meses, com objectivos de lazer, utilizando as facilidades de alojamento, alimentação e outras oferecidas no destino. Aqueles que viajam por períodos inferiores a 24 horas são chamados excursionistas. Esta definição aplica-se tanto ao turismo interno (residentes que viajam dentro do mesmo país) como externo/internacional (que diz respeito ao movimento internacional de turistas e considera os países emissores ou receptores de turistas).” (OMT, 1993:2-3)

Anteriormente, já em 1991 a OMT, foi pioneira ao estabelecer um conjunto de definições para uso geral, apresentou conceitos, definições e classificações de turismo, que julgamos pertinente apresentar algumas: Visitante – um indivíduo que se desloca a um lugar diferente da sua residência habitual, por uma duração inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma actividade remunerada no lugar visitado; Turista – visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado; Visitante do dia (excursionista) – visitante que não pernoita no lugar visitado; Viajante – toda a pessoa que se desloca entre dois ou mais lugares (OMT, 2003).

A par destes diferentes tipos de visitantes e os vários conceitos de turismo iremos constatar, que várias formas e categorias deste podem ser descritas, atendendo aos factores que intervêm nas deslocações das pessoas. Tal como refere Baptista (1990) “o turismo não se limita a uma simples forma” (Baptista, 1990:27), ou seja, pode variar segundo o viajante, o destino, o motivo, a duração da permanência (turismo de passagem ou turismo de permanência) e a organização da viagem (turismo individual ou de grupo), tais como, viagens internacionais ou doméstica, intra-regional ou inter-regional e turismo receptor e emissor.

De acordo com a OMT (2003), a relação entre turismo internacional e turismo doméstico é de extrema importância, no sentido, que estes inter-relacionam-se, em que o turismo internacional pode ser substituído pelo turismo doméstico ou vice-versa, conforme as escolhas dos viajantes pelas mais variadas questões. O turismo internacional congrega dois tipos de turismo, ou seja, o turismo receptor (não-residentes que viajam como visitantes para um determinado lugar) e o turismo emissor (refere-se aos residentes que viajam como visitantes a um outro lugar, que não é o seu). Estas duas formas básicas de turismo podem ser combinadas de vários modos, resultando dessas combinações as seguintes categorias de turismo: turismo interno (abrange o turismo realizado dentro das fronteiras de um país e inclui o turismo interno e o turismo receptor), turismo nacional (refere-se aos movimentos dos residentes de um dado país e inclui o turismo interno e o turismo emissor), turismo internacional (por abranger unicamente as deslocações que obrigam a atravessar uma fronteira, consiste no turismo receptor adicionado do turismo emissor). (OMT, 2003).

2.5.3. Turismo como um sistema

O turismo tratando-se de um fenómeno complexo, difícil de descrever e, se várias ciências sociais fazem uso da teoria dos sistemas para tratar processos complexos onde as sociedades, os territórios ou as economias articulam partes que somadas configuram um todo funcional, também o fenómeno turístico beneficiará se recorrermos a esta aproximação sistémica para o melhor compreendermos e desenvolvermos. Iremos apresentar o turismo como um sistema funcional e integrado, com duas componentes básicas, a procura e a oferta turística que depois serão analisadas com um pouco mais de detalhe.

De facto, existem várias formulações esquemáticas do sistema turístico, que se diferenciam de acordo com o ponto de vista em que se colocam os autores (Gunn, 2002; Mill e Morrison, 1992; Beni, 2003; entre outros) que defendem que o turismo deve ser visto como um sistema composto por múltiplas partes inter-relacionadas, cujo, funcionamento adequado depende do equilíbrio estreito entre as suas várias componentes, de tal modo que a modificação de um elemento provocará uma modificação de outro ou outros, ou seja, um conjunto de elementos não ligados entre si não constituem um sistema porque a alteração de um deles não modifica os outros⁴⁷. O turismo apresenta-se como sistema, com um conjunto de elementos que estabelecem conexões interdependentes entre si (que determinam o funcionamento do turismo e a base do seu desenvolvimento, que assenta na oferta e na procura), isto é, entre as zonas emissoras, as zonas receptoras, as rotas de trânsito e todas as actividades turísticas e, este conjunto é constituído por subsistemas que, se decompõem em várias componentes interdependentes e que formam as estruturas internas do sistema. O turismo, como sistema, deve ser definido, analisado, planeado e desenvolvido de forma integrada e, para isso, será necessário entender-se as inter-relações entre as suas diversas componentes (Gunn, 2002).

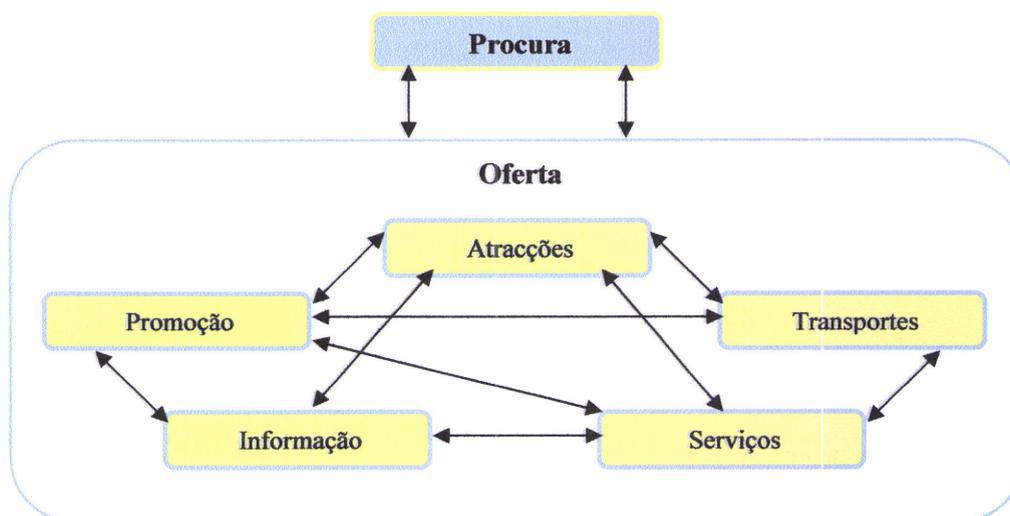
Embora tenhamos referenciado o turismo como uma actividade sócio-económica, reflectindo a importância das suas dimensões social, cultural e ambiental, bem como, da sua dimensão económica, a análise sistémica do turismo será descrita, apenas, em termos económicos. Dois dos trabalhos que descrevem o turismo como um

⁴⁷ Segundo Cunha, os sistemas podem ser fechados ou abertos, o primeiro tipo caracterizou-o como um objecto ou um ser que não revela nenhum comportamento visível do exterior, sem inputs (entradas) e outputs (saídas), enquanto o sistema aberto é influenciado pelo exterior, que vai garantir a sua manutenção ou preservação (Cunha, 2001).

sistema de inter-relações entre as diversas partes da oferta e destas com a procura de mercado, são os de Mill e Morrison (1992) e Gunn (2002).

Gunn (2002) identifica o sistema funcional de turismo como o núcleo de todo o desenvolvimento da actividade turística, sendo constituído por uma procura (população com interesse e capacidade para viajar) e por uma oferta com cinco elementos principais (as atracções, as instalações e serviços para turistas, os vários meios de transporte, a informação e a promoção turística oferecida).

Figura nº 2 – Sistema Funcional do Turismo



Fonte: adaptado de Gunn, 2002

A mesma autora chama atenção que, para além dos fluxos que se estabelecem entre as componentes principais do sistema, este sofre a influência de numerosos factores externos. Assim, a qualidade e quantidade dos recursos naturais e culturais, enquanto elementos identificativos da singularidade de um lugar; a disponibilidade e capacidade empresarial, que visualizam oportunidades para novos negócios e formas criativas de gerirem os já existentes; a disponibilidade de recursos financeiros e de recursos humanos devidamente qualificados; a concorrência; as políticas governamentais, a todos os níveis; e a capacidade de organização e liderança são factores que podem influenciar fortemente o desenvolvimento da oferta e a satisfação dos visitantes. Os factores que influenciam o desenvolvimento do turismo não se limitam a estes segundo Gunn (2002), à medida que as pesquisas avançam outros factores vão surgindo. De qualquer modo, o planeamento do turismo deverá ter em conta o núcleo do sistema funcional e os outros factores que influenciam, pois o êxito

do planeamento dependerá da consideração destas "externalidades" bem como do funcionamento interno do próprio sistema turístico⁴⁸.

Ao definirmos o turismo como um sistema constituído por duas forças principais, a procura e a oferta turística, importa realçar que a definição de procura é, tal como outras temáticas, muito subjectiva, dependendo de quem aborda.

No caso do turismo, a procura é apresentada por Beni (2003) como uma procura compósita de bens e serviços (transportes, alojamento, restauração, actividades recreativas, etc.), e não como uma procura simples de elementos ou de serviços específicos, isoladamente considerados. Trata-se de uma procura de bens e serviços que se completam entre si, efectuada por pessoas que se deslocam temporariamente para fora do seu ambiente habitual, por lazer ou outro motivo.

Uma abordagem mais simples da procura turística estabelece que esta pode ser medida ou contabilizada pelo total de turistas que se deslocam a um determinado destino turístico, podendo este ser um local, uma região, um país ou uma atracção turística⁴⁹.

Conhecer as necessidades e as preferências dos turistas, de modo a poder dar-lhes uma resposta, revela-se um factor chave para o sucesso da actividade turística. Porém, esta capacidade de resposta depende de se entender as razões, os motivos que levam o turista a realizar a viagem. Tendo em conta os diversos motivos que estão na base da deslocação das pessoas que, nuns casos, assumem carácter de obrigação e, noutros, carácter de satisfação pessoal (Cunha, 2006), distingue entre: motivações constrangedoras (negócios, reuniões, missões, saúde, estudos), motivações libertadoras (férias, desportos, repouso, cultura), e motivações mistas (por exemplo, quem se desloca para participar num congresso frequentemente, aproveita os seus tempos livres para actividades de lazer)⁵⁰.

O conhecimento, estudo e acompanhamento das motivações da procura são fundamentais para repensar, constantemente, a concepção do desenvolvimento turístico, bem como para perspectivar o seu futuro. De facto, o turismo é, de entre as diversas

⁴⁸ Mill e Morrison (1992) descrevem o sistema do turismo muito semelhante, identificando quatro componentes principais: o mercado; a viagem; o destino e o marketing.

⁴⁹ Este estudo da procura pode ser mais aprofundado se atendermos à forma como os seus gastos se distribuem nos locais de destino e que tipos de serviços utilizam.

⁵⁰ Por seu lado, a OMT apresenta duas categorias de motivações que resultam das imagens que se fazem de um destino: as motivações de tipo racional (a confiança, a segurança, a poupança, o conformismo e o modernismo) e as motivações de tipo afectivo (a curiosidade, a novidade, a simpatia, o maravilhoso, a afectividade, a liberdade e a amizade).

actividades económicas, uma das que está mais exposta às alterações produzidas na sociedade e daquelas que melhor as reflecte.

A crescente valorização de zonas menos massificadas e com maiores níveis de qualidade nos serviços, das férias activas e personalizadas, do contacto com a natureza, da descoberta do desconhecido e da diferenciação dos produtos, resulta da cadeia de motivações. Para o turismo, os produtos terão que ser mais diversificados e mais personalizados, a qualidade e a inovação terão que marcar presença constante.

Por sua via, a oferta turística poderá ser definida, como refere Beni (2003), como o conjunto dos recursos naturais e culturais, considerados a matéria-prima da actividade turística, na medida em que são estes recursos que provocam a afluência de turistas, aos quais se juntam os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo.

A partir do momento em que alguém decida sair do seu ambiente habitual e esteja disposto a visitar outros locais e pessoas, a oferta intervém colocando e promovendo através de agentes directos e/ou indirectos os seus recursos e produtos.

Os recursos turísticos, fundamento das actividades empresariais do subsector turístico, definem-se como qualquer elemento natural, paisagístico ou geográfico e qualquer manifestação da vida humana, histórica ou actual. E em todo o lugar pode haver recursos turísticos ligados às características do território ou aos hábitos de vida dos seus habitantes, porém, nem todos chegam a converter-se em produtos turísticos.

De facto, enquanto o recurso turístico tem uma existência própria, independente de qualquer outro factor que incida na actividade económica de uma população, o produto turístico tem uma clara dependência do primeiro (não há produto sem recurso) e aparece estreitamente ligado a um conjunto de actividades, de tal modo que, a partir de uma óptica global, representa uma complexidade económica pela agregação de elementos e agentes que configuram um mercado singular e praticamente ilimitado.

Uma variedade de produtos e serviços compõe normalmente o produto turístico. Podem-se considerar alguns tipos de elementos combinados de forma correcta dão valor ao produto turístico global: recursos turísticos, infra-estrutura e instalações privadas básicas, elementos complementares. Segundo López e Beltrán (1990), a correcta utilização de todos estes elementos resulta num produto turístico atractivo. Ainda assim, o factor chave do produto turístico reside nos recursos existentes num determinado destino, que são a fonte de motivações que originam as viagens.

Um produto turístico apresenta-se como uma combinação de prestações e ofertas, tangíveis e intangíveis, que proporcionam ao consumidor uma satisfação e uma resposta às suas expectativas e motivações e que é valorizado a um certo preço. Entre os bens tangíveis temos os bens, os recursos, as infra-estruturas e os equipamentos; e entre os intangíveis contam-se os serviços, a gestão, a imagem de marca e o preço. Trata-se, pois, de um conceito integrador e multivariante, que inclui elementos de consumo destrutivo (a alimentação, por exemplo), elementos que não desaparecem (um monumento, uma paisagem), elementos que o turista adquire e passam a ser sua propriedade (artesanato), elementos de outros subsectores dos serviços (transporte, seguros, comércio), elementos de organização e gestão e elementos de informação. No produto turístico predomina a variável intangível, pois, a importância que têm os elementos intangíveis no produto turístico tem como consequência tornar mais difícil a sua concepção e a sua comercialização. Na realidade, o produto turístico só existe a partir do momento em que o consumidor tem uma representação mental deste último.

Deste ponto de vista, um produto turístico supõe a integração de diversos componentes de oferta, controlados por diferentes organismos públicos e por uma variedade de operadores privados, sem que nenhum deles exerça um controlo efectivo sobre o resultado final (Tocquer e Zens, 2004).

Um aspecto fundamental é partir do pressuposto que um produto turístico é algo mais que apenas os recursos turísticos ou a oferta de alojamento. Os recursos turísticos encontram-se na base da atractividade de determinado destino turístico, necessitando assim de uma gestão adequada, através da adopção de medidas de protecção dos recursos mais frágeis e consequente preservação a médio e longo prazo da sua atractividade, de forma a facilitar a satisfação dos visitantes e a sustentabilidade das intervenções.

Figura n.º 3 – Estruturação de um produto turístico



Fonte: adaptado de ADTR, 2008

Capítulo III – Contexto de Estudo

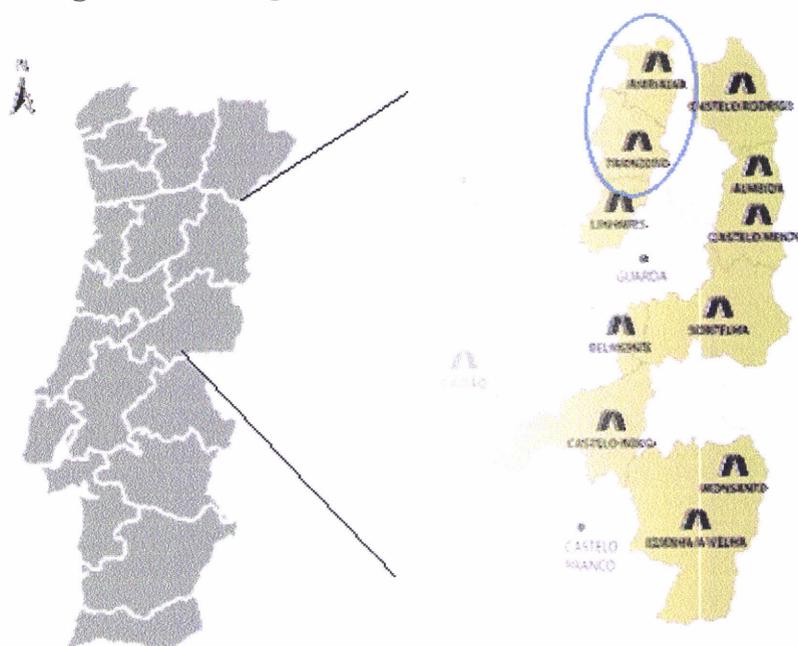
3.1. Caracterização das Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva

3.1.1. Caracterização geo-demográfica

3.1.1.1. Enquadramento Geográfico

As Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva são duas das 12 aldeias que compõem a Rede das Aldeias Históricas de Portugal⁵¹. Apresentam uma enorme diversidade, daquilo que é na realidade a Região Centro, em termos territoriais as doze aldeias localizam-se na Beira Interior, maioritariamente ao longo da linha de fronteira (Figura n.º 4), naquilo que é a transição do Douro para o Tejo Internacional.

Figura n.º 4 – Mapa das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: elaborado com base no <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com>

Do ponto de vista geográfico as duas “Aldeias” localizam-se entre o Vale do Douro e a Serra da Estrela, a leste fazem fronteira com Espanha e a oeste com o rio

⁵¹ Sugere-se a consulta do site das aldeias históricas, em URL: <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/>.

Dão, muito próximas da raia e bastante afastadas do litoral, numa região serrana vulgarmente identificada como Beira Alta.

A Aldeia Histórica de Trancoso, administrativamente sede de Concelho, destaca-se em termos morfológicos, pelo facto de se encontrar situada num vasto e alto planalto, a cerca de 900m de altitude, nas proximidades da margem direita do rio Távora e a uma distância de 50 km a NNO da cidade da Guarda, sede de Distrito, distando cerca de 70 km da fronteira de Vilar Formoso e do mar distará uns 200 km.

Este território é constituído por terras acidentadas, com terrenos predominantemente graníticos calco-alcalinos, Trancoso é rodeado por uma grande parte do terreno pedregoso, onde o granito, nas suas várias espécies abunda, tanto à superfície, como em profundidade. A zona é predominantemente agrícola e comercial, coberta de grandes áreas de pinheiro, embora abunde também o castanheiro. As produções agrícolas de maior vulto são a batata, o azeite e o vinho (Costa, 2001).

O clima deste território, tal como o de qualquer região do globo, é condicionado por factores gerais aos quais se sobrepõem factores locais, interessa-nos principalmente os locais, uma vez que os gerais (radiação solar e circulação geral atmosférica) são condicionados pela situação geográfica das duas Aldeias Históricas. Os factores locais referenciados a partir do estudo orográfico, verificamos que nesta região, o prolongamento da meseta ibérica, apresenta cotas de altitude de valor médio elevado. Neste território faz-se sentir, sobretudo, com intensidade, o efeito da continentalidade, resultante nomeadamente da existência e orientação de diferentes sistemas montanhosos. A aridez é uma característica dominante neste território, não existindo uma influência oceânica a exercer uma função regularizadora do clima entre o Norte Atlântico e o Sul Mediterrânico, que se encontram na região da Beira Interior.

A altitude condiciona fortemente o clima, tornando-se extremamente rigoroso, com acentuadas amplitudes térmicas, muito frio de Inverno⁵² (forte presença da geada nesta zona raiana, que oscila entre os 60 e 70 dias em média) e muito quente e seco no Verão (Julho e Agosto), a proximidade às terras quentes da Meseta espanhola, impõe um clima de amplitudes térmicas elevadas. Tornando-se um condicionante no desenvolvimento sócio-económico, mas por outro lado quando se atinge o extremo de

⁵² Temperaturas rigorosas, a comprovar pelo velho ditado das beiras que diz que o *"frio almoça em Penedono, merenda em Trancoso e ceia na Guarda."*

temperaturas negativas pode ser um potencial atractivo, pela queda de neve, quer pela formação de sincelo,⁵³ devido ao fluxo de ar polar continental.

A Aldeia Histórica de Marialva⁵⁴, é actualmente sede de freguesia e pertence administrativamente ao concelho de Mêda, distrito da Guarda. A antiga “Vila” de Marialva, situa-se num planalto desabitado de uma vasta eminência rochosa, a 580 metros de altitude, na margem da ribeira de Marialva e abrange uma área geográfica de 1915 hectares.

Marialva situa-se na zona nordeste ou terra fria, numa região de transição geológica, em que alternam o granito e o xisto, mas rodeada de formações rochosas de grandes dimensões. Hidrologicamente situa-se no extremo ocidental da bacia do Côa: a Ribeira de Marialva. Até a poucos anos, a paisagem era dominada por castanheiros, carvalhos, giestas, rosmaninhos, sendo até meados do século XX uma zona muito rica em caça. As principais culturas, para além da vinha, da oliveira e amendoeira, são os cereais, sobretudo o centeio, as leguminosas, a batata, e junto à Ribeira, as hortícolas (CMM, 2005).

Climaticamente, tem um regime difícil, a elevada altitude desta área planáltica, o afastamento do litoral que a priva dos efeitos moderados do oceano e a proximidade das terras quentes do interior de Espanha, impõem a esta zona de Marialva um clima caracterizado por amplitudes térmicas anuais elevadas, com verões quentes e secos com uma temperatura média de 20° C, nos três meses de Verão e Invernos frios e húmidos com temperaturas médias de 5° C. A neve é pouco frequente mas a geada ocorre em cerca de 50 e 60 dias por ano. A precipitação ronda os 60 mm (em média), nos meses de Verão e os 340 mm nos meses de Inverno, também em média.

⁵³ Formado pelo depósito de gelo sobre os obstáculos expostos ao vento em situação de nevoeiro a uma temperatura abaixo de 0°, constituídos por gotas líquidas. As gotas líquidas que constituem o nevoeiro, ao entrarem em contacto com objectos convertem-se em gelo instantaneamente.

⁵⁴ A aldeia estende-se por três núcleos populacionais distintos: a “Vila”, no cimo do monte rochoso, a cerca de 600 metros de altitude, a “Devesa” estende-se a Sul sobre a superfície planáltica, banhada pela ribeira de Marialva e o “Arrabalde” que se estende sobre a encosta a Norte.

3.1.1.2. Caracterização demográfica

O desenvolvimento do interior tem sido comprometido pela corrente de transferências de recursos, nomeadamente humanos, em direcção ao litoral e à Europa principalmente. Assim a situação sócio-económica de estagnação e até certo ponto de agonia produtiva deste território das duas Aldeias Históricas em estudo, não tem parado de se acentuar. Um dos factores essenciais para contrariar tal tendência, é o factor humano, cuja evolução é causa e efeito, condicionando a evolução futura do tecido social e produtivo.

Importa, salientar a evolução do fenómeno demográfico nas últimas décadas, sendo de evidenciar as alarmantes proporções do envelhecimento e despovoamento do interior. Cenário que contextualiza as Aldeias Históricas de Portugal, em que se caracterizam por uma forte predominância rural e, em termos de densidade populacional as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva apresentam diferentes níveis de densidade populacional aquando da sua comparação e com sentidos inversos na sua evolução. A aldeia histórica de Marialva, caracteriza-se por uma forte predominância rural, e com uma área de 19,21Km², apresentava em 2001 uma densidade populacional de 14,11hab/Km², um decréscimo relativamente a 1991 (-16,87%), que expressa os efeitos de fortes dinâmicas regressivas, uma quebra da população residente, correspondente a 55 habitantes entre o período de análise.

O invés sucede na Aldeia Histórica de Trancoso, constituída por duas freguesias e de base essencialmente urbana e de serviços, com uma incorporação recessiva das actividades agrícolas e florestais, tendo desenvolvido entre 1991 e 2001 uma forte drenagem das freguesias do Concelho de Trancoso e algumas dos concelhos vizinhos para a Aldeia Histórica de Trancoso⁵⁵ e devido ao alargamento do perímetro urbano em termos constitucionais para a passagem desta antiga vila medieval a cidade⁵⁶. A freguesia de S. Pedro apresentou um acréscimo (+42,9%) no período de 1991-2001 e, numa área de 15,27 Km², pelas questões referidas anteriormente a freguesia de Santa Maria (área total de 36,33 Km²) sofreu um aumento populacional de (+17,9%), uma

⁵⁵ Uma tendência para a concentração populacional, justificando-se pelo aumento das infra-estruturas sociais de apoio à população, das expectativas de emprego, e de melhores condições para a promoção de uma maior qualidade de vida para os habitantes.

⁵⁶ As duas freguesias que compõem a Aldeia Histórica de Trancoso, cada uma delas englobam várias pequenas povoações ou lugares habitados.

densidade que retrata a realidade desta faixa do interior do país, zona de fronteira com Espanha.

Quadro nº2 – Evolução da população residente (1991-2001)

Unidade territorial	Área (Km ²)	População Residente			Densidade Populacional (Hab/Km ²)	
		1991 (V.A)	2001 (V.A)	Varição 1991-2001 (%)	1991 (%)	2001 (%)
Marialva	19,21	326	271	-16,87	16,97	14,11
Trancoso						
Sta. Maria	36,33	1134	1313	+17,9	31,23	36,16
S. Pedro	15,27	1364	1793	+42,9	87,41	114,9

Fonte: INE/Infoline, Recenseamento da população de 1991 e 2001

Se tivermos em consideração a distribuição da População Residente por Grupos Etários⁵⁷ (Quadro n.º3), destacamos, na Aldeia Histórica de Marialva, o aumento da população com idade igual ou superior aos 65 anos e um decréscimo da população jovem (0-14), tal como a diminuição da população activa (activos jovens e activos velhos) durante o período de 1991 e 2001. Encontramo-nos perante uma estrutura etária envelhecida, onde diminui a importância relativa dos indivíduos com idades mais jovens e aumenta a importância relativa dos indivíduos com idades mais avançadas, fenómeno relacionado com o aumento da Esperança Média de Vida, sentido a nível local. Este facto é ainda agravado pela reduzida Taxa de Natalidade, juntamente com a dificuldade de fixação da população mais jovem em idade activa⁵⁸.

Na Aldeia Histórica de Trancoso denota-se um aumento populacional nos períodos censitários (1991/2001) apesar da população jovem ainda ser bastante significativa, registou uma pequena diminuição e verificamos um aumento bastante representativo dos activos, sendo de maior notoriedade nos activos velhos (25-64 anos), relacionado com a transferência da população das aldeias para a sede de concelho. A alteração mais preocupante diz respeito ao aumento da proporção de velhos.

⁵⁷ Apresentamos a população dividida em três estratos etários: jovens (0-14 anos), activos (15-64) e idosos (mais de 65 anos). Subdividimos ainda o estrato 15-64 anos em dois sub-estratos, para poder separar a população activa jovem (15-24 anos), da população activa velha (25-64 anos).

⁵⁸ A dificuldade da fixação da população prende-se com o facto de, por um lado, os jovens que pretendem prosseguir os estudos, aumentando as suas habilitações, vêem-se obrigados a procurar centros urbanos, acabando por se fixar nesses lugares onde existem maiores oportunidades de emprego; por outro lado, os jovens que acabam por possuir menos habilitações escolares, não encontrando resposta no mercado de trabalho local, acabam por optar pela migração/emigração.

Quadro n.º3 – Evolução da População Residente por Grupos Etários (V.A)

	Grupos Etários				Total
	0-14	15-24	25-64	65+	
Marialva					
1991	47	30	155	94	326
2001	23	21	119	108	271
Trancoso					
1991	524	363	1221	390	2498
2001	506	459	1590	551	3106

Fonte: INE/Infoline – Recenseamento dos censos, 1991 e 2001

O próprio Índice de Envelhecimento é reflexo desta realidade (Quadro n.º4 – Anexo VIII), verificamos um valor para a aldeia de Marialva de 469,5%, valor este bastante superior ao do território nacional, a par deste registo, a freguesia de Sta Maria (120,2%), em Trancoso demonstra e reforça mais uma vez o problema do envelhecimento populacional das regiões beirãs onde se localizam as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva.

3.1.2. Caracterização sócio-económica

3.1.2.1. Sectores de Actividade

Relativamente aos Sectores de Actividade⁵⁹ é de salientar as diferenças que se registam nas duas Aldeias Históricas, acima de tudo por Trancoso ser sede de concelho e agregar todo um conjunto de serviços, enquanto Marialva em termos administrativos apresenta-se como freguesia.

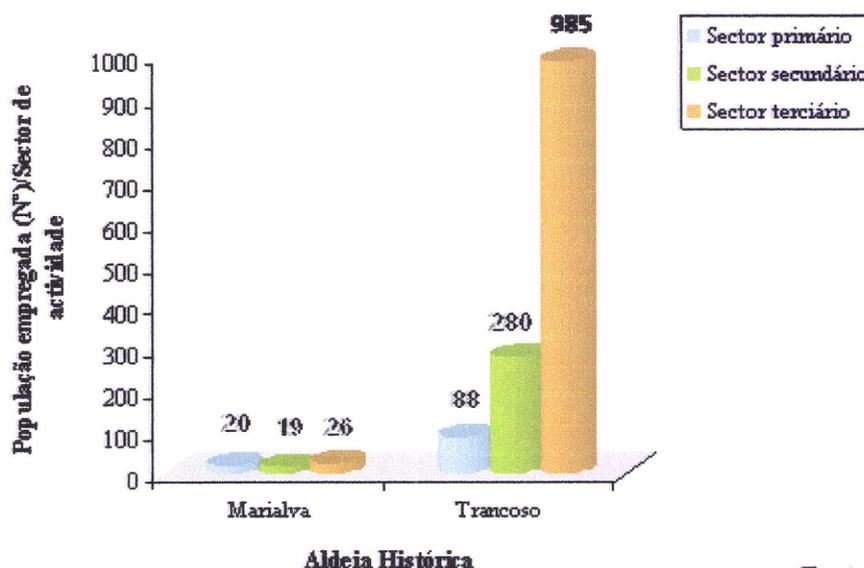
Em termos globais, a configuração do tecido produtivo local apresenta um sector terciário que se demarca dos restantes em termos de população empregada. Assim sendo, tendo como base a leitura do gráfico n.º 1, em 2001, a população empregada na Aldeia Histórica de Marialva distribui-se de forma similar no sector primário e secundário, com apenas uma pequena diferença relativa para os indivíduos activos e

⁵⁹ A distribuição da população activa por sectores de actividade é um dos indicadores mais utilizados para a avaliação do nível de desenvolvimento da sociedade.

empregados no sector terciário. Ainda de acordo com a mesma fonte, permite-nos verificar que, na Aldeia Histórica de Trancoso o número de população activa, no sector secundário (280) é bastante superior do que a registada no sector primário (88), mas também muito baixa aquando comparada com o sector terciário (985), apesar de ter vindo a ganhar uma importância nos últimos anos, com a instalação de novas unidades, assumindo-se como o sector com maior empregabilidade, acima de tudo na área dos serviços e comércio.

A análise da actividade económica nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, revela portanto uma predominância clara das actividades não agrícolas, incidindo principalmente no sector terciário. O sector primário apresenta uma forte debilidade, que passa, entre outros aspectos, pela dificuldade em tornar a agricultura numa actividade económica, ou seja, estabelecer a actividade agrícola não como um modo de subsistência, mas antes como uma actividade em que seja possível competir com os mercados de distribuição e escoamento dos produtos com baixos custos para o produtor, visando o lucro. Os problemas que se estendem ao resto da Beira Interior, isto é, uma produtividade muito baixa e grande fragmentação da propriedade aliada à pobreza dos solos e a uma população agrícola envelhecida.

Gráfico nº1 – Distribuição da população residente empregada segundo o sector de actividade económica, em 2001 (V.A.)



Fonte: INE/Infoline

Relativamente à distribuição da população residente empregada nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva por grupos de profissões, verificamos que predomina

na Aldeia Histórica de Trancoso os trabalhadores não qualificados (16%), pessoal dos serviços e vendedores e os operários (15%), artífices e trabalhadores similares (15%). Em relação a Aldeia Histórica de Marialva destacam-se os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (31%), os trabalhadores não qualificados e os operários (23%), artífices e trabalhadores similares (17%), realçamos que estes valores correspondem ao total da população em cada “aldeia” (consultar gráfico nº 2 em anexo VIII). Análise que revela a ruralidade do território e ao mesmo do tempo o exercício de funções de cada aldeia histórica em termos do poder local.

3.1.2.2. População Activa – Emprego e Desemprego

Tendo em consideração a evolução da Taxa de Actividade⁶⁰, entre 1991 e 2001 a Aldeia Histórica de Marialva registou um comportamento inverso ao das duas freguesias que constituem a Aldeia Histórica de Trancoso e de Portugal, isto é, baixou 7,5%, como se pode ler no quadro n.º5 (Anexo VII). Uma descida bastante acentuada, esta situação poderá traduzir-se numa diminuição da capacidade de criar dinamismo económico e de produção de riqueza, sendo que, o próprio concelho de Méda também sofreu uma queda de 1%. Em sentido inverso a Aldeia Histórica de Trancoso, apresenta valores positivos, não apenas na totalidade do concelho, como nas duas freguesias, com crescimentos bastante significativos, acima dos 5%.

No que respeita à taxa de desemprego⁶¹, registamos que a taxa de desemprego sofreu um aumento entre o período de 1991/2001 (ainda de acordo com o quadro n.º5 – Anexo VIII), não apenas no contexto nacional (0,7%), mas esta tendência de aumento foi acompanhada pela Região Centro e, passando para os municípios. Na aldeia histórica de Marialva a taxa de desemprego teve um aumento de 2,5% entre o período de 1991 e 2001, subida superior à registada a nível nacional e da freguesia de Sta Maria da aldeia histórica de Trancoso (1,9%), o inverso sucedeu na freguesia de S. Pedro com uma diminuição de 0,2% da taxa de desemprego.

⁶⁰ A taxa de actividade traduz a relação entre o número de activos por cada 100 habitantes.

⁶¹ A taxa de desemprego define o peso da população desempregada no total da população activa (número de desempregados por 100 activos).

3.1.2.3. Educação

Relativamente à área da educação e aos níveis de qualificação da população, sobressai uma considerável taxa de analfabetismo, não obstante aos esforços desenvolvidos, Portugal (9,03%), em 2001 continuava a apresentar uma alta taxa de analfabetismo comparativamente a outros países da comunidade europeia. As duas Aldeias Históricas apresentam valores elevados, aquando equiparados com os valores nacionais e, no caso da Aldeia Histórica de Marialva apresenta, ainda, valores muito preocupantes (26,44%), apesar do decréscimo de 4,79%, apresenta valores superiores ao próprio concelho (19,19%) e que as duas freguesias que constituem a Aldeia Histórica de Trancoso. Nesta aldeia histórica regista-se um aumento da taxa de analfabetismo 1991 e 2001 na freguesia de São Pedro, factor que se deve à inclusão de anexas e lugares, sendo que, ao alargar o seu perímetro para o meio rural e face a uma população envelhecida a taxa de analfabetismo aumentou (5,98%), no sentido inverso na freguesia de Santa Maria regista-se um decréscimo de 3,21% (Quadro n.º 6 – Anexo VIII).

Se considerarmos ao nível da instrução da população residente, constata-se que nas duas Aldeias Históricas, em 2001, que a maior parte da população apresenta baixos níveis de escolaridade, tanto no sexo masculino como no feminino (Quadro n.º 7 – Anexo VIII). Verificamos na Aldeia Histórica de Marialva alguns valores de relevo, nomeadamente os que se referem à população “Sem nível de ensino” (um total de 136 indivíduos, sendo 81 do sexo feminino), seguindo-se dos indivíduos com o “1º Ciclo” (102), números que contrapõem com apenas 3 indivíduos com habilitações equivalentes ao “Ensino Superior”, retendo-se que a população feminina é aquela que possui menos habilitações.

Na Aldeia Histórica de Trancoso, registam-se valores com o mesmo peso em termos de população residente “Sem nenhum nível de instrução” (um total de 805 indivíduos), sendo que, o destaque é ao nível da população residente nesta “aldeia” com escolaridade ao nível do “1º Ciclo do Ensino Básico” (958 indivíduos). A população feminina na Aldeia Histórica de Trancoso destaca-se pelas mais altas qualificações académicas, uma vez que 149 mulheres, em 2001, atingiram níveis de ensino superiores, face a 69 indivíduos do sexo masculino.

3.1.3. Acessibilidades

O território das Aldeias Históricas de Trancoso⁶² e Marialva dispõe de potencialidades únicas neste sector que lhe advém da sua localização geográfica que lhe permite a criação de um importante corredor em termos regionais, nacionais e no acesso ao exterior.

Apresentam ao nível das acessibilidades uma rede de infra-estruturas com significativa envergadura, sinais do esforço realizado nos últimos anos em termos da rede viária nacional. Das vias de comunicação que se encontram disponíveis ao nível da Rede Viária Nacional, destacam-se a A25 (Aveiro – Vilar Formoso) o acesso à A23 (ligação a Lisboa – Sul), de acordo com o Mapa da Rede Viária Nacional (consultar figura n.º 5 do anexo VIII).

Um outro aspecto que interessa realçar é a melhoria das acessibilidades intra-regionais, nomeadamente as Estradas Municipais, preenchem os Concelhos e fazem a ligação as duas Aldeias Históricas de Portugal, estando em boas condições de circulação, ao serem servidas pela E.N. 102, E.N. 324 e a E.M. 604, isto no caso de Marialva; por sua via a Aldeia Histórica de Trancoso é servida pela E.N. 226 e E.N. 102. Esta dinâmica será reforçada em breve através do IP2 (com troço Celorico da Beira a Trás dos Montes e Alto Douro).

Relativamente à rede ferroviária o seu funcionamento é uma alternativa ao nível das acessibilidades, para este território, existindo a linha da Beira Alta (Vila Formoso a Coimbra/Lisboa) e a linha do Douro (que faz ligação de Pocinho a S. Bento – Porto), duas linhas regionais com tráfego de passageiros e de mercadorias, com ligação ao litoral do país. A Aldeia Histórica de Trancoso usufrui da Rede Ferroviária da Beira Alta, encontrando-se uma Estação da CP em Vila Franca das Naves a 15 Km e outra Estação da CP em Celorico da Beira a 16 Km, em que nesta última pára o comboio rápido intercity. Por sua vez, a Aldeia Histórica de Marialva, além de dispor das duas estações ferroviárias referenciadas, dispõe da Estação de Freixo de Numão a 27,4 Km e Pocinho a 30,9 Km (ver figura n.º 6 em anexo VIII).

No que diz respeito aos transportes colectivos verifica-se nas duas aldeias históricas uma fraca rede de trajectos, na medida em que estes não são suficientes, tendo

⁶² Devido a posição geográfica que ocupa (entre Douro e Mondego), parece ter-lhe consolidado o lugar de entreposto comercial importante como ponto fulcral da Beira Norte, tendo a seu favor além de uma excelente localização, uma posição estratégica no cruzamento de grandes eixos viários.

que, a população utilizar viatura própria ou o serviço de Táxis, disponível nas duas “aldeias” ou ainda os autocarros escolares que ligam a sede de concelho as várias aldeias⁶³.

3.1.4. Património Natural

As Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva situam-se no território dominado por Terra Fria Serrana que sofre de clara influência atlântica, a Beira Alta estende-se para norte da Serra da Estrela, em terrenos acidentados e pedregosos, onde o granito imprime uma configuração da maior importância. As alterações fisionómicas e cromáticas das paisagens associadas aos ritmos sazonais são aqui bastante marcadas. Na Terra Fria, elas são sobretudo ilustradas pela neve e pelo gelo, pela queda da folha dos carvalhos, castanheiros e árvores de fruto em geral e pelo verde dos prados e lameiros.

Do ponto de vista agroflorestal a Aldeia Histórica de Marialva integra o Concelho de Mêda (Zona Raiana), um território marcadamente continental de solo pobre e pedregoso onde predominaram durante muitos anos os sistemas cerealíferos de sequeiro, em particular o centeio e encontramos em pequenas belgas de terreno produtivo algumas oliveiras, vinha e algumas culturas hortícolas.

Por sua vez, a Aldeia Histórica de Trancoso é incluída na Zona da Serra da Estrela, uma área profundamente influenciada pela paisagem e agricultura serrana, na qual se evidenciam os sistemas culturais mistos e arvenses-pecuária extensiva. O centeio é dominante no que diz respeito às culturas arvenses e, nalguns baldios férteis, surgem os sistemas intensivos com base na batata e algumas culturas hortícolas. O pinhal, o souto e o olival são usos do solo que detêm alguma representatividade.

Em ambas as aldeias históricas, o quadro actual do uso do solo apresenta alterações significativas ao longo dos últimos anos. Registam-se como principais tendências o aumento da área para uso urbano (essencialmente na Aldeia Histórica de Trancoso), a diminuição global das áreas florestais (áreas degradadas por terem sido alvo nos últimos anos de queimadas), apesar do aumento das zonas de pinheiro bravo, e

⁶³ Por outro lado, a exploração doutros trajectos, torna-se inviável, na medida em que estes não são rentáveis e não se justificam tendo em consideração o número de passageiros.

o aumento significativo de áreas incultas, constituídas pelos matos de giesta⁶⁴ (*Cytisus*), urzes, rosmaninho e bela-luz, provocado pelo abandono dos campos agrícolas (vagas de emigração) e dos seus sistemas de produção. O castanheiro assume um lugar de destaque na paisagem da Aldeia Histórica de Trancoso, sendo, a castanha um dos produtos agrícolas com algum peso na economia deste território, sobressaem na paisagem os prados bravos (base de alimentação dos bovinos e caprinos), olivais e soutos em *minifúndios* – campos fechados por muros e renques de freixos, e encontramos o cultivo de batatais, as vinhas, as hortas (feijão, grão de bico e das mais variadas hortaliças), pequenos pomares de árvores de fruto dispersas (frutos secos), os milheirais e os cereais (centeio), que fazem parte da paisagem mediterrânica e dos ecossistemas da região. Apesar da área abrangida pelas duas aldeias históricas não existir qualquer área protegida, aparecem zonas, que não sendo de interesse comunitário ou até mesmo nacional, o são em termos regionais ou locais, como disso é exemplo na parte ocidental do concelho de Trancoso um vasto maciço montanhoso ou o Sítio “Rio Côa”, que abrange o vale da ribeira do Massueime para jusante de Marialva (extensa área para a conservação de aves estepárias).

A paisagem, no seu contexto mais lato, apresenta também áreas onde a salvaguarda paisagística de estruturas de interesse cultural, reforçam de forma imponente os valores patrimoniais e de paisagem⁶⁵.

Registam-se na Aldeia Histórica de Trancoso valores deste género, presentes no Parque Municipal (vulgarmente conhecido por viveiro) e sua envolvente. Tanto no seu interior como exterior deparamo-nos com uma arborização variadíssima⁶⁶.

Nas duas Aldeias Históricas e na envolvente é possível usufruir de notáveis valores patrimoniais e paisagísticos, devendo garantir-se e acautelar as funções ambientais. O património natural e as paisagens tradicionais destas aldeias históricas fazem deste território de charneira entre as terras serranas e transmontanas, um mosaico territorial com grande interesse natural e paisagístico.

⁶⁴ É nestes matos de giesta ou zonas rochosas, associadas a altitude que, nidificam aves como “ (...) a sombria (*Emberiza hortulana*), a ferreirinha-comum (*Prunella modularis*), o picanço-real-meridional (*Lanius meridionalis*), a cia (*Emberiza cia*) ou mesmo o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*).” (Carta de Lazer das Aldeias Históricas, 2000) ou a cegonha-branca na área envolvente de Marialva. No início da Primavera, brotam plantas bolbosas de cores vistosas como as campainhas-amarelas, condicionadas por um ambiente mediterrânico e sobressaem o carvalho negral, freixos, amieiros, o sobreiro e a cornalheira.

⁶⁵ Neste território existem ainda duas albufeiras, a de Ranhados e a da Teja, sendo esta última bastante interessante quer no que diz respeito ao seu enquadramento paisagístico, quer no tocante à abundante e variada comunidade animal que suporta.

⁶⁶ Desde os pinheiros bravos e mansos, freixos, choupos, faias, negrilhos, eucaliptos, tílias, cedros entre as quais algumas espécies raras, como as sequóias e os sobreiros.

3.1.5. Cultura e Património

3.1.5.1. Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva: Dimensão Histórica e Cultural

O património arquitectónico de um território constitui uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade do seu património cultural, sendo um testemunho inestimável do seu passado.

A cultura significa e simboliza a forma como vivemos, estabelecemos as nossas relações e expressamos a nossa criatividade. Embora, não haja estudos arqueológicos profundos, crê-se que a ocupação humana desta região, remonta a pré-história, pelos diversos abrigos que foram registados, exemplo na zona da freguesia de Marialva (sítio dos Castelos⁶⁷). Uma cadeia de ocupações da Pré-História à Romanização que encontramos em Marialva (Castelo/Vila, e lugar da Devesa).

As origens desta antiga cidade romana de Aravor ou “Civitas Aravorum” perdem-se no tempo. A história da Cidade de Aravor parece ser da fundação dos Túrdulos (século VI a. C.) e foi depois sucessivamente arruinada pelas invasões bárbaras, árabes, cristãs até ao séc. XI. Os Godos instalaram-se no Castro de S. Justo⁶⁸ e mais tarde os Romanos. A esta ocupação seguiram-se os árabes que terão dado à cidadela o nome de Malva, reconquistada por D. Fernando Magno de Leão em 1063, que a chamou Marialva. Despovoada pelas lutas da Reconquista, D. Afonso Henriques mandou-a repovoar, entre 1157 e 1169 e concedeu-lhe o primeiro foral (1179) e a elevou à categoria de vila, foral confirmado pelo rei D. Afonso II em 1217 e D. Manuel em 1512. D. Sancho I reconquistou-a em 1200 (altura em que o povoado extravasou a cerca amuralhada), formando-se assim o Arrabalde, que apresenta uma malha urbana de traçado medieval (Carta do Lazer das Aldeias Históricas, 2000).

Um dos passos mais importantes nos tempos medievais para o desenvolvimento da região foi, a criação da Feira mensal de Marialva em 1286 (realizava-se todos os dias 15 de cada mês). Em consequência da realização da Feira e, devido a localização fronteiriça de Marialva, iniciou-se no século XII a fixação de judeus. Em 1855 foi suprimido o concelho de Marialva, que passou a englobar o concelho de Vila Nova de

⁶⁷ Data do Neolítico tendo sido encontrados diversos objectos, entre os quais um machado de granito (polido e com uma grande percentagem de quartzo) e cerâmicas que se colocam no horizonte cronológico do III milénio a. C. (Coixão et. al., 2009).

⁶⁸ Este castro, situado numa eminência rochosa sobranceira aos campos da Devesa, foi o principal núcleo da comunidade dos Aravos, sendo conhecido por “Castro dos Aravos”.

Foz Côa e, depois em 1872, Marialva foi incorporada no concelho de Mêda (Almeida et al., 2000).

A singularidade continua na Aldeia Histórica de Trancoso é vila antiquíssima e, não é ponto averiguado quem fosse o seu fundador e a época certa da sua fundação. Apesar da maior parte da documentação existente se referir ao período sensivelmente anterior ao da fundação da nacionalidade⁶⁹.

Sabemos, contudo, que nas suas origens mais prováveis parecem remontar à época em que os Iberos, vindos do Oriente, deixaram em muitos pontos da Península e também na zona de Trancoso, os seus megalíticos (séc. XV a.C.). Seguiram-se os Túrdulos que, emigrando do Algarve acompanhados dos seus godos, chegam à Beira, onde fundam vários Castros Pastoris, sendo um deles em Trancoso, no local onde mais tarde assentou os seus alicerces do castelo da vila⁷⁰. Ocupada pelos romanos⁷¹ em 301 a.C., e já no século IV veio a ser invadida pelos bárbaros (que deram forte contributo para o início da construção de uma estrutura urbana da fortificação e da zona habitada) e, posteriormente invadida pelos árabes em 983, que veio a ser reconquistada por Fernando Magno de Leão em 1059 e por D. Afonso Henriques em 1160 que lhe atribui foral (Carta do Lazer das Aldeias Históricas, 2000).

Sendo após a definição das fronteiras entre Portugal e Castela que a praça-forte se tornou crucial, tornando possível a sua estruturação e crescimento de aglomerado. Facto que levou D. Dinis a construir as muralhas e fundou a feira franca anual (que posteriormente a utiliza, como modelo para a criação de uma segunda feira, desta vez mensal, com a duração de três dias), concedendo privilégios especiais à povoação, que foi integrada no dote da rainha, tendo em 1282 celebrado nesta vila as suas bodas, com a Rainha Santa Isabel de Aragão.

A história da vila de Trancoso anda associada à de Portugal, Trancoso assistiu a diversas lutas e acontecimentos marcantes, nos quais as suas gentes de enorme valentia e patriotismo continuaram a mostrar-se ao longo dos séculos seguintes, em vários episódios de enorme relevo histórico (a Restauração de 1640, a Guerra da Sucessão de 1704, as Invasões Francesas entre 1807 e 1810 ou a Revolução Liberal de 1820). Contudo, a aldeia histórica de Trancoso, para além da sua notável história foi também

⁶⁹ Para Frei Bernardo de Brito, teria sido Tarracon, rei da Etiópia e do Egipto, o fundador de Trancoso cerca do ano 730 a. C. quando desembarcou na Espanha, e de cujo nome poderia ter vindo o actual nome da Aldeia Histórica (Monteiro, 1988).

⁷⁰ A comprovar esta remota ocupação humana deste território, encontramos junto do actual Tribunal, uma Necrópole de sepulturas antropomórficas, que, remontam à época Neolítica, datadas do século VI.

⁷¹ A par da passagem deste povo, destacam-se outros como os Celtas e os Cartagineses.

berço de muitos nomes e acontecimentos que andam associados a inúmeras personalidades ilustres⁷² (Carta do Lazer das Aldeias Históricas, 2000).

A vila de Trancoso foi elevada à categoria de cidade em 2004, um ano após de ter integrado a Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

3.1.5.2. Património Cultural

3.1.5.2.1. Património Construído

No território das duas Aldeias Históricas de Portugal encontramos diversos objectos e espaços de património construído e monumental, que constituem marcas no tempo da ocupação humana destas “aldeias”, da pré-história aos tempos medievais, do renascimento à modernidade.

A definição do Património assume-se como essencial para um bom ordenamento territorial e para o assegurar da sua conservação. Esta premissa torna-se tanto mais verdade quando se trata das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, incluídas na Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Em termos de património construído na Aldeia Histórica de Marialva destaque-se a Cidadela ou Vila (no cimo de um monte rochoso – Castro de S. Justo) no interior do Castelo, agora despovoada mas aonde as marcas medievais e quinhentistas estão bem patentes (onde se instalaram os símbolos da autoridade política e administrativa, militar e religiosa – Castelo, Pelourinho, Cisterna, Câmara Municipal, Cadeia e Casa dos Magistrados, Igreja de Santiago e Capela do Senhor dos Passos); o Arrabalde que prolonga a Vila para além da zona amuralhada sobre a encosta Norte, um movimento de expansão territorial da Idade Média⁷³; e a Devesa, estende-se a Sul sobre a superfície planáltica, banhada pela ribeira de Marialva e assenta sobre a antiga cidade romana, marcada pela construção de edifícios públicos e de infra-estruturas, a povoação da Devesa nada tem de monumental, embora as suas casas actuais tenham sido feitas com a pedra da velha cidade (CMM, 2005).

⁷² Daqui seriam naturais os lendários cavaleiros João Tição da Fonseca, Álvaro Gonçalves Coutinho; Gonçalo Vasques Coutinho (Alcaide de Trancoso, 2º Marechal de Portugal e grande vencedor da Batalha de S. Marcos); o célebre Gonçalo Anes Bandarra (poeta, sapateiro e profeta); Fernando Isaac Cardoso (famoso médico judeu-converso); Afonso de Lucena e Francisco de Lucena (distintos políticos e diplomatas do séc. XVII); entre outros.

⁷³ Onde se encontram igrejas, capelas, casas quinhentistas e senhoriais, a par de um conjunto de habitações rurais com características típicas da casa beirão.

O Centro Histórico da Aldeia Histórica de Trancoso é constituído pelo núcleo histórico da vila medieval e o Castelo, que, representam, no seu todo, um valioso património integrado pelos espaços habitacionais, pelos monumentos e pelos espaços públicos⁷⁴. A maior parte da antiga vila medieval continua hoje cercada de muralhas, destacando-se ainda a barbacã e a cidadela, bem como várias igrejas e capelas, palacetes (Trancoso foi terra de gente nobre, o que é testemunhado pelos vários brasões e títulos nobiliárquicos), pelourinho, fontes e outros vestígios dos mais diversos estilos e géneros. Sendo de destacar também, que aqui teve quartel-general o comandante das tropas anglo-lusas durante as invasões francesas (Beresford). (Consultar quadro n.º 8 – Arquitectura Religiosa e Civil no anexo VIII).

A parte mais antiga desta aldeia histórica parece ser a que engloba a freguesia de São Pedro, situada intra-muralhas, e de onde se destaca as antigas ruas dos cavaleiros, corredoura e judiaria.

Apesar de se destacar o espólio dos Centros Históricos das duas Aldeias Históricas, a riqueza patrimonial destas aldeias reflecte-se no considerável número de Monumentos Classificados, tal como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Quadro n.º 9 – Património Classificado⁷⁵/Aldeia Histórica

Aldeia Histórica	Património	Classificação
Trancoso	Castelo e Muralhas	Monumento Nacional ⁷⁶ (desde 1921)
	Pelourinho	Monumento Nacional (desde 1910)
	Planalto Batalha São Marcos	Monumento Nacional (desde 2004)
	Igreja Nossa Sra. da Fresta	Imóvel Interesse Público ⁷⁷ (desde 1944)
	Capela de Sta. Luzia	Imóvel Interesse Público (desde 1953)
	Sepulturas Antropomórficas	Imóvel Interesse Público (desde 1978)
	Via antiga do Sintrão	Imóvel Interesse Público (desde 1997)
	Centro Histórico	(Zona de protecção)
	Parque Municipal	Arvoredo de Interesse Público
	Tília do Largo Sta. M ^a Guimarães	Arvoredo Interesse Público
Marialva	Castelo e Muralhas	Monumento Nacional (desde 1978)
	Pelourinho	Imóvel Interesse Público (desde 1993)

Fonte: IGESPAR, 2010

⁷⁴ Muito embora a partir do século XVII, tenha sofrido lamentáveis transformações e destruições que lhe retiraram parte da sua característica e monumental traça medieval, a aldeia histórica de Trancoso possui ainda hoje um notável património cultural, artístico e arquitectónico.

⁷⁵ Abrange todos os bens materiais imóveis de natureza arquitectónica de interesse cultural, classificados, segundo as leis em vigor, conforme a aceção do n. 1 do artigo 1. da Convenção de Granada de 1985, integrada na ordem jurídica portuguesa através do Decreto do Presidente da República n. 5/91, de 23 de Janeiro.

⁷⁶ Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjunto ou sítios, a designação adoptada é Monumento Nacional.

⁷⁷ Considera-se de Interesse Público Nacional quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

Abordar o Património Cultural⁷⁸ é abordar, em diálogo significativo, a paisagem natural, a paisagem urbana, a arquitectura popular, o edifício histórico, o palácio, a igreja, o património móvel integrado nos edifícios, os testemunhos arqueológicos, o “pequeno património” mas igualmente as tradições literárias, orais, gastronómicas, musicais, religiosas, a toponímia e as personalidades marcantes da história local.

Nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, existem variadíssimos exemplos da arquitectura popular, que impressiona pela relação estreita que mantém com o meio natural – rude, pedregoso e pobre – pela preponderância do factor agrícola. O casario, ora se concentra em espaços restritos, apertado, acavalado com alguns quintais pequenos, ora se espalha por extensos tractos de terreno. As casas irregulares são de granito, com telha de canudo e lajes, casas de dois pisos, com acesso exterior à habitação com as varandas alpendradas, constituem o tipo dominante, sem esquecer as casas judaicas em que despertam atenção pelas duas portas, uma larga e outra estreita (rés-do-chão para estabelecimento ou oficina, com comunicação interna para habitação). Aliada a adaptação do casario ao terreno ressalta uma associação íntima entre as casas e paisagem de penedias e árvores. O castelo medieval, um solar de aparatosa fachada ou um antigo convento, um pelourinho que enobrece o largo, as igrejas construídas a partir do século XVIII, as fontes, os fornos para cozer o pão que, constituem o elemento predominante às gentes das aldeias históricas.

Para além da arquitectura popular, estas aldeias históricas são, igualmente, ricas em património etnográfico. Exemplo disso é a música, através da qual se perpetuam as histórias das gentes e das terras, também se guardam no tempo as tradições, os dizeres e a sabedoria das gerações, que permanecem para nos fazerem compreender a realidade social ao longo dos tempos⁷⁹. O repertório é preenchido por “Modas Antigas”, fiéis as cantigas que se faziam nos vários trabalhos do campo, expondo os vários trajes tradicionais que representam, com rigor, o modo de vestir dos vários estratos sociais e trabalhos rurais em terras da beira.

As tradições perpetuam-se no tempo, através das festividades religiosas tradicionais, algumas das quais associadas a antigas romarias, os eventos culturais e os

⁷⁸ O património cultural é um conceito e uma prática em constante mutação e pressupõe a produção de novos patrimónios. A prioridade deverá pois ser dada ao conhecimento do território, da sua população e dos seus patrimónios.

⁷⁹ Na aldeia histórica de Trancoso existe o Rancho Folclórico e Etnográfico da Associação Cultural e Recreativa de Trancoso, Rancho Infantil da Associação Cultural e Recreativa de Trancoso, Grupo de Música Tradicional Portuguesa “Pedrinhas da Calçada” e o Grupo Coral da Santa Casa da Misericórdia de Trancoso.

momentos marcantes da cultura religiosa e social das gentes locais – Páscoa e o Natal – constituem um traço típico da cultura popular e tradicional das populações.

A identidade cultural do povo das Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva tem também a ver com a arte popular. O artesanato representa hoje uma espécie de registo do que foi a utilização de objectos de uso corrente, que a industrialização e a técnica relegaram para segundo plano. Assim, muitas dessas actividades extinguíram-se à medida que os artífices não tiveram continuadores, os cestos, os cântaros, os tonéis, os machados, as enxadas, os arados, os carros de bois, e um grande número de objectos essenciais ao beirão que, apesar de tudo, continuam a ser comercializados nos mercados e feiras por comerciantes que são feitos em pequenas oficinas rudimentares da região. Na aldeia histórica de Trancoso não há muito, havia quem trabalha-se na actividade de ferreiro na preparação de ferraduras para os cascos dos animais, bem como um ou outro albardeiro. Ainda assim há alfaiatarias, miniaturas em madeira, bordados e rendas (Costa, 2001).

As Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva oferecem uma gastronomia de raiz beirã e a qual dispõe de alguns produtos próprios e genuínos, ainda cozinhados à moda antiga, riquíssima em paladares, esteve sempre ligada aos produtos do campo e tem como base: a batata, a hortalíça, a caça, o vinho e o azeite⁸⁰.

A pastorícia era outra actividade destes povos e que ainda hoje é um meio de subsistência. E se nos tempos dos romanos se fazia da pastorícia uma fonte de grande riqueza, hoje, na aldeia histórica de Marialva, apesar de haver alguns rebanhos o leite é vendido às cooperativas de lacticínios. No caso da Aldeia Histórica de Trancoso, resistem também alguns pastores donde fazem do fabrico do queijo e requeijão, assumindo-se como meio de subsistência, com a comercialização destes produtos no mercado semanal⁸¹ (Carta do Lazer das Aldeias Históricas de Portugal, 2000).

Das iguarias mais antigas encontramos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva uma cozinha tradicional, uma combinação daquilo que o homem cultivava e cria com aquilo que brota da natureza, entre os quais, pratos da pastorícia (caldeirada de cabrito, cabrito assado, ensopado de borrego) a caça (coelho frito) ou de fumeiro, as

⁸⁰ A influência dos povos romanos e árabes no cultivo de produções agrícolas nos vales férteis das duas aldeias históricas, principalmente na aldeia de Marialva.

⁸¹ Sofreu nos últimos anos um declínio, proveniente da fraca rentabilidade e exigências de produção neste sector. No entanto, ainda, resistem algumas gentes a comprovar pela existência de duas unidades fabris no concelho de Trancoso, uma encontra-se na Aldeia Histórica (Lactovil – Lacticínios de Trancoso, Lda.).

sopas e saladas das ditas "hortaliças silvestres"⁸². Os enchidos (farinheiras, chouriças, moiros, o palaio, a bexiga e a chouriça buxana) e presuntos, feitos no início do ano servem para todo o ano, havendo neste ramo indústria com bastante sucesso na Aldeia Histórica de Trancoso como no restante território do concelho de Trancoso e Mêda.

Claro que para uma boa cozinha há sempre lugar para os doces, na aldeia histórica de Trancoso sobressai a influência das freiras do Convento de Santa Clara, com algumas especialidades (sardinhas doces, morcelinhas de amêndoa, bolo de castanhas ou requeijão, folar da Páscoa), a par doutros doces simples que envolvem os produtos da terra.

Receituário tradicional que se faz acompanhar da arte dos vinhos, arte que cedo se começou a evidenciar, já nos tempos medievais a cultura da vinha fazia parte do quotidiano das gentes das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva associadas aos concelhos onde se encontram localizadas⁸³.

A descoberta destas aldeias não se esgota no conhecimento da paisagem e do património edificado, da gastronomia ou de algum artesanato. Passa também por alguma dinâmica criada por autarquia, associações e grupos de intervenção na esfera cultural, feita de eventos regionais e nacionais, de festas e romarias, de teatro e concertos e exposições, de torneios desportivos, concursos e outros espectáculos. Estas propostas surgem ao longo do ano na Aldeia Histórica de Trancoso, sendo de notar na aldeia de Marialva um défice de grande notoriedade nesta valência, apenas se realçam as festas religiosas.

Dos eventos festivos tradicionais destaca-se a Feira de S. Bartolomeu, em Agosto, na aldeia histórica de Trancoso, a mais importante em termos locais e no próprio distrito da Guarda⁸⁴, destaca-se ainda a Feira de Sta Luzia, é uma feira anual realizada a 13 de Dezembro. Existem referências a outras feiras, mas das quais não existe qualquer vestígio, mas Trancoso pela sua localização foi uma terra imponente nas feiras comerciais. Realiza-se todas as 6^a feiras o mercado semanal, é um mercado

⁸² As beldroegas, meruges, agridões, azedas, rabaças, bredos, espargos e ainda os míscaros e os tartulhos guisados; eram noutros tempos uma forma de combater a fome e aproveitar os bens da natureza.

⁸³ Disponibilizando vinhos com marcas próprias e com tradição de grande qualidade dos vinhos beirãos. Na Cooperativa Agrícola Beira Serra de Vila Franca das Naves, encontramos vinho tinto e branco ("Terras de Bandarra", "Sou Alto" e "Altitude"). Há ainda na área envolvente quintas particulares que produzem algumas quantidades de vinho e comercializam localmente. Sendo de referenciar a diminuição da exploração vinícola no território das duas aldeias históricas, a registar pelo encerramento da Adegas Cooperativa de Meda.

⁸⁴ Fundada por D. Afonso III em 1273, e durava 15 dias sensivelmente (o valor da feira expressava-se pelas transacções dos animais), hoje dura apenas uma semana (com animação musical e exposições locais).

típico⁸⁵ e consideramo-lo um dos mais importantes, dentre todos os que realizam espalhados pelo país. Os habitantes das redondezas aguardam pelas 6^a feiras para se equiparem e se abastecem do necessário à sua vida quotidiana.

Nos últimos anos a autarquia de Trancoso tem tentado criar outras feiras e festas, mais específicas que fazem alusão a produtos e sabores da terra. Uma das referências é a Feira do Queijo e do Fumeiro que se realiza em Fevereiro/Março, aonde os produtores locais são convidados a participar; a Festa da Castanha⁸⁶, a par da Festa da História que se desenvolve em Junho no interior do centro histórico, com representações medievais e as bodas de D.Dinis com a Rainha Sta Isabel.

Do passado comercial, Marialva herdou a realização da Feira de Santiago, que se realiza todos os anos em Julho, a par de algumas festividades de cariz religioso, nas duas aldeias históricas, organizadas pelas gentes locais (consultar quadro n.º 10 em anexo VIII).

Estes eventos têm um impacto local e em territórios adjacentes, sendo que aqueles que ocorrem em época estival registam presença de bastante público turista e visitantes.

⁸⁵ Importante pelo número elevado de transacções, e variados produtos que nele se comercializam, mas também pelo convívio, a registar pela concentração dos homens defronte das portas d’El-Rei onde se realizavam muitos dos negócios só pelo uso da palavra, servindo este local como ponto de encontro com as suas esposas no final das compras.

⁸⁶ Que dignifica esta zona das aldeias históricas, incentivando a produção da castanha e sensibilizando as gentes locais para o aproveitamento do produto (onde se desenvolvem várias actividades relacionadas com este produto).

3.1.6. Turismo

As Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva beneficiam de uma tipicidade que advém, paradoxalmente, da sua condição de interioridade e se na maioria dos sectores, a interioridade constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento, considerado na óptica do turismo, esta condição pode ser de facto um factor de sucesso.

Estas duas aldeias históricas destacam-se do ponto de vista dos recursos, elementos patrimoniais da terra, pois, eles existem em quantidade e qualidade para construir uma oferta sedutora – potencial turístico – a elevação destas duas vilas medievais a Aldeia Histórica de Portugal confirmam uma vocação turística que falta explorar convenientemente.

A cadeia de valor que o turismo enquanto actividade económica gera, transforma-o num instrumento de crescimento apetecível, associado à esfera económica, junta-se-lhe outra característica de excepção: a preservação do ambiente, a preservação dos hábitos culturais, a preservação do património construído, elementos fundamentais para afirmar neste território das aldeias históricas.

Porém, a constituição de um destino de turismo resulta da conjugação de outros factores para além do potencial em termos de matéria-prima, como o sejam a qualidade da oferta em termos de alojamento, de restauração, equipamento de animação e eventos (congressos, seminários e reuniões⁸⁷) e a própria divulgação e inclusão das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva nos roteiros turísticos. Como anteriormente referenciado estas aldeias históricas, encontram-se dotadas de boas acessibilidades e de uma boa localização geográfica, o que as contrapõe ao facto de se tornarem em certa medida um “ponto de passagem”.

No que respeita, a estrutura e dinâmica da oferta e procura turística destaca-se ao nível da capacidade de alojamento uma variação positiva e que corresponde a uma diversificação da oferta (cf. quadro do alojamento nas aldeias históricas de Trancoso e Marialva), com realce para unidades de turismo em espaço rural, com elevados níveis de qualidade, perspectivando-se a instalação de novas unidades de diferentes tipologias.

⁸⁷ A Aldeia Histórica de Trancoso dispõe de um pavilhão multiusos, dois auditórios multi-funções, cinema municipal e centro cultural com espaço multi-funções a par doutros espaços associativos.

Quadro n.º 11 – Capacidade de Alojamento nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva

Unidades de Alojamento	Designação	Localização	Nº de Quartos
Hotéis	Hotel Turismo de Trancoso (****)	Trancoso	53
Residenciais	Residencial D.Dinis	Trancoso	21
	Residencial S. Bartolomeu	Trancoso	15
	Residencial Vale a Pena	Trancoso	12
Pensões	Pensão Condesso	Trancoso	9
Alojamento Particular em Espaço Rural	Casas do Côro	Marialva	23
	Casa das Freiras	Marialva	5
	Casa do Pintor	Trancoso	5
	Casa de Manuel Brígida	Marialva	3
	Casas do Cruzeiro	Marialva	6
Agro-turismo	Quinta da Calcaterra	Marialva	10
Total	11 unidades		162

Fonte: Elaboração própria

Trata-se de uma oferta já com algum significado nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, mas de um modo geral é uma oferta pouco qualificada em termos de camas disponíveis. A oferta hoteleira na Aldeia Histórica de Trancoso situa-se acima dos 115 quartos, dos quais 48 pertencem as residenciais, unidades que estiveram na base da oferta de alojamento nesta aldeia histórica.

Na Aldeia Histórica de Marialva nos últimos anos apareceram as Casas do Côro, um empreendimento turístico privado, constituído por 8 casas que compõem um total de 23 quartos, enquadrado no turismo de aldeia, a par doutras duas casas de turismo em espaço rural, havendo ainda uma oferta ao nível do Agro-turismo com 10 quartos.

De facto, a estrutura de alojamento existente, ainda, não satisfaz os critérios de qualidade exigidos pelo Turismo moderno, comprometendo, também deste ponto de vista quaisquer ambições de construção de uma imagem de qualidade da oferta turística local.

No que se refere a Restauração, as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva ainda apresentam algumas debilidades na sua oferta gastronómica, naquilo que pode ser um produto turístico por excelência neste território. As diferenças entre as duas aldeias históricas neste sector da restauração são bastante visíveis, ou seja, enquanto a Aldeia Histórica de Trancoso nos últimos anos veio alargando e apostando na oferta de uma boa gastronomia a Aldeia de Marialva encontra-se muito débil neste vector, isto porque

dispõe apenas de um estabelecimento que fica nas mediações da aldeia, o que exige a deslocação e em termos de oferta gastronómica, as garantias de uma mostra de cozinha local é muito rudimentar.

Apesar das potencialidades de oferta de uma cozinha de características próprias e bastante vasta, esta vantagem, não está a ser utilizada na sua máxima força, sendo por vezes ultrapassada pela existência de uma oferta pouco atractiva. Na aldeia histórica de Trancoso a proliferação de estabelecimentos de toda a ordem descaracterizados do tipicismo gastronómico, com confecções e serviços inadequados às características turísticas do território.

Quadro n.º 12 – Oferta de Restauração

Aldeia Histórica	Tipo de Actividade	Nº de Estabelecimentos
Trancoso	Restaurantes	12
	Café/Restaurante	8
	Pastelarias/Casas de Chá	6
	Cafés/Cervejarias	26
	Bares	10
	Sub-total	62
Marialva	Restaurante	1
	Cafés	3
	Sub-total	4
	Total	66

Fonte: AENEBeira – Associação Empresarial do Nordeste da Beira, 2010

Ao nível da procura turística nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva podemos enquadrá-la e, de acordo com o levantamento efectuado junto das entidades responsáveis pela monitorização dos dados estatísticos das Aldeias Históricas de Portugal, provenientes dos registos efectuados nos Postos de Turismo um aumento do número de visitantes na Aldeia Histórica de Trancoso desde a sua entrada na Rede das Aldeias Históricas de Portugal em 2003, que transformou por completo o quadro do fluxo de visitantes à esta aldeia histórica, número que de ano para ano, não pára de aumentar, associado aos vários eventos culturais e desportivos que se registam nesta antiga vila medieval. No caso da Aldeia Histórica de Marialva, denotamos uma oscilação dos visitantes registados no posto de turismo local, na informação obtida juntos das varias entidades, essas oscilações, sucederam das várias mudanças que se

processaram até 2008⁸⁸, ao nível de tutela do posto de turismo e mau funcionamento na gestão deste e, da intervenção de revitalização do edifício, números que não reflectem o real fluxo de visitantes até esta data. Realçamos o forte poder de atracção para o empreendimento turístico na aldeia, que, atrai muitos turistas e visitantes para conhecimento deste complexo turístico a par das intervenções urbanísticas executadas no exterior das muralhas.

No entanto, em ambas as aldeias históricas o fluxo de visitantes descrito apenas se circunscreve aos visitantes que se deslocam ao posto de turismo, seja para pedido de informação, compra de bilhete de acesso ao castelo (Marialva), visita guiada ou compra de alguma lembrança.

Quadro nº 13 – Fluxo de Visitantes nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva

Aldeias Históricas de Portugal		Número anual de visitantes							
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Marialva	Nacionais	- *	16208	11640	10061	8341	7889	19239	14195
	Estrangeiros	- *	1411	589	636	288	624	734	1282
	Total	3503**	17619	12229	10697	8629	8513	19973	
Trancoso	Nacionais	2327	2993	5562	18811	24256	29198	35233	38677
	Estrangeiros	754	724	817	2066	2339	3122	3183	5104
	Total	3081	3717	6379	20877	26595	32320	38416	

* Dados não disponíveis

** Dados apenas a partir de Setembro

Fonte: CCDRC e <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com>

Quanto a sua nacionalidade a sua maioria provém do mercado nacional, e o qual de ano para ano tem aumentos significativos, e do mercado de Espanha em ambas as aldeias históricas, sendo que em Trancoso o terceiro mercado é Israel, facto que provém dos últimos eventos culturais alusivos à comunidade judaica que existiu nesta aldeia histórica (consultar quadro n.º 14 e n.º 15 em anexo VIII).

⁸⁸ Até a este ano, apesar do posto de turismo ser um serviço da responsabilidade da Câmara Municipal de Méda, encontrava-se a ser gerido pelo ex-IPPAR (actualmente IGESPAR) e, de acordo com os vários testemunhos recolhidos de ex-membros da Junta de Freguesia de Marialva, havia períodos do ano, que, simplesmente o posto de turismo não abria portas. A partir de 2008 a gestão do funcionamento deste serviço passou para alçada da Câmara Municipal de Méda.

3.2. O Projecto das Aldeias Históricas de Portugal

Algumas regiões do interior de Portugal, como é o caso da Região Centro conheceram e continuam a sofrer de problemas de grande enfraquecimento gradual da sua capacidade produtiva, de envelhecimento e desertificação populacional.

Os espaços de baixa densidade são parte essencial da coesão territorial e social do país, são espaços de articulação nacional, lugares de acesso de uma fracção importante da população à serviços universais e aos padrões do bem-estar colectivo e localizações relevantes de recursos naturais, culturais e patrimoniais, estes últimos vectores encontram-se na base para a afirmação do Programa das Aldeias Históricas de Portugal, que, tornaram possível que os vários agentes locais se interligassem para uma dinâmica local direccionada para a promoção e desenvolvimento.

Em termos de objectivos o presente programa assentava num primordial objectivo, que se prendia em travar problemas do interior, como é a desertificação humana, consequentemente o envelhecimento, a fraca capacidade produtiva e empreendedora da região, entre outras questões que comprometiam seriamente o desenvolvimento local e regional.

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, inserido no Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional⁸⁹, tal como a própria data indica foi criado no decorrer do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999) e aprofundado durante o III QCA (2000-2006), onde constituiu a intervenção âncora da Acção Integrada de Base Territorial – “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”. As intervenções desenvolveram-se ao abrigo de um plano global de reabilitação, envolvendo acções no domínio das infra-estruturas públicas, da recuperação do património edificado, dos projectos de iniciativa privada e da dinamização sócio-económica e promoção. Um plano preparado em estreita colaboração entre a CCRC (Comissão de Coordenação da Região Centro), o Fundo de Turismo, as autarquias locais envolvidas, o antigo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, abrangendo, nesta fase inicial, apenas 10 aldeias históricas.

⁸⁹ O seu regulamento de intervenção “Aldeias Históricas de Portugal – Beira Interior”, foi aprovado em Despacho Normativo n.º 2/95, publicado em Diário da República (Decreto n.º 23/96).

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas iniciou-se em 1995, com a intervenção na Região da Beira Interior, em 10 Aldeias⁹⁰ (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), estas distinguidas e classificadas como “Aldeias Históricas de Portugal”, pela sua diversidade em termos cultural, riqueza do seu património e a força das suas vivências e tradições singulares. Em 2003, esta “riqueza” aumentou para 12 aldeias, com a entrada de Trancoso e Belmonte, tornando-se num forte atributo para a região, assumindo-se todo o seu espólio numa fonte de riqueza da identidade nacional, merecendo por isso a sua valorização e promoção.

No caso das Aldeias Históricas de Portugal é bem patente a importância que teve todo o envolvimento na recuperação de aglomerados que ao longo de séculos, perderam protagonismo tanto na sua vertente administrativa como em termos defensivos em que, perante novos modelos de desenvolvimento acabaram por perder importância económico-estratégica⁹¹.

A recuperação das Aldeias Históricas de Portugal propôs-se concorrer para atenuar aqueles problemas e contribuir para vencer um dos principais desafios que o país tem enfrentado – o reforço da coesão económica e social.

As aldeias seleccionadas têm um património único, sendo autênticos conjuntos monumentais que interessa preservar e valorizar.

Neste sentido, numa primeira linha tomou-se como prioritária uma intervenção à vários níveis (começou por ser um conjunto de planos de intervenção material, mais concretamente realização de obras públicas), a fim de criar condições para dinamizar o seu potencial turístico e histórico, isto passou, pela recuperação de património (arranjos urbanísticos, fachadas e telhados das habitações), melhoria das acessibilidades, investimentos públicos e privados (infra-estruturas básicas, equipamentos turísticos), promoção e divulgação (acções de promoção e de animação, publicações), animação das economias locais (incentivo para o incremento de microempresas na área da hotelaria/restauração/turismo rural) integrando e articulando os vários recursos da região (Carta do Lazer das Aldeias Históricas, 2000).

Segundo dados disponibilizados no site das Aldeias Históricas de Portugal, as várias intervenções concretizadas nas 12 aldeias, que contaram com a larga colaboração

⁹⁰ De acordo com o Decreto n.º 23/96 de 12 de Agosto, foram declaradas como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.

⁹¹ <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/> (20-05-10)

do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) nos períodos (1994-1999 e 2000-2006) anteriormente referenciados ascenderam a 44 milhões de euros. Ao nível de aplicabilidade este valor prende-se com aspectos inovadores, mais concretamente, com a valorização do património e divulgação da herança cultural (tornando-se uma ferramenta em termos de estratégia de desenvolvimento); o próprio envolvimento de parcerias alargadas na definição e desenvolvimento de projectos; e a definição de Planos de Aldeia (cada aldeia dispõe de um plano de animação sob a sua responsabilidade) onde se estabeleceram prioridades, domínios de intervenção e a complementaridade das acções de forma a dar coerência ao conjunto da rede além da promoção turística ao nível nacional e internacional⁹², isto, porque desde 2008 que as Aldeias Históricas foram entregues à gestão de cada Município, após término do III QCA.

Têm sido parceiros desta iniciativa a CCDRC, os dez municípios⁹³ das Aldeias Históricas, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, o INATEL, as Associações de Desenvolvimento Local e empresários locais.

Em 2007, foi equacionada a hipótese de retomar o trabalho de cooperação entre as várias entendidas (municípios e entidades privadas locais) que estiveram envolvidas no programa de recuperação, e rentabilizar as oportunidades existentes na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, permitindo assim a criação da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (inclui os 10 municípios, CCDRC e outros organismos públicos, associações e empresários locais), e que tem como principais objectivos gerir e promover a marca "Aldeias Históricas"; qualificar o produtor turístico das aldeias, definindo uma estratégia concertada de actuação e promoção; a concepção e desenvolvimento de produtos turísticos e a fomentação de actividades de índole cultural, animação e divulgação do património das aldeias.

Em Janeiro de 2009 a presente Associação, juntamente com empresas públicas e privadas deu início aos trabalhos em torno da recuperação das aldeias, perspectivando-se um novo ciclo em torno do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, efectuando uma candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) mais concretamente ao PROVERE⁹⁴ (Programa de Valorização Económica

⁹² Disponível em <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/> (21-05-10)

⁹³ As Aldeias Históricas de Portugal encontram-se distribuídas por Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Meda, Sabugal e Trancoso).

⁹⁴ Destinado a estimular projectos, assentes numa Estratégia de Eficiência Colectiva e Plano de Acção (EECPA), concebida por um consórcio formado por entidades públicas e privadas, representativas de uma região, e que se destina à Valorização Económica de Recursos Endógenos.

de Recursos Endógenos), sendo apresentado o programa de acção “Aldeias Históricas e Judaísmo, Heranças Culturais Beira Interior”, tendo obtido recentemente aprovação.

Salvaguarda-se o aumento do número de visitantes nas Aldeias Históricas de 234 mil no ano de 2005 para 376 mil visitantes em 2009, sendo possível destacar que a maioria dos visitantes são nacionais, com cerca de 79% do total das visitas.

Capítulo IV – O contributo dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva para o desenvolvimento local

4.1. Diagnóstico dos intervenientes no território local

A selecção do modelo teórico a utilizar num trabalho de investigação é feita de acordo com o objectivo último dessa mesma investigação. Neste estudo pretendeu-se contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre o contributo do Turismo no processo de Desenvolvimento Local e, especificamente, teve como objectivo verificar qual o contributo de circuitos turísticos no processo de desenvolvimento local nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, através da análise de coerência entre a sua viabilidade e o conceito de desenvolvimento local.

Em face das especificidades do trabalho de projecto, a investigação que se apresenta teve por base uma triangulação de métodos, isto é, uma combinação de vários métodos de investigação (observação directa, inquérito por questionário, entrevistas e estudo de casos), com vista a enriquecer os resultados da investigação de carácter exploratório-descritivo⁹⁵.

A análise empírica recaiu sobre as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, estabelecendo-se como fundamental a elaboração de um diagnóstico da situação actual e conhecimento do estágio de desenvolvimento turístico destas duas aldeias históricas por parte, dos vários actores do território, atingindo os nossos objectivos de investigação.

O processo de participação pública da comunidade local teve uma metodologia centrada na técnica de inquérito por questionário. Tal opção deveu-se a um rácio de tempo/recursos existentes, para além da pretensão de construir uma base de dados com capacidade de análise técnico – científica, através de processos estatísticos. A análise univariada foi desenvolvida com o recurso à análise da distribuição de frequências. Para se efectuar a análise bivariada, no sentido de relacionar as variáveis, utilizou-se: o Teste do Qui-quadrado, no caso das variáveis nominais, e o Teste de U Mann-Whitney, que “compara o centro de localização de duas amostras como forma de detectar diferenças entre as duas populações correspondentes” (Pestana e Gageiro, 1998). O nível de significância utilizado foi de 0,05.

⁹⁵ Consultar capítulo I, sobre a relevância de cada um dos métodos para a presente investigação.

Para analisar o envolvimento dos agentes institucionais no desenvolvimento local nas aldeias históricas, realizaram-se entrevistas a diferentes actores (públicos e privados), de forma, a analisar em que medida os vários actores envolvidos estão comprometidos com o desenvolvimento da actividade turística no território em investigação. O estudo de casos aos turistas das duas aldeias históricas, foi-lhes aplicado um inquérito por questionário (com posterior análise de conteúdo), que teve, como finalidade caracterizar a procura e oferta turística em cada Aldeia Histórica em estudo.

O inquérito por questionário realizado à população residente nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, teve como objecto obter dados e contributos sobre a importância do turismo para o desenvolvimento local, assim como da identificação dos recursos endógenos das aldeias históricas para a criação de circuitos turísticos nesse território, o mesmo passa-se a descrever:

A caracterização da população em estudo de um universo de 3377 habitantes nas duas "aldeias", dos quais 350 habitantes constituíram a nossa Amostra⁹⁶. Foram inquiridos 30 indivíduos na Aldeia Histórica de Marialva, dos quais 16 do sexo feminino e 14 do sexo masculino; por sua vez na Aldeia Histórica de Trancoso foram inquiridos 320 indivíduos, correspondente a 169 do sexo feminino e 151 do sexo masculino, como se apresenta no quadro nº 16 (anexo IX) e, ainda, distribuídos respectivamente por idades. Em termos de idade, dos participantes neste inquérito, salvaguardamos o maior peso da população com mais de 65 anos em Marialva e o inverso em Trancoso com a população jovem, fruto das várias questões demográficas, relembramos que estes elementos da amostra são proporcionais ao nosso universo.

Devido as diferenças populacionais entre os dois grupos de análise, na Aldeia Histórica de Trancoso e Marialva, considerou-se oportuno os dados estatísticos serem analisados maioritariamente em valores absolutos, no sentido de facilitar a leitura dos mesmos e de uma maior aproximação das respostas dos indivíduos com a realidade de cada uma das aldeias históricas, evitando-se uma desproporcionalidade dos dados entre as duas aldeias e o total dos inquiridos e, também, nos casos das questões de resposta múltipla, devido a não exclusividade das categorias, tornou-se relevante aferir o número de vezes que cada categoria foi assinalada, pois cada indivíduo podia identificar mais do que uma categoria.

⁹⁶ Resultado do processo de amostragem estratificada em que utilizamos como elementos: Sexo e Idade, como referência para a representatividade entre a população e amostra nas duas aldeias históricas (Quadro n.º 1.A e 1.B do anexo I).

No que concerne ao perfil sócio-profissional dos indivíduos inquiridos, constatou-se na Aldeia Histórica de Trancoso, em termos de valores absolutos, uma maior predominância de estudantes (106), seguindo-se de indivíduos que desempenham a sua profissão no ramo do comércio (73), associados a uma população com níveis intermédios a elevados de habilitações literárias e, na Aldeia Histórica de Marialva a fatia de inquiridos remete para indivíduos reformados (13) e desempenho de profissões menos qualificadas, proveniente de uma população com baixos níveis de qualificação, relação "causa-efeito" da realidade sócio-económica das duas aldeias históricas, que se reflecte, aquando da utilização do Teste Qui-quadrado, indica que se encontram estatisticamente associadas, com um grau de confiança de 0,000 ($< 0,05$). Tal resultado evidencia um afastamento da independência estatisticamente significativo, ou seja, com um nível de significância de 5% o padrão de respostas revela uma forte dependência, quer seja, no desempenho profissional quer ao nível das habilitações literárias com a Aldeia Histórica em que os inquiridos residem (ver quadro n.º 17 do anexo IX). Tal como, ainda podemos retirar da mesma fonte, que do total da população inquirida a categoria que predomina é indivíduos com o primeiro 1º ciclo de habilitações literárias.

Na presente investigação considerou-se importante traçar, segundo, a opinião dos vários intervenientes neste estudo *as percepções do turismo na Aldeia Histórica*. Na visão dos entrevistados o turismo é o sector com maior relevância, não apenas na actualidade como em termos futuros, na dinamização da vida económica e social deste território. Como refere o Vereador da Cultura da C.M.T. (Câmara Municipal de Trancoso) *"o turismo é um sector chave para o desenvolvimento de Trancoso e para o concelho, actualmente para todos estes concelhos do interior. Digamos assim, a estratégia é central, o desenvolvimento turístico é local para o desenvolvimento económico do nosso concelho."* (Excerto II do anexo V). Assente na presunção que a *"importância do turismo está na dinamização económica, e essa dinamização económica assenta fundamentalmente no turismo."* (Coordenador da ADL Raia Histórica/Castelos do Côa, excerto I do Anexo V). Estas perspectivas revelam a atmosfera de generalizada e elevada confiança sobre as virtualidades do turismo para alcançar a superação dos muitos e graves problemas com que o território se enfrenta. A tal ponto que se atrevem a visualizar como turbina para a resolução desses problemas, a locomotiva do turismo. Para o promotor e empresário das Casas do Côro, a importância deste *"é determinante num território de baixa densidade, quando efectivamente as actividades estão reduzidas, a população da mesma forma e, portanto do ponto de vista*

de subsistência da Aldeia é preciso reinventar (...) as mais velhas estão infelizmente a desaparecer e as mais novas emigraram.” (Promotor e empresário das Casas do Côro, excerto VII do anexo V). Saliencia-se, uma visão local dos entrevistados, apontando-o como uma aposta do concelho ou área que representam. *“O turismo tem uma importância crucial para a Aldeia Histórica de Marialva, não só para Aldeia como para todo o concelho, porque nós temos poucos rendimentos, não temos nada, a única coisa que nós podemos, portanto apostar e, é a nossa tábuca de salvação será o turismo mesmo.”* (Presidente da C.M.M., excerto V do anexo V).

O teor dos conteúdos deixa, no entanto, e por si só, perceber que, as visões optimistas destes agentes sobre os contributos do turismo para o futuro do seu território, mais que integrarem opções estratégicas, parecem exprimir-se numa espécie de “rendição” perante os cenários pessimistas, complicados, sem saídas para os problemas de desenvolvimento destas áreas rurais, do abandono do mundo rural e da população jovem, pois, *“se as pessoas encontram empregos no comércio, nos serviços, na hotelaria, isso é normalmente na sede de concelho, na aldeia a única alternativa, é alguma actividade turística em complemento com o sector primário.”* (Vereador da Cultura da C.M.T., excerto II do anexo V). Tal como considera o empreendedor e promotor das Casas do Côro que o turismo de aldeia face a *“inexistência de sectores de actividade no território leva a pensar, em se arranjar outro ciclo produtor, que consiga dinamizar a Aldeia ao ponto de os poucos que estão, perceberem que há um novo formato em termos de consolidação e que efectivamente se pode estancar a saída das pessoas da Aldeia e, portanto, que se comecem a criar recursos para que as pessoas comecem outra vez quer ao nível do trabalho, quer ao nível do escoamento dos produtos que possam ter meios alternativos.”* (Excerto VII do anexo V).

A percepção da população local do contributo do turismo para a dinamização local, dos 350 indivíduos inquiridos⁹⁷, 322 salientou o contributo do turismo, pois, *“torna mais dinâmica a «aldeia»”,* sendo a categoria mais referenciada nas duas aldeias históricas, no entanto, na Aldeia Histórica de Trancoso o contributo de *“dividendos”* oriundos do turismo é na opinião de 180 indivíduos o vector com maior destaque, seguindo-se dos benefícios ao nível do *“comércio local”* (120 respostas) e ao nível da *“restauração”* (88 respostas), que contrastam com os valores da aldeia histórica de Marialva pela inexistência destes serviços, sendo ainda de referir que na totalidade dos inquiridos, 28 indivíduos indicaram que o turismo *“não contribui”* para a dinâmica

⁹⁷ Pergunta de resposta múltipla, cada indivíduo inquirido podia identificar mais do que uma categoria.

local, pois não conseguem visualizar nenhum benefício para a população local. (consultar quadro n.º 18 do anexo IX).

As convicções sobre o papel redentor que os actores locais outorgam ao turismo no destino das suas “aldeias”, vão de paralelo com o reconhecimento, igualmente convicto, que fazem da **atractividade turística** das mesmas, na actualidade. De acordo com as respostas dos questionários à população local, todos os indivíduos identificaram um ou mais recursos qualificativos na vinda de tantos visitantes e turistas à aldeia histórica⁹⁸. Perante as características do território a categoria “*monumentos*” é o vector com maior destaque em termos de valores absolutos nas duas aldeias históricas, pois 319 indivíduos considera este como o principal atractivo, seguindo-se do recurso “*paisagem*” (186), muitas vezes identificado com o primeiro, como os dois recursos de atracção, sendo que, a par destes denotam-se diferenças muito significativas nos restantes recursos identificados pelos inquiridos nas duas “aldeias”, pois na aldeia de Marialva a existência de uma “*unidade de turismo de aldeia*”, ali construída é o terceiro vector que justifica na opinião da população a vinda de visitantes e turistas à aldeia. O invés sucede na aldeia histórica de Trancoso, pois, a boa “*gastronomia*” (154) e a oferta alargada de restauração que se faz sentir, acaba por ser um chafariz complementar aos “*monumentos*” e “*paisagem*”, ao acrescentar que devido à sua boa “*localização geográfica*” (113), pois, essencialmente esta “aldeia” é um corredor de ligação rodoviário a outras zonas do país – “ponto de passagem”. As respostas obtidas, agrupam-se basicamente em torno de três grandes eixos temáticos, a saber: paisagem/natureza; património histórico/construído e gastronomia. Fora deste trio temático, mas com uma consideravelmente menor frequência, surgem, outros predicados de atracção, como é o caso da cultura local, clima, entre outros (consultar quadro n.º 19 do anexo IX).

No estudo de casos aos turistas das aldeias históricas, procurou-se saber que infra-estruturas/serviços de lazer e/ou de turismo procuram estes durante a sua visita e, nas duas aldeias históricas são, essencialmente, os “*monumentos*” e além destes no caso de Trancoso procuram serviços de “*restauração*”. Uma variável que aparece associada, as principais razões pelas quais levaram os inquiridos a escolher aquela aldeia histórica, ligadas as questões de “*localização geográfica, património, curiosidade*” (no caso de

⁹⁸ Pergunta de resposta múltipla, cada indivíduo inquirido podia identificar mais do que uma categoria.

Marialva) e no caso de Trancoso as duas primeiras categorias repetem-se, juntamente com a procura de *“serviços de restauração”* (Grelha de análise do anexo VII).

É segundo esta linha, que, nas duas aldeias históricas as entidades entrevistadas conseguem de forma articulada identificar as **principais potencialidades das aldeias históricas** para o sector turístico. Na aldeia histórica de Marialva a tendência mantém-se, conforme descreve o Vereador da Cultura da C.M.M., *“ (...) as Casas do Côro que são conhecidas à nível nacional, uma casa de Turismo de Aldeia de referência, que já estão bastante divulgadas e têm tido grande afluência, temos as muralhas do castelo, igrejas romanas, o pelourinho entre outros.”* (Excerto VI do anexo V) O próprio promotor e empresário das Casas do Côro considera que a área em investigação *“é um território muito bem conservado, um território de beleza natural e paisagística ímpar e, portanto, o potencial endógeno deste território é soberbo.”* (Excerto do VII anexo V)

A opinião dos intervenientes na aldeia histórica de Trancoso articula-se com a visão da população, como transcreve o Vereador da Cultura da C.M.T., *“em primeiro lugar Trancoso tem um conjunto de património que torna claramente atractivo, constituído pelas muralhas, pelo castelo, pelo próprio burgo medieval, existente dentro das muralhas, é extremamente atractivo.”* (Excerto II do anexo V). Além deste vector o presidente da autarquia identifica a componente comercial, pois, *“Trancoso vive muito do comércio, por causa do mercado semanal e também doutras iniciativas de eventos comerciais.”* (Excerto IV do anexo V). Por outro lado, além destas potencialidades o Coordenador da ADL Raia Histórica/Castelos do Côa, considera que, o desenvolvimento do sector turístico, também *“passa pela gastronomia regional e todos aqueles produtos locais de excelente qualidade e pelos poucos, mas excelentes equipamentos de alojamento, como é o caso das Casas do Côro.”* (Excerto I do anexo V).

Num contexto como este, as grandes referências de aposta nestas aldeias históricas, passa em primeiro lugar, *“naquilo que é nosso ponto forte, que tem a ver com o nosso património, a natureza e a nossa paisagem.”* (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III em anexo V). A referência ao património, é absolutamente destacável nas duas “aldeias”, tanto que o Presidente da C.M.T. considera que *“atractividade da Aldeia Histórica de Trancoso tem a ver com o património, mas também com a sua utilização e fruição e daí que a componente museológica, seja importante, para que o turista possa permanecer aqui, pelo menos um dia ou mais do que um dia.”* (Excerto IV do anexo V). Com carácter não menos

importante, são referidas como áreas de aposta o artesanato, os produtos locais, as habitações turísticas e circuitos pedestres.

Apesar disto, conseguiram invocar as **principais dificuldades** que o desenvolvimento do turismo tem encontrado nas aldeias históricas, sobretudo, relacionados com a falta de investimentos, da ausência de uma oferta de serviços turísticos, ausência de produtos turísticos e desaproveitamento dos recursos locais. Tais dificuldades insistentemente confirmadas pela realidade dos vários factores, *"o principal factor tem a ver com a política em si, as pessoas que estão ou estiveram nos últimos anos, não fizeram muito por Marialva. Não houve grande investimento, o que houve foi privado como já referi as Casas do Côro (...) em termos públicos, houve algumas intervenções, no castelo e alguns monumentos e ficou-se por aí. Marialva é uma Aldeia Histórica com um enorme potencial turístico, mas esse potencial não tem sido aproveitado, passo a dizer que, não existem actividades na Aldeia em termos turísticos."* (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III do anexo V). Relativamente a este último facto o Presidente da C.M.T., considera que, *"há ainda um trabalho a fazer do ponto de vista da animação turística é uma falha e também do ponto de vista comercial, temos que requalificar, parte do nosso comércio, para que se vire mais para o nosso turista (...) uma certa oferta estruturada do ponto de vista do merchandising turístico, do ponto de vista da doçaria, da gastronomia, do artesanato e do merchandising histórico associado."* (Excerto IV do anexo V). O próprio coordenador da ADL Raia Histórica/Castelos do Côa transmitiu que o próprio projecto das Aldeias Históricas não se encontra concluído devidamente, *"porque uma pessoa hoje vai a Marialva ou vem a Trancoso, acha isso muito bonito, mas não existe nada que faça voltar de novo, não existe nada, que seja interactivo, não há uma gastronómica local promovida, não há museus, (...) em Marialva por exemplo não temos nenhum restaurante, em Trancoso temos restaurantes que existem no serviço do dia-a-dia e isso não é atractivo, não traz gente."*. Curiosamente, o mesmo revela da concepção de alguns anos atrás de percursos turísticos nas iniciais 10 Aldeias Históricas, um trabalho desenvolvido em parceria com o Inatel, reproduzidos na Carta do Lazer das Aldeias Históricas, foram construídos *"para todas as aldeias, aliás para todos os concelhos 2 e 3 circuitos pedonais, outros de carro, de bicicleta que estão registados. Marialva tem um percurso até a Mêda. Mas depois entregou-se às Câmaras e estas não deram andamento, ficou no papel, está registado, mas a sinalética é que nunca fizeram. (...) não houve grande vontade do poder local em dar continuidade, e*

não entendem para que serve aquilo e se entendem desvalorizam.” (Excerto I do anexo V).

Persistindo o problema na opinião do Vereador da Cultura da C.M.M. *“a pouca divulgação, e alguns bloqueios nos acessos.”* (Excerto VI do anexo V).

Por sua vez, os turistas, também conseguiram assinalar os principais problemas que detectaram na aldeia histórica em que se encontravam, que passa, acima de tudo pela *“conservação do património histórico, falta de museus, ausência de oferta de merchandising, falta de oferta desportiva, sinalização turística, inadequado horário do posto de turismo e inexistência de restauração e gastronomia”* (esta área no caso particular da aldeia de Marialva). (Ver grelha de análise em anexo VII). No que respeita aos postos de turismo, constatou-se que existe apenas um técnico com formação em turismo, os restantes não dispõem de qualquer especialização na área do turismo e sem qualquer qualificação superior. Esta situação pode denotar algum *“amadorismo”* quanto ao tratamento de questões ligadas a este sector, por parte dos vários organismos que tutelam este serviço turístico, que neste caso é as Câmaras Municipais.

Consequentemente, procurou-se saber, na opinião dos entrevistados se, havia ou não, **medidas implementadas para minimizar esses factores constrangedores** e que apoios essas entidades disponibilizam. E no caso de Trancoso a *“estratégia foi concentrar um conjunto de investimentos dentro da Aldeia Histórica de Trancoso em vários planos, no plano da reabilitação do património, melhoramos significativamente um conjunto de artérias dentro do Centro Histórico, lançamos também um concurso para o rejuvenescimento da iluminação pública (...) e concretizamos também a reabilitação de alguns espaços (...) por outro lado um plano de localização de novos equipamentos do IGESPAR, no castelo, o caso do museu judaico e o museu da cidade que recuperará e reabilitará o Palácio Ducal.”* (Presidente da C.M.T., excerto IV do anexo V). Em termos de apoios locais, para futuros investidores na aldeia histórica, o Presidente da Junta de freguesia, reivindica que, *“neste momento não existe qualquer tipo de apoios, nem ao nível do município nem da junta de freguesia.”* (Excerto III do anexo V). O trabalho desenvolvido pelas entidades locais a este nível baseia-se no acompanhamento dos fundos comunitários, a própria ADL Raia Histórica/Castelos do Côa, desempenha esse papel de apoio aos vários projectos/iniciativas que emergem. Sendo que, o *“PRODER é a única medida que os apoios são a fundo perdido. Há outros programas ligados ao turismo, para acções turísticas com outra dimensão. Apoiamos essencialmente projectos do PRODER até 300.000 euros, acima deste valor*

já não podem ir à abordagem LEADER porque já ultrapassa esse montante.” (Excerto I do anexo V).

Na opinião dos turistas, deve ser desenvolvido um trabalho de maneira a melhorar a oferta turística nas aldeias históricas, que seja, ao nível do “*alojamento, do património abandonado, do artesanato, da restauração e de actividades culturais e desportivas*”, que pode ser feito através da “*recuperação de solares, com intervenções no património, na promoção de produtos regionais, no alargamento do horário do posto de turismo, no livre acesso ao centro histórico, na criação de restaurantes e na criação de infra-estruturas de lazer*” (estes últimos vectores registam-se na aldeia de Marialva, como se pode ver no anexo VI).

Mas como anteriormente referenciamos, a boa localização geográfica e as melhorias ao nível da dotação de boas acessibilidades rodoviárias às duas aldeias históricas, com o resto da região, o país e com a vizinha Espanha, acaba por se contrapor ao facto de se tornar em certa medida um “*ponto de passagem*”.

É segundo esta realidade que passamos a traçar o *perfil dos visitantes e turistas* que frequentemente se deslocam para este território em estudo.

De acordo com as respostas obtidas no inquérito aplicado à população, observou-se, bastante consenso entre 313 indivíduos num total de 350 respostas, ao considerarem que o grupo de pessoas que visita a sua aldeia histórica são “*visitantes do dia*”, havendo uma associação automática ao tempo médio de permanência destes na “aldeia”, pois, ficam menos de um dia (quadro n.º 20. A em anexo IX). Do estudo de casos, os visitantes comprovam isso mesmo, o tempo de permanência na aldeia histórica de Marialva traduz-se sensivelmente “*uma hora*” e em Trancoso ficam entre “*2 a 3 horas*” (Anexo VII). Nas várias conversas que decorreram com a população local e da presença no território, constatou-se esse facto, esses visitantes chegam, fazem uma breve visita à aldeia histórica e rapidamente retomam estrada. Apenas 37 dos inquiridos nas duas “aldeias” indicam que essas pessoas são turistas, sendo que de grosso modo o tempo de permanência na aldeia é uma noite naquilo que são os serviços de alojamento disponíveis. De acordo com os resultados obtidos no quadro n.º 20.B (anexo IX), verificou-se que a Aldeia Histórica de Trancoso tem as classificações mais baixas no tempo médio de permanência dos turistas na Aldeia Histórica, e na veracidade destes números, recorreu-se ao teste U de Mann-Whitney, em que o nível de significância bilateral observado de 0,003 (inferior a 0,05), denota para um nível de confiança de 95% que o tempo médio de permanência dos turistas é menor na Aldeia Histórica de

Trancoso do que na Aldeia Histórica de Marialva. Curiosamente da informação obtida dos turistas, detectou-se que estes são “turistas da região”, ou seja, eles procuram diversos serviços turísticos ou de lazer em diversos locais da região, a comprovar pelos locais que equacionam visitar além da aldeia histórica que se encontram. Existindo assim, a subdivisão nas duas aldeias históricas em estudo, os turistas de Trancoso procuram visitar locais enquadrados na Região da Serra da Estrela e alguns da Região do Vale do Douro, denotando-se bastante interesse por outras Aldeias Históricas, por outro lado, os turistas da Aldeia Histórica de Marialva circunscrevem-se à Região do Vale do Douro, factor que se encontra relacionado em certa medida com a origem desses turistas.

O Coordenador da ADL Raia Histórica/Castelos do Côa exemplifica esses dados na sua entrevista em que *“ Trancoso depois que teve a classificação de Aldeia Histórica, passou, assim do género de 7 000 visitantes para 27 000, foi assim uma coisa brutal, no fundo é um ponto de passagem”*. (Excerto I do anexo V).

Ainda de acordo com os dados obtidos da população local, em que 333 dos inquiridos, indica que, existe uma maior predominância de visitantes nacionais nas duas aldeias (quadro n.º 21 – anexo VIII), tal como descreve o Vereador da C.M.T., *“são em primeiro lugar portugueses, o segundo número são espanhóis, seguindo-se dos franceses. Estamos a falar de que 85% de quem nos visita são portugueses. Procuram o turismo de património, turismo de natureza.”* (Excerto II do anexo V). Tal como existe concordância nas duas aldeias históricas, relativamente ao tipo de pessoas que visitam a aldeia, apesar de haver afluência de todos os segmentos, observa-se no quadro n.º 21 (anexo IX) um forte peso do segmento dos *“idosos”*, em que esta categoria, foi referenciada por 263 dos inquiridos a par do segmento das *“famílias com filhos”* (157), duas categorias que a maioria da população considerou, simultaneamente, como os segmentos com maior presença no território.

Esses segmentos caracterizam-se ainda por serem *“acima de tudo pessoas já com alguma estabilidade e uma certa idade, são também turistas pertencentes a uma faixa etária acima dos 40/50 anos, que se calhar tenham mais tempo, mais gosto pelo sossego, gostam mais de ver monumentos, de estar em sítios onde a paz reina. É acima de tudo um turismo patrimonial”* (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III do anexo V). A época do ano em que aparecem mais visitantes e alguns turistas é *“essencialmente nos meses de Primavera e Verão, pois vem gente de todo o lado e já muitos estrangeiros também.”* (Vereador da Cultura da C.M.M., excerto VI do anexo

V). Ponto de vista que a própria população inquirida partilha, pois também foram estas as duas épocas do ano identificadas, por parte dos inquiridos, apesar de ser na época do Verão, que sentem uma maior presença desses visitantes e turistas na sua aldeia histórica, sendo disso exemplo que a população local de Trancoso referenciou em termos absolutos a categoria *"Verão"* (257 vezes) a par de identificarem esta, como a principal época, também consideraram simultaneamente 209 dos inquiridos a época da *"Primavera"*, assumindo-se como as principais épocas, em que, as pessoas visitam a aldeia histórica (ver quadro n.º 21 em anexo IX), conforme reafirma e justifica o presidente da C.M.T., que os *"meses de Primavera e Verão, são os meses com maior número de visitas. Isso tem a ver com o clima, que é bastante agreste em Trancoso, nós estamos a 840 metros de altitude, temos aqui um clima que no Inverno é bastante difícil (...) também é a época em que há mais eventos."* (Excerto IV do anexo V).

Com a execução do estudo de casos aos turistas das aldeias históricas de Trancoso e Marialva, no sentido de complementar os dados recolhidos, constatou-se da análise dos inquéritos por questionário, que ao nível das suas *características sócio-demográficas*, são turistas de ambos os sexos; situam-se numa faixa etária entre os *"37 e 67 anos"*; exercem funções a nível de *"quadros superiores e reformados"*; são provenientes no caso de Trancoso das *"áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto"* e, no caso de Marialva provêm da *"Região Centro e Região de Trás-os-Montes e Alto Douro"*; e costumam viajar *"com acompanhante, com a família ou com os amigos"* e todos eles se encontram na aldeia histórica por *"passagem"* (Grelha de análise em anexo VII).

A informação apresentada é retrato do **tipo de contacto que a população local possui com o turismo**, pois *"existe bem mais do que aquilo que se possa pensar, porque as pessoas, ao estarem num território livre do ponto de vista de preocupação, podem deixar o carro aberto e circular num território onde não há agressão de nenhum nível. Circulam muito pela aldeia interagem muito com a população, procuram obter resposta a algumas perguntas interessantes, procuram saber as suas expectativas e até as suas carências, não estou a falar do turista de passagem, mas nos turistas que fazem estadas prolongadas e que ficam, que pernoitam."* (Promotor e empresário das Casas do Côro, excerto VII do anexo V). Face a isto, a própria população também descreveu que tipo de relação é mantida com turistas e visitantes, destacando-se, que em ambas as aldeias histórias existe *"frequentemente"* relacionamento, todos os inquiridos responderam a esta questão, e 20 indivíduos na aldeia histórica de Marialva indicaram

ser *“frequente”* esse contacto, e não com menos peso, face a proporção inquirida em Trancoso, 214 inquiridos também referiu esta categoria, apesar de haver um número bastante significativo de 95 indivíduos em Trancoso que indicam, que, esse relacionamento sucede *“raramente”* (quadro n.º 22 em anexo IX), facto que podemos avançar com uma explicação, segundo a observação no terreno. Enquanto em Marialva as pessoas expõem-se diariamente nas ruas, aonde conversam com a vizinhança e descansam à porta da sua casa e ocupam o seu tempo vendo passar esses visitantes (população envelhecida), por sua via em Trancoso com o estatuto actual de cidade as pessoas contactam menos e existem outras formas de ocupação. Sendo também por isso, que os motivos que levam esses visitantes e turistas a dirigirem-se à população, também assume, outras proporções nas duas *“aldeias”*. A principal razão desse contacto, segundo 254 inquiridos encontra-se no pedido de informações para a *“localização dos locais a visitar na aldeia histórica”*, sendo de referir que na aldeia de Marialva o segundo motivo que está nesse relacionamento, de acordo, com 18 inquiridos é o *“conhecimento sobre usos e costumes locais”*, por sua via em Trancoso 195 inquiridos indicam que a *“procura de serviços de restauração”* é uma constante, categoria que também é razão de contacto na aldeia de Marialva, havendo outras justificações desse contacto com a população que pode ver no quadro n.º 23 (em anexo IX). Do lado, de quem visita a opinião e o tipo de experiência que viveu no destino turístico da Aldeia Histórica também, vai de encontro com as percepções da comunidade, tendo referido como aspecto de forte agrado na aldeia histórica: o sossego, a limpeza da aldeia, as paisagens e no caso de Marialva a par destes aspectos acrescem as vivências das pessoas e a recuperação das casas (Grelha de análise em anexo VII).

Apesar destas manifestações entre a comunidade e quem chega, o poder local nas entrevistas realizadas, considera que a população local, ainda não se encontra devidamente sensibilizada para o sector turístico, para que assim possa tirar reais benefícios. O presidente da C.M.M. avança que a *“população aqui ainda não está muito ligada ao turismo, aqui passa a rota das amendoeiras também e, aqui as pessoas não estão direccionadas para a venda, quer dizer não há receptividade não fazem uma barraquinha onde vendam os produtos.”* (Excerto V do anexo V). Na mesma linha de reflexão o presidente da Junta de freguesia de Marialva indica que as pessoas dizem bem da terra para quem chega, mas quando se trata de envolvimento na organização de actividades as pessoas não participam, *“por exemplo na Feira Medieval, se calhar era*

importante que se fizesse com a participação das pessoas da aldeia.” (Excerto III do anexo V).

Dos dados obtidos, por parte, da população local ficou muito claro as falhas existentes, em termos de *actividades de animação turística* realizadas na Aldeia Histórica de Marialva, 22 dos 30 inquiridos referenciaram as *“festas religiosas”*, que tomam lugar de animação na aldeia e depois surgem actividades complementares à parte religiosa, como são as actividades desportivas (ver quadro n.º 24 do anexo IX). Por sua via, na aldeia histórica de Trancoso o grande destaque é a *“festa da história”* (228) e também 206 desses mesmos inquiridos acrescentaram as *“feiras temáticas”* que se realizam nesta “aldeia”, havendo depois a identificação doutras actividades com menor relevo (actividades desportivas, festas religiosas e jogos tradicionais).

Os entrevistados abordados quanto ao tipo de actividades que são promovidas no seu território, de ambos os lados, os intervenientes apontam para a realidade, descrita pela própria população local, o Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, admite que *“ não tem havido nada e, é um aspecto claramente a melhorar (...) foram feitos alguns eventos, por exemplo a feira medieval, que nos últimos anos não tem sido feita (...) o que é estranho numa Aldeia Histórica em termos de actividades turísticas reduzir-se a uma feira medieval, que actualmente não é feita.”* (Excerto III do anexo V). Na aldeia histórica de Trancoso os intervenientes apontam para as mesmas actividades diagnosticadas pela comunidade, sendo que, o Vereador da Cultura da C.M.T. acrescenta *“a presença em feiras, quer na BTL quer indirectamente na FITUR em Madrid, que visa, essencialmente promover e atrair.”* (Excerto II do anexo V).

Uma participação que conta, com a colaboração da ADL Raia Histórica/Castelos do Côa, mais concretamente com o *“Programa de Acção de Competência e Animação do Território, que é uma verba para a animação do território, podem ser acções culturais (...) apoio as feiras (...) e procuramos, por sua vez reorientar essas iniciativas, mais para a formação do território do que animação cá dentro. Essa animação fora, passa, pelo mercado espanhol, já tivemos na Feira de Zamora, com os produtos locais da região, tivemos na FITUR em Madrid, fazendo promoção deste território, tivemos na INTUR em Valladolid e também com presença em Salamanca.”* (Coordenador da ADL, excerto I do anexo V).

Para além desta entidade, a população inquirida na aldeia histórica de Trancoso indica a *“Câmara Municipal”* como a principal entidade promotora das entidades proporcionadas ao longo do ano na “aldeia”, dos 309 inquiridos que consideram este

órgão local, houve ainda dentro destes inquiridos (146) que assinalaram as “*associações locais*” como as entidades que juntamente desenvolvem este tipo de trabalho. Na outra aldeia histórica, e face à natureza das actividades de animação desenvolvidas ao longo do ano, essencialmente de cariz religioso, é uma actividade desenrolada pela “*Comissão de Festas*” e “*Junta de Freguesia*”, essencialmente estas (consultar quadro n.º 25 do anexo IX).

Por sua vez, os segmentos que participa nestas actividades de animação, varia conforme o relevo das actividades em cada aldeia histórica, no caso de Marialva 17 dos inquiridos indicaram que é acima de tudo os “*residentes*”, por outro lado, na aldeia histórica de Trancoso a população considera que são os segmentos dos “*residentes e visitantes*” (197), devido ao grande impacto que os eventos organizados provocam essencialmente na região, comprovando-se pelo teste do qui-quadrado, ao observar-se que a significância é de 0,007 (inferior 0,05), tal resultado evidencia um afastamento da independência estatisticamente significativo, com um nível de significância de 5%, ou seja, o padrão de respostas revela uma forte dependência entre quem participa e na aldeia aonde se desenvolvem as actividades (consultar quadro n.º 26 em anexo IX). Conjunto de actividades que 96,6% da população local considera serem “*muito importantes*” para a divulgação da aldeia histórica (ver gráfico n.º 3 em anexo IX). Importância que é justificada pelas várias consequências positivas que estas provocam aquando realizadas e, que segundo os vários grupos profissionais, 108 inquiridos consideram que estas actividades dão acima de tudo “*maior visibilidade nacional*”, sendo que, a par desta categoria 40 indivíduos constatarem que é um forte contributo, pois, “*divulga a nossa terra*”, sendo o segmento dos estudantes que consegue visualizar mais benefícios provenientes dessas actividades para a “*aldeia*”⁹⁹ (consultar quadro n.º 27.A em anexo IX). As respostas obtidas, resultaram do cruzamento com a profissão exercida dos nossos inquiridos, sendo que, de acordo com a análise do quadro 27.B (anexo IX), constatamos que a significância é de 0,013 (inferior a 0,05), e com um nível de significância de 5%, podemos afirmar, que as várias categorias assinaladas pelos inquiridos encontra-se fortemente associado a profissão dos mesmos.

Em termos futuros os entrevistados defendem ser necessário apostar noutras actividades de interesse cultural tanto para turistas, visitantes e residentes. No caso da aldeia histórica de Marialva, o presidente da junta de freguesia e o seu executivo,

⁹⁹ Pergunta aberta, cada indivíduo podia apresentar vários motivos na justificação da resposta dada.

consideram “ *realizar a Feira Medieval, nos moldes antigos, com a intervenção da escola, porque acho que era um bom exemplo. Estamos a pensar fazer um Festival de Música Tradicional, (...), fazer algumas exposições, nós temos também a lenda de Marialva, podia-se fazer uma actividade que mostrasse a lenda de Marialva, fazer também algumas parcerias com outras aldeias históricas, (...) de modo a que as pessoas pudessem fazer um roteiro, mas que não fosse só um roteiro, para as pessoas verem aquilo que existe, mas que fosse um roteiro que tivessem também actividades para ver.*” (Excerto II do anexo V). Uma visão que o Vereador da Cultura C.M.M partilha, pois, considera ser “*muito importante que os turistas ao virem e terem aqui actividades culturais que possam aqui presenciar (...) apostarmos em diversas actividades culturais (...) a par do desenvolvimento de circuitos pedestres e de BTT.*” (Excerto VI do anexo V). Iniciativas que devem orientar-se na cultura local, nas próprias personalidades notáveis destas terras, promovendo encontros e conferências em articulação com a própria cultura judaica.

Do lado de quem procura o destino turístico das aldeias históricas em estudo as actividades que programam na sua deslocação, baseiam-se em conhecer o “*património, passear pelo centro histórico e fazer fotografia*”, sendo que a outra metade indicou não trazer “*nenhuma*” actividade programada. Facto que procuramos saber, questionando os inquiridos que tipo de actividades gostariam que lhes fossem proporcionadas e, aqui as respostas são similares nas duas aldeias históricas: “*uma visita guiada ao centro histórico e actividades culturais e desportivas*” (Grelha de análise em anexo VII).

Quando o desenvolvimento de um território se constitui por vias de um projecto de intervenção/acção é necessário avaliar cuidadosamente quais os impactos que teve na comunidade local, os benefícios que trouxe e a interacção entre o mesmo com os recursos locais.

Os resultados dos inquéritos à população local mostram que o **Projecto Aldeias Históricas de Portugal** teve impactos diferentes nas duas aldeias históricas em estudo. Enquanto que na aldeia de Marialva no total dos 30 inquiridos todos indicaram que o projecto foi vantajoso (quadro n.º 29 em anexo IX) e conseguem apontar áreas aonde teve maior impacto, sendo essencialmente na “*recuperação da aldeia*” (23 respostas) e “*intervenção nas fachadas das casas*” (23 respostas), em que, consideram uma maior notoriedade do projecto, aparecendo esporadicamente outras áreas de actuação (“*recuperação do património*” e “*investimentos privados*”). Esta realidade desmorona-se, aquando, abordamos a população da aldeia histórica de Trancoso, em que do total de

320 respostas obtidas, 203 dos inquiridos indicaram que este projecto “*não trouxe benefícios*” para a “*aldeia*”, isto, nos vários grupos etários, essencialmente nos segmentos dos jovens e dos idosos, dos quais 144 justificaram dizendo que “*não teve qualquer notoriedade*”, para além disto os restantes 59 indivíduos “*desconhecem o Projecto das Aldeias Históricas de Portugal*”. Os inquiridos que indicaram que o projecto trouxe benefícios para aldeia referem, que foram sinais visíveis, acima de tudo ao nível do “*aumento do número de visitas à aldeia histórica*” (31), “*maior divulgação da «aldeia»*” (26), existindo outros vectores com os quais a aldeia beneficiou na opinião dos inquiridos¹⁰⁰ (ver quadro n.º 30 em anexo IX).

Da análise das entrevistas ao nível da *promoção da imagem da “Aldeia Histórica”* ao nível regional, nacional e internacional, ficou clara o esforço na promoção, apesar de algumas falhas ainda persistirem, sendo apontada a ausência de parcerias entre as várias entidades locais em prol da divulgação da imagem das aldeias históricas. A divulgação passa pelo espaço internet, “*próprio site do Município*”, “*no portal das Aldeias Históricas de Portugal, nos postos de turismo, a presença em algumas feiras, nomeadamente a BTL em Lisboa, a INTUR que é uma feira de turismo do interior que se realiza anualmente em Valladolid, também já tivemos na Feira de Turismo em Madrid, ai indirectamente no colectivo representando esta zona da raia e depois evidentemente a distribuição de panfletos dos eventos.*” (Vereador da C.M.T., excerto II do anexo V), “*e se calhar vai passando de pessoa para pessoas que visitam a Aldeia o tal “passa a palavra”*” (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III do anexo V). Podemos reiterar que esta participação em feiras, resulta da representação que ADL Raia Histórica/Castelos do Côa exerce nestes eventos, em que promove estes territórios, mas em termos daquilo que é a promoção organizada e estratégica destas duas aldeias históricas ou até a par das restantes, isso não sucede, em grande parte os municípios destas aldeias, canalizam parte dos seus fundos para brochuras próprias o, que, revela uma ausência de parcerias entre as várias entidades locais na coordenação de uma oferta turística bem planeada.

Interrogados os turistas das aldeias históricas sobre o modo que tiveram conhecimento do destino turístico da aldeia histórica de Marialva é por “*anúncios publicitários, conhecimento próprio e internet*”, e no caso de Trancoso também é por

¹⁰⁰ Pergunta aberta, cada indivíduo podia apresentar vários motivos na justificação da resposta dada.

“conhecimento próprio, folhetos turísticos e recomendação de familiares/amigos”, ou seja, uso de fontes informais e formais (Grelha de análise em anexo VII).

Atendendo ao interesse do poder local pelo turismo e tendo em atenção que os concelhos em causa estão justamente a ensaiar o desenvolvimento local por via desta área, tornou-se necessário interrogar os agentes locais que acções a desenvolver para que as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva sejam um *destino turístico competitivo*. As soluções apontadas passam, no caso do Vereador da Cultura da C.M.T., por as “Aldeias Históricas, funcionem como Rede, que as pessoas venham visitar, que a massa crítica se oponha per si como destino turístico (...) há que articular esses recursos em Rede.” (Excerto II do anexo V). Além do mais “temos que dar a conhecer aquilo que temos e isso só é possível através de uma boa divulgação, penso que o que falha muitas das vezes é a divulgação.” (Vereador da Cultura C.M.M., excerto VI do anexo V). Sendo que na maioria dos entrevistados defendem que o grande objectivo é aumentar o tempo de permanência de visitantes e turistas, tornando-se necessário “aparecer qualquer coisa, além do património, e o problema que elas não oferecem mais nada do que é o património. (...) e depois não existem ao longo do ano actividades, não adianta dizer que aquela aldeia tem uma actividade por ano ou por mês, tão e o resto do ano, ficam a olhar para o vizinho? Não pode ser assim, tem que haver actividades, iniciativas para ser um local atractivo.” (Coordenador da ADL Raia Histórica/Castelos do Côa, excerto I da entrevista em anexo V). “É preciso fazer ao nível da restauração alguma coisa, ao nível de alojamento já existe mas é preciso melhorar, e depois é preciso fazer algumas lojinhas de artesanato, que possam vender os nossos produtos (...) fazer-se por exemplo um museu.” (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III do anexo V).

Relembramos que uma das estratégias assumidas para este território é o turismo, como inicialmente apresentamos segundo o conteúdo obtido dos intervenientes locais. Neste sentido, procurou-se saber, junto da população local, de como o turismo pode contribuir para a *melhoria da qualidade de vida da população* da aldeia histórica. Os inquiridos defendem quatro chavões essenciais, sendo que a importância destes difere conforme os segmentos etários. Um dos principais aspectos é a sensibilização para a necessidade de 38,3% dos inquiridos em se criar “*mais dividendos*”, de modo a que, a economia local ganhe outra dinâmica, dinâmica essa que de acordo com 30,6% dos inquiridos pode ser também obtida através de “*mais investimentos privados*”, por outra via 18,6% dos indivíduos apontam essa, melhoria da qualidade de vida se o turismo for

capaz de *“criar emprego”* e por último 9,1% das 338 respostas válidas remetem que esse contributo passa pelo *“aumento dos serviços turísticos”*, sendo que 3,1% *“não sabe”* de que modo o turismo pode ser um contributo para a população local (quadro n.º 30 em anexo VIII). A identificação dos contributos é influenciada pela variável idade, o grupo etário dos 15 – 34 anos, mostra-se preocupado com a necessidade da *“criação de investimentos”*, *“serviços”* e *“geração de receitas”*, aspectos que são menos identificados pelas pessoas com mais de 65 anos que referem a *“criação de emprego”*s como a melhor maneira para contribuir para qualidade de vida da população local, concluindo-se uma associação entre as duas variáveis em análise, conforme podemos constatar no teste do qui-quadrado (ver quadro n.º 31 – anexo IX).

Face ao cenário descrito, tornou-se necessário perceber as *perspectivas futuras de intervenção para a rentabilização dos recursos endógenos*. O objectivo passa acima de tudo pelo aparecimento de novas ideias e exploração de novas oportunidades, propondo um produto turístico a desenvolver que passa pela implementação de circuitos turísticos.

No presente estudo considerou-se importante saber, na opinião da população local, qual o papel que circuitos turísticos na Aldeia Histórica poderão ter para o desenvolvimento local. E da leitura do gráfico n.º 4 (anexo VIII) constata-se que, 99,4% dos inquiridos, considera que podem ser uma mais valia para o aumento do fluxo turístico e consequentemente do desenvolvimento local. A principal justificação apresentada é que 72 dos inquiridos encara nesta medida, uma maneira de *“aumentar o tempo de permanência”* de visitantes e turistas, não menos importante é a relevância no aumento do fluxo turístico que pode provocar na aldeia histórica, acabando por ser, segundo 55 dos inquiridos uma maneira para o *“aumento da oferta”*, a par doutras consequências positivas e não menos importantes que podem resultar da implementação de circuitos turísticos (consultar quadro n.º 32 anexo IX).

Opinião igualmente partilhada pelos entrevistados, o teor dos conteúdos das entrevistas deixa, por si só, perceber as visões optimistas sobre o contributo de circuitos turísticos para o desenvolvimento local, uma opção estratégica que *“pode ser sem dúvida, uma mais valia na nossa oferta e para conquistar outros públicos, a par de ser uma maneira de reter as pessoas no nosso território e consequentemente dinamizar a nossa vida económica.”* (Excerto VI do anexo II). Havendo *“circuitos pedestres como circuitos de BTT, entre outros exemplos, acaba por ser uma maneira de dar a conhecer o nosso património e a nossa paisagem (...) porque acho que isso traz bastante gente*

ao nosso concelho e é através desses circuitos, que as pessoas se apercebem das nossas riquezas.” (Vereador da Cultura da C.M.M., excerto VI do anexo V). O empresário e promotor das Casas do Côro, considera que esta pode ser uma valência, *“se eles tiverem atractividade suficiente para que as pessoas se interessem por eles, pode sim, ser uma alternativa para o nosso território.”* (Excerto VII do anexo V).

Opinião similar dos visitantes das aldeias históricas ao considerarem que a implementação desses circuitos turísticos, devidamente enquadrados no território e alargando-se a outras aldeias históricas é uma chave para enriquecer a oferta turística destas duas aldeias históricas em estudo (grelha de análise VI).

Num contexto como este, os grandes referenciais de inúmeros recursos endógenos que são identificados pela população e entidades locais, reportam-se, no essencial, ao que podemos considerar como *recursos para a criação de circuitos turísticos*. A população inquirida nas duas aldeias identifica como principais recursos endógenos o *“património construído”*, na aldeia histórica de Marialva esta categoria foi referenciada por 29 dos 30 indivíduos inquiridos a par desta houve 16 inquiridos que também consideraram a categoria *“recursos naturais”* como um recurso a ter em conta além de outros menos referidos. Na aldeia histórica de Trancoso as categorias referenciadas apresentam igual importância para a população, mas houve outras que se tornam de valor igualável como é a *“gastronomia e vinhos”* (204 respostas), as *“festas e festividades religiosas”* (85 respostas) e os *“usos e costumes”* entre outros (consultar quadro n.º 33 em anexo IX), relembramos que os inquiridos podiam identificar mais do que uma categoria.

Com efeito os sinais, que obtivemos nas entrevistas vão no mesmo sentido, uma focalização, quase exclusiva, nos chamados recursos primários: paisagem/natureza, património histórico/construído e gastronomia, com várias adjacentes. O presidente da C.M.M. reforça isso mesmo, *“temos não apenas na aldeia histórica de Marialva, mas em todo o concelho excelentes produtos agrícolas, desde o azeite, os queijos, os enchidos, do mel ao vinho, claro que o grande pilar é o património e as nossas paisagens.”* (Excerto V do anexo V), e ainda *“a natureza, as nossas paisagens que são fantásticas, temos também a vinha, os olivais, a castanha, os sobreiros, amendoeiras em flor, que também são uma mais valia.”* (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III do anexo V).

O empresário e promotor das Casas do Côro chama a atenção que essa estratégia de implementação de circuitos turísticos passa pela *“junção dos vários recursos nos*

concelhos, uma articulação, para aproveitar a natureza e paisagem, o património, a gastronomia e todo o cenário rural.” (Excerto VII do anexo V).

Atendendo à importância que a cultura assume na identidade das aldeias históricas de Trancoso e Marialva, considerou-se relevante saber, junto da população local que *tradições e valores locais* gostariam de ver salvaguardados aquando a construção de circuitos turísticos na aldeia histórica, segundo os vários grupos etários dos indivíduos inquiridos. Da leitura do quadro n.º 34 (anexo IX) sobressai uma sensibilidade do grupo etário dos mais jovens para as questões ligadas às tradições e valores locais, com a identificação de vários vectores, como é da história, com a continuidade da *“festa da história”* com 49 dos inquiridos a referir que, seria uma mais valia para os circuitos turísticos, o caso da *“gastronomia local”* com 32 (respostas), as *“feiras e mercados”* como uma maneira de dinamizar a vida sócio-económica (30 respostas), os *“caminhos e traços romanos”*, entre outros vectores. Ainda na análise das respostas obtidas, sublinha-se que o segmento dos mais velhos tende a valorizar tradições e valores locais ligados à ruralidade, isto devido ao contexto aonde se encontram inseridos, como é o exemplo das *“vivências do mundo rural”* com 34 dos inquiridos a considerar esta categoria, seguindo-se das *“lendas”* (20 respostas), da *“gastronomia local”* entre outros.

Do lado dos turistas, estes gostavam que lhe fossem proporcionados circuitos turísticos temáticos, com as seguintes características: *“circuitos históricos, circuitos de natureza, circuitos arqueológicos, circuitos pedestres, circuitos radicais/desportivos e circuitos gastronómicos”*. Os mesmos avançam com algumas das actividades sócio-culturais que gostariam de ver incluídas nesses circuitos turísticos, contribuindo para um maior enriquecimento e conhecimento da identidade local, tendo contacto com o *“saber-fazer do mundo rural, fogueira de natal, mostra de gastronomia/vinhos, feiras/exposições, provas desportivas, percursos a pé/BTT, percursos a cavalo/burro, feiras e romarias e jogos tradicionais”* (ver grelha de análise do anexo VII).

Que do ponto de vista do promotor e empresário das Casas do Côro as medidas para o desenvolvimento deste produto turístico, passa, na *“fase inicial em criar um produto e montá-lo e depois promover da melhor forma, para ter muita visibilidade no mercado. Um trabalho que vindo a ser desenvolvido, compete a todos, tanto ao sector privado como ao sector público desencadear todos esses mecanismos.”* (Excerto VII do anexo V).

Afirmações, que remetem para a mais valia da rentabilização dos percursos turísticos que possam já terem sido criados, mas que, nunca, foram tratados pelas entidades locais com o devido respeito e que agora face a este diagnóstico estes podem ser aliados a futuros circuitos turísticos, pois assumem-se, do ponto de vista dos vários intervenientes um excelente produto turístico para o território em estudo.

Para finalizar a abordagem aos vários intervenientes, procurou-se saber qual o contributo que a criação de circuitos inter-concelhios pode ter para um *desenvolvimento local integrado*. Por parte da população local, do total dos 350 inquiridos todos indicaram que esta medida pode ser um factor preponderante para o objectivo em causa.

De grosso modo os entrevistados consideram que *“tem que haver uma ligação entre concelhos, sobretudo entre as Aldeias Históricas aqui da zona raiana, pois, não me recordo de nenhum evento, em que, tivesse aparecido por exemplo uma parceria entre Trancoso e Marialva e estamos aqui tão perto, e isso tem que mudar, essas parcerias são uma mais valia, criar os tais roteiros, os tais fins-de-semana que existissem actividades para oferecer.”* (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, excerto III do anexo V). Apesar de alguns entrevistados considerarem a criação de circuitos turísticos uma estratégia para o desenvolvimento local, a ideia de olharem só para o território que estão a representar mantêm-se, ou então, que esse trabalho compete ao sector empresarial privado. Contudo, reconhecem, na sua maioria, que é necessário haver cooperação entre concelhos e regiões de turismo, de modo a que todos possam tirar benefícios. Ao desenvolver este produto turístico, deve ser um trabalho de *“diálogo para com que isso fosse possível (...) o turista que vem não fique só em Trancoso, pode ficar um dia em Trancoso, vir outro a Marialva, passar outro em Almeida, em Sortelha, não vir apenas para visitar uma Aldeia Histórica mas ficar mais dias e visitar mais do que uma aldeia.”* (Presidente da C.M.M., excerto V do anexo V)

Da leitura geral das respostas obtidas sobre o assunto poucos são os sinais do que pode ser feito em parceria, de modo geral, confinam-se, aos limites administrativos de cada concelho, o que sendo uma actuação ao nível inter-concelhia garantidamente poderia favorecer, não só, uma maior notoriedade de muitas das acções que vêm sendo promovidas, como potenciar a “rentabilidade” e a sustentabilidade das mesmas e de futuras acções. Um trabalho que segundo a população local, compete as várias entidades, em primeiro lugar as *“Câmaras Municipais”*, em segundo as *“associações locais”*, seguindo-se das *“juntas de freguesia”*, *“empresários locais”*, *“Entidades Regionais de Turismo”* e *“IGESPAR”* (consultar quadro n.º 35 do anexo IX).

4.2. Análise S.W.O.T.

Com base no tratamento e análise dos inquéritos por questionário, das entrevistas e estudo de casos foi possível traçar o modelo S.W.O.T.¹⁰¹, que é uma das metodologias de diagnóstico muito difundida e é aplicada nas mais variadas áreas de investigação.

A avaliação S.W.O.T. (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) sistematiza os elementos do diagnóstico efectuado nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, sob a forma de Forças e Oportunidades, que deverão ser potenciadas, e de Fraquezas e Ameaças, que deverão ser ultrapassadas e/ou colmatadas¹⁰².

Esta análise contribui para organizar o diagnóstico, antecipando alguns factores que poderão ser condicionantes da situação turística nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva. Deste modo serão definidas as primeiras pistas sobre os seus pontos fortes e fracos que constituem hipóteses de interpretação para posterior delineamento de eixos-estratégicos. De seguida apresentamos as principais linhas orientadoras, partindo da aplicação desta técnica nas aldeias históricas. Podemos resumir as principais forças/fraquezas, oportunidades/ameaças definidas para cada área da seguinte forma:

¹⁰¹ Também conhecido como modelo Harvard, já que a sua metodologia se baseia neste modelo, em português se traduz para F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), é uma técnica que tem sido muito utilizada em planeamento para o conhecimento do “ambiente” em que se vai planear.

¹⁰² Assim, a análise SWOT corresponde à identificação de forma integrada dos principais aspectos que caracterizam uma dada posição estratégica num determinado momento, tanto a nível interno como externo, por forma a que o diagnóstico que dela resulta seja fiável e constitua uma fonte de informação e suporte adequada às necessidades da gestão estratégica.

Quadro n.º 36. A – Matriz SWOT das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva (Pontos Fortes/Pontos Fracos)

<ul style="list-style-type: none">- Património histórico, arquitectónico, arqueológico e identidade cultural, diversificado e de grande valor;- Riqueza de recursos naturais e ambientais (fauna/flora, paisagens e clima);- Posicionamento de “charneira” das aldeias históricas relativamente a outras áreas turísticas relevantes (Serra da Estrela, Salamanca e Douro);- Boas Acessibilidades Rodoviárias e Ferroviárias;- Boa centralidade geográfica (na raia portuguesa);- Forte Ruralidade/Interioridade;- Bastante segurança e sossego;- Riqueza em produtos regionais (gastronomia e produtos agrícolas);- Existência de festividades religiosas;- Unidades de Alojamento com qualidade;- Existência da Raia Histórica (apoio ao desenvolvimento sócio-económico local);- Sensibilidade da população residente e das instituições locais para o turismo como factor de desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none">- Envelhecimento populacional e diminuição da população jovem no total da população residente nas A.H.;- Debilidade do sector primário, visível pelo trabalho de carácter sazonal e pratica de agricultura de subsistência;- Ausência de uma estratégia de inovação e criatividade na produção e comercialização de produtos locais e na promoção de eventos diferenciadores;- Estagnação económica do território;- Falta de medidas de preservação e conservação do património;- Insuficiente investimento público e privado na requalificação dos Centros Históricos, incluindo a habitação, e em projectos culturais de envergadura;- Insuficiência na sinalética turística;- Insuficientes eventos e actividades de animação turística;- Insuficiência na oferta de restauração;- Fraca oferta de artesanato, alojamento e serviços de apoio ao turista;- Estadias de curta duração, assumindo-se como “ponto de passagem” (baixa e sazonal taxa de ocupação de alojamento);- Falta de planificação da oferta turística (divulgação, informação e marketing das potencialidades turísticas);- Ausência de uma imagem consolidada do destino turístico;- Falta de recursos humanos qualificados na área do turismo;- Ausência de produtos turísticos integrados e estruturados;- Fracas condições para a transformação dos visitantes em turistas;- Falta de investimento no turismo de natureza, cultural/patrimonial, aventura e habitacional;- Ausência de operadores turísticos;- Ausência de uma estratégia integrada na área do turismo (inexistência de circuitos turísticos);- Ausência de cooperação inter-concelhia.
--	--

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 36. B – Matriz SWOT das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva (Oportunidades/Ameaças)

<ul style="list-style-type: none">- Integração das A.H. na Região de Turismo da Serra da Estrela e Douro;- Forte interesse de articulação com regiões turísticas (Serra da Estrela, Salamanca e Douro);- Forte interesse no mercado espanhol pela proximidade geográfica;- Interesse institucional de várias entidades e organizações no território, públicas e privadas, no desenvolvimento do Turismo;- Forte potencial para o Touring Cultural e Paisagístico;- Existência de algumas unidades de alojamento e de restauração com qualidade reconhecida que divulgam a gastronomia local;- Tradição de feiras e mercados;- Turismo como sector de diversificação da economia local;- Programas de apoio à diversificação económica nas aldeias históricas;- Mudanças nos padrões de consumo e nas motivações da procura;- Circuitos turísticos como potencial produto turístico.	<ul style="list-style-type: none">- Êxodo rural;- Despovoamento do Centro Histórico das Aldeias Históricas;- Debilidade sócio-económica das A.H.;- Abandono dos campos agrícolas;- Deficiente tratamento do património construído e recursos naturais (avanzado estado de degradação de edifícios);- Enfraquecimento (inadequação e desqualificação) da oferta comercial aos turistas e visitantes (pouco especializado e pouco atractivo);- Posicionamento das A.H. como “ponto de passagem” para visitantes, apesar do aumento do fluxo;- Desajustamento entre a oferta e procura no território;- Falta de interesse dos investidores pelas aldeias históricas;- Subaproveitamento dos recursos endógenos;- Falta de adesão dos agentes privados aos programas e iniciativas no sector da actividade turística;- Inadequação dos horários dos postos de turismo e insuficiente formação dos funcionários (pouca fluidez de línguas estrangeiras e postura inadequada);- Pouca ou nenhuma informação histórica junto aos monumentos e degradação da sinalética;- O perfil do turista das A.H. é excursionista;- Dificuldades de articulação entre as entidades locais das A.H. pelo desenvolvimento e implementação de circuitos turísticos.
---	---

Fonte: Elaboração própria

Capítulo V – O turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local

5.1. Pressupostos da componente estratégica

No diagnóstico atrás elaborado, complementado com a análise S.W.O.T., foram identificados os principais problemas e foram sendo esboçadas hipóteses de solução, tendo em conta os recursos potenciais a explorar e as oportunidades existentes no território das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva. Formula-se neste capítulo, de um modo sistemático, a estratégia de desenvolvimento local, com a proposta de implementação de circuitos turísticos no território em análise.

Neste contexto, a estratégia formulou-se em função do conhecimento obtido, do qual resultaram diversas propostas de intervenção/acção e que combinam com uma configuração estratégica que se revelou mais adequada ao estágio em que se encontra o território, no que concerne à valorização sócio-económica do binómio Turismo/Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva. Nesta linha, a proposta de desenvolvimento local para as aldeias históricas tem como objectivo primordial definir a estratégia integrada de actuação do turismo nestas “aldeias” e contextualizar os vários agentes locais na afirmação desta estratégia, dotando-a de um conjunto de intervenções consubstanciadas na dinamização de circuitos turísticos que contribuam para afirmar o desenvolvimento turístico nas aldeias históricas, tirando partido dos recursos endógenos que se integram no binómio Turismo/Aldeias Históricas e que sustentam a estratégia de desenvolvimento local. A estratégia de desenvolvimento local preconizada é consubstanciada através da análise dos contextos que motivam a procura de novas práticas ligadas ao turismo cultural, patrimonial e de natureza.

O desenvolvimento de uma estratégia de turismo concertada num território relativamente inexplorado e predominantemente rural, com valências paisagísticas múltiplas, e detentor de um património distintivo, assume-se como um desafio, permitindo a aproximação a territórios menos “desmantelados” em termos de dinâmicas de turismo, integrando-o nas rotas turísticas e beneficiando, por essa via, dos efeitos imediatos/directos e mediatos/indirectos inerentes ao desenvolvimento competitivo do sector.

Quando se aborda a questão dos recursos turísticos como os das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, é grande a tentação de se entender que eles

correspondem aos recursos patrimoniais e que a única coisa a fazer é promove-los, porque não se dúvida da sua envolvência patrimonial. Nada mais errado. Há um problema de gestão desses recursos que é necessário resolver previamente. Além disso seria totalmente errado, centrar a estratégia das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva em exclusivo na atractividade da riqueza patrimonial, quando é possível num tecido turístico com as características do que aqui se está a desenvolver, no sentido de uma forte diversidade de oferta que garanta a multi-complementariedade, de molde a sustentar o desenvolvimento do Touring Cultural e Paisagístico, o Turismo em Espaço Rural, o Turismo Activo, o Turismo relacionado como os Vinhos e a Gastronomia, o Turismo de Saúde e Bem-Estar, bem como o turismo relacionado com actividades profissionais e de negócios.

Assim pretende-se com esta estratégia dinamizar um processo de desenvolvimento económico-social, de valorização e fruição sustentada das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, conducente a maiores níveis de atractividade territorial, de fixação de população e que alcance níveis mais elevados de qualidade de vida através da geração de maior valor acrescentado, criação de emprego e formação de recursos humanos e qualificação da oferta, em estreita consonância com a estratégia delineada pelos vários regulamentos estratégicos de nível municipal, regional, nacional e comunitário:

- O Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013 apresenta como objectivos estratégicos o “revitalizar económica e socialmente as zonas rurais (...) porque é necessário contribuir para aumentar a atractividade e competitividade destas zonas enquanto local para viver, trabalhar e visitar.”
- De facto, o PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro defende como um dos seus objectivos estratégicos o “aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.”
- O PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), um instrumento com o qual “pretende-se estimular iniciativas dos agentes económicos orientados para a melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade que visem dar valor económico a recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território: recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, etc.”

- O PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural apresenta como medida de actuação num dos seus subprogramas a diversificação da económica e criação de emprego por via do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer, que assenta no objectivo de: “Desenvolver o turismo e outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.”
- O Programa Operacional Regional do Centro¹⁰³ que traça como uma das suas prioridades ao nível do Programa Operacional de Valorização Territorial “ a valorização de recursos específicos da região (culturais, arquitectónicos, paisagísticos, produtos artesanais, termalismo, etc.) localizados em lugares particulares (aldeias, outros espaços rurais).”
- Por seu turno, para algumas sub-regiões, o PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território particulariza e acrescenta: “- Promover o potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico; - Promover o turismo, nomeadamente nas áreas de maior valia patrimonial ou ambiental: Aldeias Históricas, Serra da Estrela, Vale do Côa/Vale do Douro.”
- O PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo, prevê ainda que a região do Centro deverá ter um crescimento até 2015, prevendo-se que cresça anualmente 7,3%, atingindo entre 2,2 e 2,3 milhos de dormidas de estrangeiros. Os produtos potenciadores de crescimento a curto prazo na região Centro são o Touring e Turismo de Natureza. Por outro lado, a região tem ainda potencial para oferecer os produtos de Saúde e Bem-estar e Gastronomia e Vinhos.”
- Rede Rural Nacional (RR) que assume como uma das suas prioridades a “observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural”, um instrumento que se dirige à criação de condições que potenciem o desenvolvimento rural.

¹⁰³ É um instrumento do QREN com aplicação exclusiva á Região Centro, sendo um Programa Operacional que, no quadro dos Fundos Estruturais, beneficia exclusivamente de recursos do FEDER, nele se incluem apenas elementos de política estrutural elegíveis a este fundo.

- O Plano de Desenvolvimento Social de Trancoso (PDS), bem como PDS da Mêda, comportam o turismo como a área privilegiada de intervenção, ou seja, uma área potenciadora de desenvolvimento.

É dentro deste contexto que, após o levantamento de informação junto da população local, das principais entidades locais e dos turistas que directa ou indirectamente acabam por influenciar a actividade turística, que incorporando na sua formulação de ideias e conceitos, podemos, assim, considerar a expressão dos vários intervenientes como a metodologia utilizada nesta estratégia de desenvolvimento local. Base de orientação para esta estratégia de desenvolvimento local por via da implementação de circuitos turísticos que pretende realçar as propostas agendadas e/ou execução pelos diferentes planos e programas atrás referenciados e procurar acrescentar mais-valia, que possa de alguma forma dar o seu contributo para o desenvolvimento do turismo nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

5.2. Conceito estratégico para as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva

As estratégias de marketing associadas à constituição do rural como um bem comercializável exigem a construção ou fabrico selectivo de imagens particulares dos lugares que se relacionam directamente com as dinâmicas da economia local e legitimam concepções particulares acerca de quais são as respostas mais adequadas. As novas representações do rural tendem a constitui-lo como espaço de reserva, quer de memórias e tradições quer da qualidade ambiental. As aldeias históricas de Trancoso e Marialva, fundamentam-se nas suas características diferenciadoras, mais concretamente nas suas riquezas endógenas, em que a dinâmica do turismo pretendido parte do espaço rural, que passou de local entendido como espaço produtor de alimentos a espaço multifuncional e, na perspectiva do turismo, a espaço produzido.

Colocada a questão central, a estratégica definida decide uma via para prosseguir, que corresponde a uma visão de futuro e que os actores e protagonistas envolvidos se revêem.

Questão Central

Que actividade turística tem potencial de desenvolvimento nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, que estruture um novo perfil de especialização económica e assegure novas capacidades competitivas e desencadeie sinergias de qualidade de vida das populações assim como sustentabilidade no longo prazo?

A informação obtida junto dos intervenientes locais mostrou um cenário favorável de uma estratégia de desenvolvimento local baseada numa opção de fundo:

Bases de um cenário: Uma Opção Estratégica

Dinamizar e explorar as actividades turísticas, como via de promoção e valorização dos recursos endógenos das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento económico e social.

De facto, este destino tem uma dimensão cultural ímpar à escala regional, nacional e europeia, que decorre do conjunto de objectos e espaços patrimoniais históricos, bem como de manifestações de tradição e ruralidade, que lhe conferem um quadro cultural único, que deverá ser potenciado através da exploração turística – circuitos turísticos.

No contexto de análise do diagnóstico deixa transparecer as potencialidades do território, pese embora a verificação de algumas carências relevantes, as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva são consideradas um local privilegiado para o incremento de um:

Turismo integrado, de autenticidade, excelência e diversidade.

Em que a sua implementação e desenvolvimento assenta numa estratégia distinta e única, assente em três pilares:

- Património construído;
- Recursos naturais e paisagísticos;
- Cultura, tradição/usos e costumes de uma ruralidade.

Dessa forma, a estratégia proposta passa pela exploração deste mosaico de recursos endógenos das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, conjugando diferentes dimensões de sustentabilidade – criação de produtos únicos. Este agregado de recursos endógenos, e não apenas cada uma das suas especificidades territoriais, forma o macro recurso endógeno que se projecta valorizar nestas aldeias históricas, de molde a despoletar uma nova dinamização de desenvolvimento das actividades turísticas e culturais e, por estas e pelas sinergias que criarão contribuir para um processo sustentado de desenvolvimento socioeconómico social e cultural deste território.

A congregação destes princípios acima definidos articulam-se ao desiderato de impulsionar as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva a um processo dinâmico de transformação no sector turístico, procurando atingir: - um desenvolvimento harmonioso e equilibrado; daí resultando um crescimento sustentado da actividade; ao mesmo tempo que se fazem expandir os seus efeitos para áreas adjacentes. E projecta-se a adopção do seguinte **conceito estratégico**:

Espaço integrador de recursos únicos reflectidos na sua ruralidade e genuidade que possibilita experiências inesquecíveis através do passado, da natureza e dos saberes tradicionais.

5.3. Missão e visão estratégica

Na aplicabilidade do conceito estratégico de forma correcta nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, tornou-se necessário criar uma âncora de referência que englobe e sintetize uma visão global do território, agregando uma das principais características, as motivações e experiências que transmita um desígnio de atractividade:

Trancoso e Marialva, duas “Aldeias” num despertar de sentidos.

Desenho territorial que se traduz em:

- valorização do território;
- imagem territorial renovada;
- modernidade e tradição;
- dinamizador e empreendedor;
- aumento do turismo.

O desígnio apresentado leva a uma congregação de objectivos que todos articulados devem obter resultados reveladores de sucesso através da adopção de uma

Visão Estratégica:

Tornar as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva um destino turístico de excelência no contexto nacional, suportadas numa nova dinâmica de valorização de recursos de atracção e no desenvolvimento de uma rede de circuitos turísticos temáticos, assentes na procura permanente de complementaridade com as oportunidades territorialmente contíguas.

Com base no diagnóstico realizado em coordenação com aquilo que se visa para o território, torna-se necessário delinear as linhas estratégicas baseadas na aplicabilidade do desígnio “*Trancoso e Marialva, duas “aldeias” num despertar de sentidos*”, rentabilizar essa referência, que vai ser a base para a construção da estratégia assente em questões chave, nomeadamente: - circuitos turísticos apontando para a resposta a motivações diversificadas de património, história, natureza, cultura, gastronomia e vinhos, feiras e mercados, festividades religiosas e clima; - posicionamento por diferenciação e qualidade, com reforço do atributo património, história, natureza, gastronomia e vinhos; - criação de eventos com projecção regional, nacional e até internacional em domínios como o património, história, conservação da natureza, agricultura e gastronomia/vinhos.

Esta estratégia de desenvolvimento turístico pretende:

- Adoptar um padrão de melhores práticas para o desenvolvimento local;
- Promover e consolidar um produto turístico considerado estratégico;
- Promover a competitividade do território – destino turístico;
- Valorizar os recursos endógenos do território para o desenvolvimento das actividades turísticas e dinamização local;
- Proteger e valorizar os recursos culturais, ambientais e das paisagens que marcam a identidade das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva;
- Estimular formas de cooperação e parcerias locais e regionais, e um sistema de actividades mais consistente e sinérgico.

A obtenção de resultados com a Visão Estratégica traçada passa necessariamente pela adopção de uma estratégia baseada nos seguintes **princípios**: - através da referência âncora *“Trancoso e Marialva, duas “aldeias” num despertar de sentidos”*, torna-se necessário aproveitar a centralidade das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, de serem um “ponto de passagem” e conseguir aproveitar a presença de elevados fluxos de visitantes já existentes e durante o tempo de permanência traduzir uma imagem daquilo que são as aldeias históricas, através de uma imagem de diferença, diversificando os mercados, para o que é necessário criar um ambiente propício à permanente actualização e integração das três grandes motivações turísticas que levam as pessoas a visitar/deslocar-se as aldeias históricas – divulgação; - uma vez conseguida a presença desses visitantes e do alargamento do leque de mercados e os seus segmentos, é necessário surpreendê-los com a variedade, capaz de deslumbrar o visitante com base nas potencialidades existentes nas aldeias históricas, mas agora “trabalhadas”; - finalmente, após a reconversão do visitante em turista, torna-se necessário, manter uma linha equilibrada e inovadora, capaz de traduzir competitividade no mercado através de uma dinâmica constante de promoção, o que implica introduzir um conjunto de acções de animação cultural, desportiva, recreativa ou turística, capaz de criar no turista (mas também no visitante) uma imagem e experiências tão inesquecíveis que o transforme no seu melhor meio de promoção.

O Conceito e a Visão apresentados corporizam os quatro elementos estruturantes da **Missão Estratégica** preconizada para o turismo das Aldeias Históricas

de Trancoso e Marialva: - a finalidade dos esforços reunidos, consubstanciada em racionalizar as formas de atracção dos turistas (actuais e potenciais); - a posição competitiva e a ambiência diferenciadora do seu Turismo, traduzida numa estratégia assente na integração de factores que lhe proporcionam uma situação única – história, tradição, cultura, ambiente humano, natureza única e diversificada ligada à cultura e dinâmica económica e social voltada para o mercado; - a identificação dos valores de excelência da qualidade dos recursos, que lhe garantem o sucesso da estratégia; - a adequação de um Turismo integrado e diferenciado com os padrões de comportamento dos seus turistas, actuais e potenciais.

5.4. Quadro Geral de Objectivos:

Na continuidade da estratégia exposta nos anteriores pontos de acordo com a integração de circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, fixa-se o quadro geral de objectivos estratégicos sistematizado em objectivos estruturantes, que inclui os objectivos de integração (I) e de qualificação e sustentabilidade (Q) e objectivos operacionais (O) desagregados nos pontos seguintes.

5.4.1. Objectivos gerais e de integração (I):

- I1. Promover o desenvolvimento integrado de produtos turísticos, criando complementaridades interterritoriais;**
- I2 Potenciar o crescimento da actividade turística como mecanismo de desenvolvimento sócio-económico em inter-ligação com o meio ambiente;**
- I3. Valorizar o património cultural, ambiental e natural em plena articulação com as particularidades das Aldeias Históricas no domínio do Turismo;**
- I4. Consolidar a identidade das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva como destino turístico, na projecção de circuitos turísticos temáticos;**
- I5. Dar visibilidade ao turismo como factor contributivo no quadro de relações intersectoriais e no alargamento do mercado de emprego.**

5.4.2. Objectivos específicos de qualificação e sustentabilidade (Q)

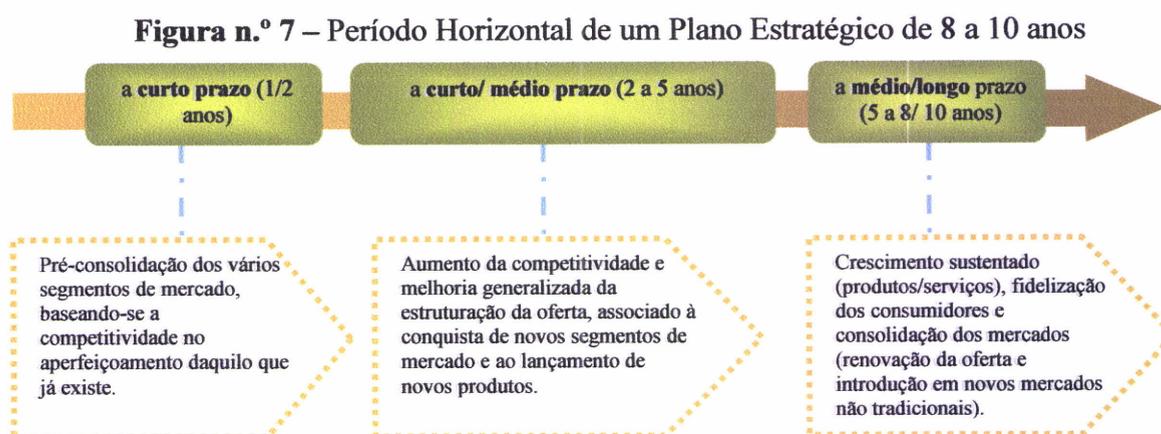
- Q1.** Desenvolver e manter actualizado um estado de espírito de qualificação, planeamento, estruturação, organização e promoção da oferta, reforçando a respectiva atractividade em conexão com a valorização do ambiente histórico, económico e social, natureza, cultura e tradição;
- Q2.** Criar e manter actualizado um calendário de actividades e eventos que assegure notoriedade ao destino e o enriquecimento da experiência do turista;
- Q3.** Sensibilizar os actores locais do sector privado para as oportunidades de investimento abertas, principalmente no ramo turístico da animação turística e restauração;
- Q4.** Criar uma rede de infra-estruturas e serviços de oferta de modo a transformar o número de visitantes em turistas;
- Q5.** Preservar, recuperar e proteger o património edificado, os recursos naturais e culturais em articulação com as entidades locais, regionais e nacionais.

5.4.3. Objectivos Operacionais (O)

- O1.** Estimular a criação de novos serviços turísticos e distribuídos de forma uniforme nas Aldeias Históricas;
- O2.** Operacionalizar um crescimento sustentado dos fluxos de turistas visando especialmente circuitos turísticos temáticos;
- O3.** Aumentar a estada média dos turistas, rentabilizando/jogando com a situação geográfica, com a criação de produtos e serviços amplos por todo o território;
- O4.** Fazer crescer a receita média diária por turista principalmente ao nível da hotelaria, através de uma melhor integração entre a oferta dos vários serviços prestados aos visitantes e turistas;
- O5.** Diminuir a sazonalidade da procura turística;
- O6.** Segmentar o espaço turístico, gerando sinergias entre espaços e produtos turísticos;
- O7.** Melhorar e valorizar o profissionalismo na actividade turística, através do desenvolvimento de um processo de formação profissional contínuo e consolidar uma cultura de bom acolhimento ou hospitalidade;
- O8.** Afirmar uma imagem turística atractiva.

Como o projecto de trabalho é uma proposta futura de intervenção no território em questão, optou-se por não delinear um horizonte temporal para a presente estratégia, deixando apenas como sugestão, para efeitos operacionais um período de oito a dez anos. Sem esquecer, que, será desejável e muito importante que no ajustamento e aplicação do horizonte temporal, se processe uma compatibilização com o período de aplicação do planeamento económico global de toda a Região que abrange as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

Para qualquer período horizontal, que posteriormente, seja definido para a estratégia, traçamos três subperíodos, correspondendo como que a três estratégias, conforme as prioridades fixadas e as condições para as executar:



Fonte: Elaboração própria

A compatibilização entre o Quadro Geral de Objectivos Estratégicos, sistematizados em Objectivos Estruturantes (de integração e de sustentabilidade/qualidade) e Objectivos Operacionais e o conjunto de Acções é explicitada no quadro n.º 37. Neste quadro as relações de pertinência entre os Objectivos Estratégicos são diversas. Se em relação aos Objectivos Estruturantes as Intervenções são consideradas fundamentais já em relação aos Objectivos Operativos as diferentes intervenções associadas podem ser fundamentais ou complementares de acordo com a sua natureza e importância relativamente à estratégia prosseguida.

Quadro n.º 37 – Matriz de pertinência e prioridades

Objectivos	Pertinência		Prioridade		
	Estruturante	Complementar	Curto prazo	Curto/médio prazo	Médio/longo prazo
I1	•				x
I2	•			x	
I3	•		x		
I4	•			x	
I5	•		x		
Q1	•			x	
Q2		•		x	
Q3	•		x		
Q4	•			x	
Q5	•				x
O1		•	x		
O2		•		x	
O3	•			x	
O4		•		x	
O5	•			x	
O6		•			x
O7	•			x	
O8	•		x		

Fonte: Elaboração própria

5.5. Eixos estratégicos de intervenção e prioridades estratégicas

A coerência da estratégia definida confirma-se pela interacção que se estabeleceu entre as características e potencialidades das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva e em função do desígnio estratégico definido, e dos objectivos traçados considerou-se que o modo adequado de concepção da estratégia de desenvolvimento para atingir esse desígnio consistia na estruturação de seis eixos estratégicos de intervenção.

As bases de orientação estratégica para o desenvolvimento do turismo nestas aldeias históricas formaram-se na concepção e implementação de soluções sustentadas e integradas de desenvolvimento e o conseqüente surgimento de importantes efeitos positivos entre si.

Com estes seis eixos estratégicos de intervenção pretende-se estimular o desenvolvimento de redes integrantes de parceiros públicos e privados, criar novas parcerias de cooperação e promover o território, melhorar as capacidades competitivas, valorizar as oportunidades associadas à condição de território rural de baixa densidade e criar novos produtos turísticos assentes na valorização económica de recursos endógenos (inimitáveis) nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva. De acordo com a vertente estratégica definem-se seis eixos estratégicos de intervenção para o processo de circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva:

Eixo 1 – Circuitos turísticos, experiências do património

Prioridades Estratégicas do Eixo 1

- Promover a diversidade do património cultural
- Potenciar produtos de qualidade e únicos

» Vectores Estratégicos:

- Criar um cartão “*Trancoso e Marialva, duas “aldeias” num despertar de sentidos*”, oferecendo um guia correspondente à oferta integrada;
- Desenvolver e inovar conteúdos de reconstituições históricas que constituem factores de diferenciação turística – Turismo do Imaginário (ex: Bodas de D.Dinis com a Rainha Sta Isabel);
- Projectar novas itinerâncias com base no património cultural da época pré-romana, romana, judaica, islâmica e templária;
- Criar uma imagem de marca para o património cultural das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

Eixo 2 – Circuitos turísticos, um território sustentável

Prioridades Estratégicas do Eixo 2

- Garantir a sustentabilidade dos recursos endógenos
- Requalificar e revitalizar os Centros Históricos
- Projectar os produtos locais de qualidade

» Vectores Estratégicos:

- Desenvolver uma campanha de sensibilização ao Turismo para a população residente;
- Proteger e valorizar a cultura e identidade local, assim como o ambiente natural e o património construído;
- Criar uma gestão de dinamização para os Centros Históricos que beneficie visitantes, turistas e residentes;
- Implementar uma estratégia integrada que promova a actividade turística motivada pelos recursos endógenos;
- Assegurar autenticidade arquitectónica dos centros históricos nos projectos de requalificação/reabilitação;
- Constituir uma base de dados de produtos, receitas, “pratos com história”, atracções a incluir em circuitos eno/gastronómicos;
- Promover expositores de produtos locais nas unidades de alojamento.

Eixo 3 – Circuitos turísticos, um território ímpar

Prioridades Estratégicas do Eixo 3

- Promover a imagem e valores do território
- Promover o empreendedorismo
- Criar redes entre actores dinâmicos

» Vectores Estratégicos:

- Promover a paisagem como atracção turística;
- Dotar o território de estruturas de defesa do ambiente e do património cultural;

- Criar uma “Identidade Local” promovendo uma imagem de marca atractiva e competitiva;
- Apoiar e incentivar à criação de empresas de jovens ligados ao Turismo;
- Promover a cooperação entre actores públicos e privados.

Eixo 4 – Circuitos turísticos, um Turismo Integrado

Prioridades Estratégicas do Eixo 4

- Melhorar a qualidade do território para fins turísticos
- Valorizar os recursos endógenos do território
- Promover sinergias no tecido turístico

» Vectores Estratégicos:

- Criar produtos de qualidade com forte ligação às características únicas e identidade do território;
- Desenvolver “produtos compósitos” de qualidade centrados na experiência do turista, transformando o turista como elemento activo na visita;
- Criar um guia do turismo acessível para o território, como uma marca de garantia de qualidade distintiva do território (ex: no domínio do alojamento, restauração, actividades de turismo de natureza);
- Desenvolver pacotes turísticos inter-concelhios, inter-regionais e transfronteiriços associados as várias temáticas, para aumentar a estadia;
- Promover o envolvimento da comunidade na animação sócio-cultural;
- Constituir uma “rede” para o marketing do património cultural, que desenvolva formas conjuntas de promoção das atracções turísticas.

Eixo 5 – Circuitos turísticos, âncora de desenvolvimento sócio-económico

Prioridades Estratégicas do Eixo 5

- Qualificar a cadeia de valor do turismo
- Promover a competitividade do território
- Dotar o território de infra-estruturas e serviços turísticos

» Vectores Estratégicos:

- Dinamizar actividades empresariais ligadas aos saberes tradicionais;
- Criar uma Rede comum de valorização dos produtos locais (associados as amenidades rurais);
- Fomentar o desenvolvimento e inovação de produtos turísticos e o empreendedorismo local;
- Estimular a oferta de novas unidades de alojamento e restauração;
- Preservar e qualificar os recursos turísticos e promover a sua fruição económica;
- Continuar a apostar na criação de equipamentos museológicos e de lazer.

Eixo 6 – Circuitos turísticos, um enriquecimento na oferta

Prioridades Estratégicas do Eixo 6

- Promover um padrão de especialização, dinamização de serviços e produtos turísticos
- Fomentar a qualidade, inovação e marketing
- Promover serviços de hotelaria e restauração de qualidade

» Vectores Estratégicos:

- Criar uma Rede para o desenvolvimento da oferta de novos serviços turísticos e actividades aos visitantes e turistas;
- Desenvolver e consolidar circuitos turísticos com enfoque temático nos vários recursos endógenos;
- Melhorar os sistemas de informação e sinalização turística (ser apresentada em língua inglesa, portuguesa e espanhola);

- Criar uma agenda cultural com a animação cultural endógena das aldeias históricas (ex: pequenas e grandes manifestações culturais, religiosas ou festivais musicais), preenchendo todo o Ano;
- Desenvolver um site dinâmico de informação/promoção de *“Trancoso e Marialva, duas “aldeias” num despertar de sentidos”*, com visitas virtuais e possibilidade de interação e ligação aos sites mais importantes;
- Desenvolver um cabaz virtual de produtos tradicionais;
- Atração/sensibilização de operadores turísticos nacionais e estrangeiros para a oferta de circuitos turísticos e produtos complementares no território;
- Criar um Centro de Recepção e de Apoio ao Turista;
- Criar um Centro de Interpretação do Mundo Rural;

5.6. Modelo e Sistema de Governação

Na linha das propostas apresentadas na estratégia de desenvolvimento turístico, para que possam atingir o sucesso desejado, e na ausência de uma entidade gestora e fomentadora do desenvolvimento das actividades turísticas e culturais no sentido de criar uma dinâmica apoiada de investimento, que permita abrir o progresso da oferta e desencadear acções promocionais, torna-se necessário criar uma rede de trabalho pluridisciplinar, com uma estrutura sólida e organizacional capaz de incentivar, gerir, monitorizar e avaliar a implementação dos circuitos turísticos e todas as acções adjacentes, ou seja, “pilotar a estratégia”. A proposta de intervenção assume-se como um instrumento que de forma integrada de longo prazo, envolvendo os vários agentes sociais e económicos, durante todo o processo. Na situação vertente, as várias operações devem ser tomadas de forma articulada e integrada nos vários sistemas existentes: económico, social, cultural, ambiental e institucional, a fim de se evitarem desequilíbrios de descaracterização sócio-cultural.

O desenvolvimento turístico preconizado para um espaço territorial, como é o território das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, apoiado em várias intervenções de revitalização sócio-económica, requer a preparação da população

residente, sob pena de esta vir a rejeitá-lo pensando que os seus interesses foram sacrificados por interesses alheios.

O planeamento e os recursos mobilizados para a implementação de uma estratégia desta ordem, representam um verdadeiro desafio de implementação e de operacionalização, o que exige um quadro de referência para a intervenção proactiva dos agentes públicos em conjunto com os outros actores do sistema turístico e cívico (incluí os agentes privados).

A governança moderna é, contudo, exigente em partilha dos meios e de responsabilidades, o que exige aos diversos actores e protagonistas em presença, um esforço de abertura a novos modelos de gestão e exploração turística do destino.

É neste âmbito que sugerimos a criação de uma Agência de Desenvolvimento e Marketing Territorial das Aldeias Históricas, para que a proposta de desenvolvimento que se lançou possa prosseguir e produzir resultados esperados.

5.7. Âmbito e Finalidades da Estratégia de Desenvolvimento de Circuitos Turísticos

A estratégia definida, no sentido do desenvolvimento local das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, tem subjacente a estruturação de uma rede de focos de atracção turística e a oferta de uma malha de actividades de lazer e turismo, que combine o Património das Aldeias Históricas com os diversos domínios de aptidão turística e que poderão, globalmente configurar um tecido turístico que assume diversas sinergias de actividades, locais e actores, no sentido de oferecer aos turistas e visitantes um leque diversificado de experiências cativantes e únicas de lazer e de cultura. Tal estratégia assenta, fundamentalmente, em duas ideias chave: - a construção de uma imagem atractiva das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva enquanto destino turístico em profundo respeito e estreita simbiose com a preservação do património cultural e natural deste território, com uma oferta adaptável às necessidades modernas, considerando que o desenvolvimento do turismo deverá ser um instrumento ao serviço da valorização competitiva do território; - a dinamização de investimento público e privado, com vista a afirmar e tornar competitivo o destino Aldeias Históricas de

Trancoso e Marialva, assente em produtos turísticos de valor acrescentado, nomeadamente os circuitos turísticos, associados ao *Touring Cultural* e *Paisagístico*, o *Turismo Cultural*, o *Turismo de Natureza e Activo*, o *Turismo em Espaço Rural* e o *Turismo Gastronómico e Enológico*, *Turismo Educacional*, o *Touring de Animação* entre outras cadeias de produtos, apresentam-se, como o motor para o desenvolvimento de actividades turísticas – circuitos turísticos, nas suas múltiplas vertentes.

O marketing destes circuitos turísticos deverá privilegiar, as famílias que revelam poder de compra e um nível razoavelmente de desenvolvimento social e cultural, principalmente portuguesas e espanholas, provenientes das principais cidades, com particular destaque, a este nível, para Lisboa, Porto, Madrid e Barcelona, ou de outros centros urbanos menos importantes, mas próximos geograficamente, como Salamanca, Coimbra, Aveiro, entre outros, tirando-se partido da centralidade ibérica da zona fronteiriça.

Por outro lado, com a crescente importância dos seniores nos fluxos turísticos, nomeadamente no *Touring*, com as características associadas ao convívio do *Turismo de Natureza, Saúde e Bem-Estar e/ou Gastronómico* – o *Touring em grupo* deve ser uma unidade de venda privilegiada destes circuitos turísticos.

O turismo educacional, associado aos mais jovens, é igualmente relevante nesta dinâmica da *Touring organizado*. No entanto, o turista individual e/ou a família mais jovem e mais activa, como o segmento que se compõe pelos casais sem filhos, na lógica de marketing, devem ser de igual forma, prioridade da dinâmica comercial dos circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

A implementação de circuitos turísticos temáticos inter-concelhios lança, de facto, um novo ciclo no sector do turismo nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, criando uma dinâmica de desenvolvimento de actividades em diversos ramos do sector do turismo e de outros que a este se conectam, no contexto actual, por indução, sinergia ou complementaridade.

Com vista a dar uma resposta adequada a um profícuo desenvolvimento turístico das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, estrutura-se de seguida uma ficha detalhada do projecto dos circuitos turísticos, na qual se explicitam de forma coesa e coerente as suas características estratégicas e operacionais, no sentido de contribuírem para a concretização da visão e dos objectivos estratégicos.

5.7.1. Identificação do Projecto

A. Designação

Circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

B. Natureza Geral

Projecto conjunto, que envolve vários parceiros públicos e privados.

C. Enquadramento na Estratégia

A criação e desenvolvimento comercial de uma malha de Circuitos Turísticos Temáticos detêm um grande alcance estratégico no estágio actual do tecido turístico das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

De facto, importa lançar as bases necessárias para que uma gama de produtos turísticos “à medida” das motivações dos turistas, nos principais mercados potenciais para este destino, de modo a que se consigam ganhos de escala e diversidade mas sob exigência de atingir standards comerciais aceitáveis e de gerar impactos relevantes na economia local.

O projecto tem, assim, um posicionamento vital na estruturação estratégica para os próximos anos, sobretudo pelas fortes articulações que estabelece com todas as outras áreas do sector turístico, relevando o efeito multiplicador das intervenções estratégicas aqui integradas e definidas anteriormente.

D. Localização das Acções e Intervenções Envolvidas

Área de influência das Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva (Concelhos de Trancoso e Mêda).

E. Grau de maturação

Este projecto apresenta grande capacidade para o seu lançamento a curto prazo.

F. Meios de Financiamento

Recursos do QREN, Turismo de Portugal, Autarquias Locais, PRODER, outros.

5.7.2. Caracterização do Projecto

A. Finalidade

Criar e posicionar nas dinâmicas comerciais uma malha de Circuitos Turísticos Temáticos inovadores nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, capazes de sustentar uma diversificação da oferta produtos turísticos, em especial no âmbito do *Touring*.

B. Descrição Global do Projecto

O desenvolvimento das actividades turísticas, nos vários quadrantes que este sector compósito envolve na actualidade, obriga à existência de um conjunto de meios de suporte (ou recursos complementares), que permitem sustentar uma parte relevante da oferta que integra as cadeias de produtos turísticos.

A disponibilidade de um bom conjunto de meios de apoio, nos moldes que estes são entendidos no presente projecto está frequentemente associado ao nível de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios de baixa densidade, que se situa muito abaixo das performances tidas como médias para as regiões mais desenvolvidas de Portugal e da Europa.

Neste contexto, as intervenções estratégicas neste projecto desempenham papéis de suporte e de apoio complementar ao desenvolvimento de diversos tipos de actividades turísticas, isto é, à estruturação e expansão de produtos turísticos qualificados, capazes de mobilizar um claro alargamento da atractividade deste destino e conseqüentemente gerar um maior afluxo de visitantes e turistas, particularmente os que se envolvam na cadeia de produto do *Touring Cultural e Paisagístico*.

No estágio de desenvolvimento do turismo em que se encontram as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, terá um papel estratégico criar as bases necessárias ao desenvolvimento de diversos produtos de *Touring Cultural e Paisagístico*, que permitam lançar a valorização de novos recursos turísticos e integra-los na malha dos que actualmente suportam a atracção turística deste território.

Para a concretização deste desiderato, é necessário criar, implementar e desenvolver comercialmente os circuitos turísticos temáticos aqui integrados.

C. Acções/Intervenções propostas

Este projecto estratégico estrutura-se na malha coerente das seguintes acções/intervenções:

- Tour do Tempo: “Desvendando o passado”
- Tour Serra do Pisco: “Por entre trilhos”
- Tour das Aldeias: “Encontros graníticos”
- Tour do São Martinho: “Desvendando sabores e tradições”
- Tour das Vindimas: “O degustar da uva Beirã”
- Tour do Imaginário: “Caminhos de contos e lendas”
- Tour da azeitona: “O porco que vareja a azeitona”

No quadro nº 38 em anexo X, encontra com maior detalhe os circuitos turísticos temáticos agora traçados para as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva.

D. Recursos endógenos valorizados

A criação deste conjunto de circuitos turísticos, quer centrados em atracções turísticas, quer ligados à fruição de experiências diversas de lazer em circuitos devidamente trabalhados e que disponham de meios técnicos, constituirá uma via larga de valorização de um leque expressivo de recursos endógenos, dos monumentos religiosos, aos castelos, das memórias locais às festividades populares, dos pratos típicos aos vinhos, do saber-fazer à animação, às paisagens, etc.

A relevância central dos impactes valorizadores dos recursos endógenos, que decorrem deste projecto, prende-se com o modo como estes se integram em encadeados coerentes de elementos, formando cadeias de focos de atracção, fruídas pelos visitantes através de circuitos turísticos temáticos previamente definidos, que atribui massa crítica a um conjunto de elementos que isolados não dispormam dessa dimensão atractiva.

E. Recursos Humanos

A forte competitividade do mercado turístico e as expectativas dos passíveis clientes, exige profissionais especializados nas várias áreas adjacentes, desde o património cultural, histórico e ecológico e do turismo, exige a reunião de competências para que este projecto obtenha resultados.

F. Bens e serviços produzidos

Novos produtos em Touring Cultural e Paisagístico, Turismo Gastronómico, em Turismo Activo e em Turismo de Natureza; Diversificação da oferta de focos de atracção e de experiências de lazer a estes associados.

G. Resultados esperados e contributos da estratégia

No conjunto dos impactos positivos deste projecto, destacam-se:

- A valorização cultural e patrimonial do património histórico, arqueológico, de tradições e do ambiente;
- Contributo para a criação de produtos que façam maiores interacções entre as Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva e a sua envolvente;
- O contributo para o desenvolvimento e diversificação da oferta de turismo cultural;
- O acréscimo e diversificação de visitantes, com consequentes acréscimos no volume de negócios das actividades turísticas (alojamento, restauração, animação, transportes, etc.);
- Acréscimo do emprego, quer por efeitos directos, quer indirectos, com implicações na fixação de alguns activos jovens e qualificados neste território.

Conclusões e Recomendações Finais

A evidência empírica mostra que o turismo pode dar uma contribuição real para o desenvolvimento do mundo rural e, no caso de certos territórios mais remotos e deprimidos, é um dos sectores melhor colocado para alcançar esse objectivo, sendo necessário desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial endógeno desses territórios.

O estudo que aqui se desenvolveu pretendeu contribuir para clarificar o papel do turismo no desenvolvimento de um território eminentemente rural, as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva, analisando o seu potencial turístico assente nos recursos endógenos das “aldeias”, bem como compreender o comportamento dos diversos actores do território na dinâmica do desenvolvimento turístico destas aldeias e perspectivar visões futuras destes mesmos actores em termos de estratégias locais.

A principal conclusão suscitada pela análise dos resultados da inquirição feita dos agentes locais e que, aparece enunciada, a título de hipótese, na seguinte proposição: as respostas dos agentes locais reflectem e fazem parte de um processo mais vasto de construção e consolidação do que designo como uma “ideologia do turismo”, no quadro da concepção de saídas para os problemas de desenvolvimento destas aldeias históricas mais desfavorecidas.

Com efeito, os dados recolhidos reproduzem, em abundância, um conjunto de traços e lugares comuns que definem e compõem o discurso normativo e padronizado e largamente consensual acerca do binómio turismo/desenvolvimento local, adoptado desde os mais diversos quadrantes – políticos, institucionais, empresários, comunidade local – e aos mais variados níveis, um discurso que parece, de resto, auto-legitimar-se na sua própria reprodução alargada.

Havendo amplo reconhecimento que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento das economias locais, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada.

Largamente reconhecida a importância dos recursos endógenos disponíveis nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva, tornou-se possível definir a alternativa mais favorável para este território e conseqüentemente, constituindo o real propósito desta investigação e posterior delineamento da proposta de projecto, com o aproveitamento dos recursos que potenciam o desenvolvimento deste território. Sabe-se, que esses circuitos turísticos, só serão potenciadores de desenvolvimento se obedecerem a uma

estratégia integradora dos valores e das culturas locais. É fundamental que o seu crescimento seja efectuado de forma sustentada, quer ao nível económico, quer a nível ambiental.

Neste sentido, será crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. Esta estratégia turística assenta na diversificação e desconcentração, aproveitando o potencial das duas aldeias históricas e configurando produtos turísticos alternativos.

Visto pela perspectiva dos vários intervenientes do estudo, os circuitos turísticos é uma das actividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico, sendo tanto mais fortes quanto conseguirem endogeneizar os recursos, a história, as tradições agrícolas e a cultura de cada aldeia histórica.

Qualquer modelo de desenvolvimento que procure a coesão social e tente minimizar a globalização económica, terá que repensar as relações sócio-económicas das populações que ainda vivem nos territórios mais desfavorecidos, criando condições para a sua ascensão económica, social e cultural, aliadas ao desenvolvimento de multi-actividades, geridas por parcerias público-privadas, de modo a que, funcionando em rede, potenciem e promovam os recursos endógenos do território, tornando-o atractivo, pela criação de riqueza que poderão proporcionar, quer aos que ainda aí vivem, quer aos que, por opção aí venham a refazer a sua forma de estar em sociedade. A riqueza dos recursos endógenos, naturais e patrimoniais, o saber das populações das aldeias históricas, as sensações e os conteúdos de uma vida ancestral, são factores capazes de atrair nichos de procura do mercado turístico.

O projecto dos circuitos turísticos, visa transformar estas duas aldeias históricas de Portugal em pólos de atracção turística suficientemente dinâmicos para permitir a criação de uma nova base económica que passa, nomeadamente, pela recuperação das tradições, pela valorização do património arquitectónico construído, pela dinamização das artes e ofícios tradicionais e preservação da paisagem em que se enquadram. Este importante trabalho nunca perdeu de vista, porém, aquilo que era o seu objectivo primeiro: adoptar melhores práticas para o desenvolvimento local, através de uma estratégia integrada de actuação no território. Sendo uma das linhas orientadoras do projecto a fomentação das condições necessárias para o desenvolvimento turístico sustentável mas sobretudo melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias,

elevando os seus níveis de auto-estima, qualificando o tecido social e agregando-as num processo participativo de desenvolvimento que é, antes de mais, seu.

A partilha de um desígnio comum e de uma ideia de território com futuro na promoção das actividades económicas tradicionais e dos produtos locais, na dinamização dos agentes económicos do território, a animação, a promoção e comunicação, a dinamização de parcerias, a aposta na formação/informação e qualidade turística tornam este projecto auto-sustentável a médio e longo prazo.

O projecto contribui para o desenvolvimento sustentável, com efeitos multiplicadores a incidir na criação de postos de trabalho na área da hotelaria, restauração e comércio, a par, da criação de oportunidades para o crescimento da população, quer directamente, com os circuitos, ou indirectamente, através dos serviços que se interligam com este produto turístico.

No entanto, apesar dos circuitos turísticos apresentarem num primeiro momento numerosas vantagens, também podem suscitar diversos problemas. De forma a minimizar estes problemas, é necessário definir alternativas ou estratégias de desenvolvimento turístico que impliquem uma utilização responsável do território, harmonizando os interesses do turismo, do meio ambiente e da comunidade local. A actividade dos circuitos turísticos deve ser compatibilizada com a conservação do meio rural, respeitando a integridade dos seus recursos (paisagem, tranquilidade e repouso, arquitectura popular, entre outras questões). Deve estar presente uma preocupação, em criar uma oferta diferenciada, não concentrada e de pequena escala, coordenada a nível local (alojamento, restauração e recreação). Esta estratégia, para além do intercâmbio económico, necessário para rentabilizar os investimentos, deve estimular o contacto com a natureza, mediante a criação e promoção de actividades ao ar livre, o fácil acesso a todos os indivíduos, não só que qualquer pessoa pode aceder e usar as instalações e serviços turísticos, como também o conceito de turismo acessível estar presente na oferta dos circuitos turísticos e actividades, e a potenciação de um autêntico diálogo entre as populações rural e urbana, através de um conjunto de actividades de animação sociocultural. Este tipo de turismo tem de ser organizado e gerido pela população local, o que é possível, pois trata-se de uma oferta de pequena escala. Estas populações/agentes terão por sua vez, de fazer um esforço de consensualização e cooperação por forma a facilitar as complexas tarefas que o desenvolvimento e conservação dos recursos turísticos implicam. Deste modo, qualquer implementação de circuitos turísticos deve reger-se do princípio da sustentabilidade.

Um modelo autóctone promotor de uma oferta distinta, com base na utilização dos recursos existentes, investindo nas particularidades que os distinguem e que os podem destacar como produtos únicos. Por exemplo, quantos turistas terão tido a oportunidade de visitar, e pagar para ver os saberes e as tecnologias arcaicas de produção do afamado queijo da serra, ou da matança do porco e seus paladares, ou do fabrico das velas de cera numa oficina tradicional? A estratégia passa por investir no valor único de origem endógena e intrínseca, é esse o pressuposto deste modelo de circuitos turísticos temáticos. Por conseguinte, um desenvolvimento turístico sustentável será o que melhora a qualidade de vida da comunidade anfitriã, assegura uma experiência de qualidade elevada ao visitante e mantém a qualidade do ambiente da qual ambos dependem.

Um turismo moderno associado à reconfiguração das actividades de lazer, assumindo-se como um fenómeno de desterritorialização, na medida que possibilita a deslocação dos indivíduos noutros cenários reais ou imaginários, e de reterritorialização, ao expressar a procura de sentidos que buscam conferir às suas identidades. Os circuitos turísticos assumem-se como uma forma diferente de fruir, conhecer e valorizar as paisagens, o património, a gastronomia a cultura, pois proporciona no tempo certo o despertar de sentidos: olhar, cheirar, ouvir, provar, tocar, andar,...cada circuito turístico é diferente, mesmo quando seguimos o mesmo "trajecto", consoante a hora do dia ou a estação do ano.

Este estudo, apontou, concretamente, medidas que podem ser implementadas para dinamizar estas aldeias históricas, podendo o desenvolvimento de circuitos turísticos, simultaneamente com intervenções/acções noutras áreas adjacentes ao sector do turismo criar e fomentar novas oportunidades para este território. Espera-se que, com este estudo, se consiga contribuir para uma maior reflexão da temática, para uma consciencialização sobre o potencial de circuitos turísticos, enquanto elemento central ou complementar de produtos turísticos, mas também ter contribuído para demonstrar a necessidade de concertação estratégica entre o sector público e privado, para um melhor aproveitamento e utilização dos recursos endógenos.

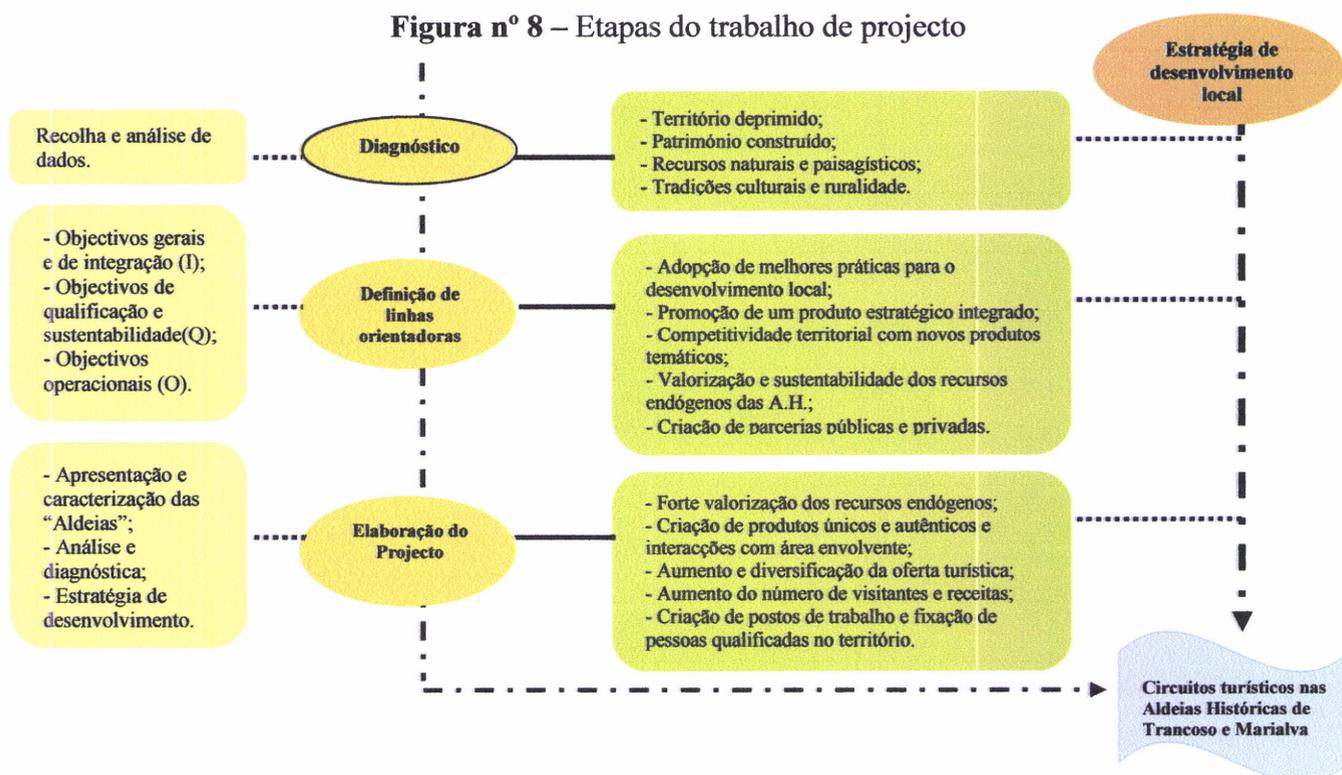
Há que estimular, mais trabalhos de investigação que coloquem a preocupação metodológica sobre o significado do turismo para o desenvolvimento local, sem perder de vista um princípio que não há algo como uma resposta universal à questão sobre se e como o turismo contribui para o desenvolvimento local. Podemos avançar, com a necessidade e a urgência de intensificar e aprofundar a pesquisa empírica, que permita

contrapor factos e representações, tornando-se num instrumento de trabalho fundamental, para territórios como este das Aldeias Históricas. É de sublinhar, que o caso em estudo, é similar a tantos outros territórios, recentemente iniciados nos desafios do turismo e portanto desprovidos de experiência e de passado relevante na matéria, o que, aliado à falta de investigação empírica, deixa os agentes institucionais que neles intervêm quase completamente privados de referenciais que lhes permitam calibrar visões, expectativas e acções.

Este trabalho de projecto contribuiu para a elucidação de uma temática inovadora e actual, que transferirá para o domínio científico a motivação de contribuir com propostas enriquecedoras que a possam complementar, tornando-a mais robusta e abrangente, ganhando com isso toda a comunidade académica e as organizações para onde o conhecimento seja transferido.

Emergem, ainda, algumas oportunidades de investigação, para o futuro, em diferentes domínios: sobre a imagem e percepção do produto turístico na mente dos turistas nacionais, quer estrangeiros, para determinar estratégias para o posicionamento do produto turístico das aldeias históricas; ao nível de um maior conhecimento das motivações de quem consome os produtos turísticos – circuitos (expectativas versus experiência); e, o estudo e análise das técnicas de marketing e gestão de visitantes capazes de potenciar a atractividade dos recursos endógenos para o turismo.

Figura nº 8 – Etapas do trabalho de projecto



Fonte: Elaboração própria

Bibliografia

ADTR (2008), *Os caminhos do Turismo Sustentável: Manual de Boas Práticas de Desenvolvimento Turístico*, ADTR: i9tur.

ALBARELLO, Luc et al. (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et al. (2000), “Sinais do passado em Marialva, concelho de Meda” in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (10), Instituto do Vinho do Porto: Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pp. 173-218.

ANDER-EGG, Ezequiel (1982), *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*, México: El Ateneo.

ANIMAR (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Vialonga: Animar.

ANTUNES, Manuel Azevedo (2004), “Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano em Tempos de Globalização” in: *Campus Social*, nº 1, Lisboa: Revista Lusófona de Ciências Sociais, pp. 73-83.

URL: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campusocial/article/viewFile/178/91> (22-02-2010)

AMARO, R. Roque (2004), “A animar nos caminhos e desafios do desenvolvimento local em Portugal” in: *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal*, Vialonga: Animar, pp. 80 – 81.

AMARO, R. Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria” in: *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, Janeiro/Julho, Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pp. 35 – 70.

AMARO, R. Roque (2001), “O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento” in: *Desenvolver (Des) envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Messejana, ESDIME: Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, pp. 155-169.

AMARO, Rogério Roque (1991), “Lógicas de espacialização da económica portuguesa” in: *Sociologia – Problemas e Práticas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pp. 161 – 182.

AMARO, Rogério Roque (1990b), “O “puzzle” territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)”, in: *Vértice, n.º 33/Dezembro*, Lisboa: Vértice, pp. 39 – 48.

AMARO, Rogério Roque (1990a), “Desenvolvimento e Injustiça Estrutural”, in: *Communio – Revista Internacional Católica, n.º 5*, Lisboa: Communio, pp. 448 – 459.

ANIMAR (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento local*, Vialonga: Animar

BAPTISTA, Mário (1990), *O turismo na economia – uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.

BARDIN, Laurence. (1999), *Análise de Conteúdo*, Rio de Janeiro: Edições 70

BELL, Judith (1997), *Como realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa: Gradiva.

BENI, Mário (2003), *Análise Estrutural do Turismo*, São Paulo: Senac.

BIRÓ, András (1981), “The Local Space: A Privileged Instance of Development” in: *The Automatic Mobilization of Resources for Development: Development Dialogue, N.º 1*, pp. 103-113.

BRANCO, Manuel C. Pereira (1999), “Da democracia e do desenvolvimento: quatro teses e uma síntese” in: *Revista Crítica de Ciências Sociais, N.º 55*, pp. 53-83.

BRUYNE, Paul et al. (1974), *Dynamique de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: P.U.F.

BURKART, A. e MEDLIK, S. (1990), *Historical development of tourism*, Aix-en-Provence: Centre des Hautes Etudes Touristique.

CABUGUEIRA, Artur C. C. M. (2000), “Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local – Análise de alguns aspectos de política económica regional”, in: *Gestão e Desenvolvimento*, Viseu: Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, Nº 9, pp. 103-136.

CADIMA, J. Ribeiro et al. (2001), “Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal”, in: *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu – Actas do VIII Encontro Nacional da APDR*, APDR: Coimbra, pp. 329-341.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela M. (1998), *Metodologia de Investigação – Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade aberta, pp. 209-243.

CARTA DO LAZER DAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2000), *Marialva: Roteiro de Marialva*, Lisboa: Inatel.

CARVALHO, Alda de Caetano e MATIAS, Sérgio (2004), “Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas – 2001” in: *Prospectiva e Planeamento*, Nº 10, pp. 87 -161

URL: http://www.dpp.pt/pages/files/indice_desenvolvimento.pdf (20-02-2010).

CÂMARA MUNICIPAL DE MEDA (2005), *Marialva – Subsídios para o estudo da ocupação territorial*, Mêda: Câmara Municipal de Mêda.

CCRC (2007), *Programa Operacional do Centro: Mais Centro 2007-2013*, União Europeia: Mais Centro.

CCRC (2002), *Aldeias Históricas de Portugal, um Património com Futuro*, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

COIXÃO, António Sá et al. (2009), *Carta Arqueológica do Concelho de Mêda*, Mêda: Câmara Municipal de Mêda.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988), *The Future of Rural Society*, Bruxelas: Boletim da Comissão das Comunidades Europeias.

COSTA, Santos (2001), *Breve Monografia de Trancoso*, Trancoso: Edição do Almanaque Bandarra.

CUNHA, Licínio (2006), *Economia e Política do Turismo*, Lisboa: Editorial Verbo.

CUNHA, Licínio (2001), *Introdução ao Turismo*, Lisboa: Editorial Verbo.

DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (1997), *Desenvolvimento Rural – Novas Realidades e Perspectivas*, Lisboa: DGDR.

DOMINGUES, Celestino M. (1990), *Dicionário Técnico de Turismo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

FIGUEIRA, Eduardo e GARCIA, Armando (2005), “Desenvolvimento Local no Alentejo. O papel relevante da relação comunidade/território e da educação de adultos” in: *Sociologia em Diálogo* (2), Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva”: Universidade de Évora, pp. 221-235.

FIGUEIREDO, Elisabete (2003) “ «Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar?» Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural” in: **SIMÕES, Orlando et al.** (2003), *TER – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 65-81.

FORTIN, Marie Fabienne (1999), *O processo de investigação – Da concepção à realização*, Loures: Editora Lusociência.

FRAGOSO, António (2005), “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiência investigativas” in: *Revista Lusófona de Educação*, nº 5, pp. 63-83.

FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras: Celta Editora.

FURTADO, Celso (1976), *Teoria e política do desenvolvimento económico*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

GEE, C. e **FAYOS-SOLÁ**, E. (1999), *International tourism: a global perspective*, Madrid: World Tourism Organization.

GIL, António Carlos (2002), *Como elaborar projectos de pesquisa*, São Paulo: Atlas.

GUERRA, Isabel (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia.

GUERRA, Isabel e **AMORIM**, Alexandre (1999), *Construção de um Projecto*, Lisboa: Módulos PROFISS.

GUNN, Clare A. (2002), *Tourism planning: basics, concepts, cases*, New York: Routledge.

HENRIQUES, José M. (1990), *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos possíveis*, Lisboa: Escher.

HOLLOWAY, J. Christopher (1988), *The Business of Tourism*, Great Britain: Pitman Publishing.

INE (2001), Censos de 2001, Instituto Nacional de Estatística

URL: <http://www.ine.pt>.

LEADER (1994), *O diagnóstico de território e a montagem de um projecto de desenvolvimento*, União Europeia: Cadernos LEADER.

LOPES, António Simões (2006), “Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias” in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 75, Outubro, pp. 41-61.

LÓPEZ, Mário R. e **BELTRÁN**, Homero M. (1990), *Organización y operación de agencias de viajes*, México: Compañia Editorial Continental S.A..

MAROCO, João (2003), *Análise Estatística: Com utilização do SPSS*, Lisboa: Edições Sílabo.

MARUJO, Maria Noémi (2005), “ A Sociologia e o Turismo”, in: *Sociologia em Diálogo (2)*, Universidade de Évora: Évora, pp. 21-30.

MATIAS, Sérgio (2002), “Tendências da evolução do desenvolvimento humano em Portugal” in: *Prospectiva e Planeamento, Lisboa: Volume 8*, pp. 48-84.

URL: http://www.dpp.pt/pages/files/prosp_plan_08.pdf (21-02-2010).

MATOS, A. J. Fernandes de (1998), “O Ordenamento do Território nos Modelos de Desenvolvimento Regional”, in: *V Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, Coimbra: Universidade de Coimbra.

MELO, João Paulo B. (2002), “A problemática e as políticas de desenvolvimento local” in: *Compêndio de Economia Regional*, in: **COSTA**, José Silva, Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), pp.614-533.

MILL, R. e **MORRISON**, A. (1992), *The tourism system: an introductory text*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007), *Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007 – 2013*, Lisboa: Observatório do QCA III.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007), PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (2008), Programa Rede Rural Nacional, Portugal: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (2007), Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Lisboa: Turismo de Portugal, ip.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1996), Decreto n.º 23/96 de 12 de Agosto, Diário da República, I Série – B, N.º 186, 12 de Agosto de 1996.

MOREIRA, Carlos Diogo (1997), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa: ISCSPL.

MUNICÍPIO DE MEDA (2006), *Plano de Desenvolvimento Social*, Mêda: Rede Social.

MUNICÍPIO DE TRANCOSO (2006), *Plano de Desenvolvimento Social*, Trancoso: Rede Social.

OMT (2003), *Turismo Internacional – Uma perspectiva global*, Porto Alegre: Bookmann.

OMT (2000), *Tendências de evolução aos níveis mundial, europeu e nacional*, Porto: Associação Empresarial de Portugal.

OMT (1995), *Concepts, definitions and classifications for tourism statistics*, Madrid: OMT.

OMT (1993), *Recomendaciones Sobre Estadísticas del Turismo*, Madrid: OMT.

PECQUER, B. e **SILVA**, Mário Rui (1989), "Industrialisation diffuse et développement" in: *Estudos de Economia*, Lisboa, Vol. IX, N.º 4, pp. 427-448.

PEDROSO, Paulo (1998), *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras: Celta Editora.

PEREIRA, Alexandre (2008), *SPSS – Guia Prático de Utilização: Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*, Lisboa: Edições Sílabo.

PESTANA, Maria H. e **GAGEIRO**, João N. (1998), *Análise dos dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*, Lisboa: Edições Sílabo.

POLÉSE, Mário (1998), *Économie urbaine et regionale: logique spatiale des mutations économiques*, Cartago: Editorial Tecnológica de Costa Rica.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Resolução da Assembleia da República nº 5/91

URL: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> (07-05-2010).

ROSADO, Manuel Bento (1997), *Desenvolvimento Regional – Contribuição para o seu Estudo e Planeamento*, Évora: CCRA.

SANTOS, Marcos O. e BALTAZAR, Maria S. (2005), “ Experiências de Desenvolvimento Local na Região Portuguesa do Alentejo” in: *Programa Delnet de Apoio ao Desenvolvimento Local*, Itália: OIT – Centro Internacional de Formação da Organização do Trabalho.

SEERS, Dudley (1979), “Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?” in: *Análise Social, Vol XV (60)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 949-968.

SILVA, Maria Manuela (1982), “Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74) in: *Análise Social, vol. XVIII (72/73/74)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 1077 – 1086.

SILVA, Maria Manuela (1969), “O desenvolvimento económico e a política social”, in: *Análise Social, Vol. VII, nº 27/28*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 475-484.

SILVA, Maria Manuela (1964), “Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal” in: *Análise Social, Vol. II, nº 7/8 (2º semestre)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 498 – 510.

SILVA, Maria Manuela (1963), “Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário” in: *Análise Social, Vol. I, nº 4 (Outubro)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 538 – 558.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (1999), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

STÓHR, Walter B. (1981), “Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm” in: STÓHR, Walter B. e TAYLOR, D. R. (1981), *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*, Chichester: John Wiley and Sons Ltd, pp. 39-72.

TEIXEIRA, Irene Avilez (1982), *Trancoso Terra de Sonho e Maravilha*, Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.

TOCQUER, Gérard e ZINS Michel (2004), *Marketing do Turismo*, Lisboa: Instituto Piaget.

VACAS, Maria C. M. (1997), *Projectos – Conceção e Desenvolvimento: Guião de Formulário para Candidatura*, Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

VANCHON, Bernard (1993), *Le développement local: théorie et pratique*, Montréal: Gaëtan Morin Éditeur.

VICENTE, Paula et al. (1996), *Sondagens – A amostragem como factor decisivo de qualidade*, Lisboa: Edições Silabo.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987), *Our common Future*, Oxford: Oxford University Press.

YIN, Robert K. (1994), *Case Study Research – Design and Methods*, London: Sage Production Editor.

SITES CONSULTADOS

<http://www.aenebeira.pt/> - Associação Empresarial do Nordeste da Beira

<http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com> – Aldeias Históricas de Portugal

<http://cartadolazer.inatel.pt/> - Carta do Lazer das Aldeias Históricas

<https://www.ccdrc.pt/> - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

<http://www.cm-meda.pt/> - Câmara Municipal de Méda

<http://www.cm-trancoso.pt/> - Câmara Municipal de Trancoso

<http://www.rederural.pt/> - Rede Rural Nacional

<http://www.refer.pt/> - REFER

<http://www.igespar.pt/> - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

<http://www.ine.pt/> - Instituto Nacional de Estatística

<http://www.marialva.pt/junta/> - Junta de Freguesia de Marialva

<http://www.proder.pt/> - Programa de Desenvolvimento Rural

<http://www.qren.pt/> - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 - 2013

<http://www.turismodeportugal.pt/> - Turismo de Portugal, I.P. (Ministério da Economia e Inovação - Direcção Geral do Turismo)

Índice de Anexos

Anexo I – Cálculo da amostragem aleatória estratificada.....	150
Anexo II – Guião do inquérito por questionário à população local	153
Anexo III – Livro de código do inquérito por questionário à população local	158
Anexo IV – Guiões das entrevistas semi-directivas.....	174
Anexo V – Grelhas de análise de conteúdo das entrevistas semi-directivas.....	182
Anexo VI – Inquérito por questionário aos turistas	219
Anexo VII – Grelha de análise de conteúdo comparativa do estudo de casos	223
Anexo VIII – Indicadores locais, regionais e nacionais	230
Anexo IX – Quadros de apoio à análise dos dados.....	238
Anexo X – Circuitos turísticos nas Aldeias Históricas de Trancoso e Marialva	251

